

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PPGGP

IURY DA SILVA PESSÔA

DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

VITÓRIA
2013

IURY DA SILVA PESSÔA

**DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública do Programa de Pós-Graduação e Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Elias Feres Almeida

VITÓRIA
2013

P475d Pessôa, Iury da Silva
Determinantes da Transparência das Universidades
Federais Brasileiras / Pessôa, Iury da Silva. - 2013.
175f.

Orientador: Prof. Dr. José Elias Feres Almeida
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas
e Econômicas.

1. Administração Pública. 2. Transparência Pública.
I. Almeida, José Elias Feres. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas III. Determinantes da Transparência das
Universidades Federais Brasileiras.

IURY DA SILVA PESSÔA

**DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública do Programa de Pós-Graduação e Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 31 de outubro de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Elias Feres Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Luiz Paulo Lopes Fávero
Universidade de São Paulo
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Janes Carneiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna

Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

DEDICATÓRIA

A Deus, o Criador, consumidor e motivo de minha existência.

A Domízia Fezer Pessôa e Daphne Fezer Pessôa, minhas amadas meninas.

A meus pais, Paulo Fernandes Pessôa (*in memoriam*) e Leci Raimundo da Silva Pessôa, que me ensinaram os primeiros passos e guiaram-me nos caminhos da sabedoria.

A meus irmãos, Lênin e Lincoln, que me suportaram nos momentos difíceis e me proporcionaram momentos alegres.

A todos os amigos e colegas que me acompanham e tornam este breve momento de existência mais aprazível.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e Mestre doutor José Elias Feres Almeida, pelas valiosas e imprescindíveis orientações, além da grande paciência e prontidão, sem as quais o trabalho seria inexecutável.

A minha esposa, Domizia Fezer Pessôa, pelo incentivo e apoio em tudo que faço e pelas críticas nos momentos necessários.

A meu chefe e colega de trabalho, professor doutor Oswaldo Paiva Almeida Filho, cujo apoio foi fundamental, permitindo ausentar-me diversas vezes para conclusão deste trabalho.

“Se buscares a sabedoria como prata e como a tesouros escondidos a procurares então entenderás o temor do Senhor e acharás o conhecimento de Deus.”

(Provérbios de Salomão, 2:4-5)

“Os sábios entesouram conhecimento.”

(Provérbios de Salomão, 10:14a)

RESUMO

Este estudo se propôs medir o grau de transparência de informações nos portais eletrônicos das universidades federais brasileiras e identificar determinantes para tal transparência. Procedeu-se à elaboração de um Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) com base nos índices de Dixon, Coy e Tower (1993), Rosário et. al. (2011) e Católico (2011), o qual mediu a transparência dos portais de todas as 59 universidades federais. Verificou-se um nível médio de divulgação de 66,32% entre as universidades federais. As informações relacionadas à extensão são as mais divulgadas (85,88%); já informações relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas entre as universidades federais, com um nível de divulgação de 41,69%. Verificou-se também que universidades do Sul e Sudeste tendem a ser mais transparentes que universidades das demais regiões, uma vez que elas representam sete das dez universidades brasileiras que mais divulgam. Já as universidades do Norte e Nordeste representam oito das dez universidades que menos divulgam; contudo, tais percepções não foram significativas estatisticamente. Também foram testadas 15 hipóteses para verificar quais determinantes (variáveis) são relevantes para explicar a transparência nas universidades federais. Para tanto, foram utilizadas 31 *proxies* para os determinantes de transparência, os quais foram testados utilizando-se regressão linear múltipla, em que foram estimados oito modelos utilizando a eleição intencional dos determinantes e outros cinco modelos utilizando o procedimento *Backward*. Os modelos testados mostram que os determinantes Tamanho do corpo docente (Xtadoc), Tamanho do corpo técnico-administrativo (Xtaserv), Qualidade da graduação (Quagr), Qualidade da pós-graduação (QUAPG) e Qualificação dos docentes (QuaDoc2) são determinantes da transparência.

Palavras-chave: Transparência Pública. Accountability. Universidade.

ABSTRACT

This study measures the degree of transparency of information in the electronic portals of Brazilian federal universities and identifies determinants for such transparency. It prepared an Index Disclosure of Federal Universities (IndexDUF) based on indices Dixon, Coy and Tower (1993), Rosario et. al. (2011) and Catholic (2011), which is applied to the portals of all 59 Brazilian federal universities. There was an average level of disclosure of 66.32 % between the federal universities. Information relating to the extension are the most widespread (85.88 %) has information related to quality academic or administrative are less widely between federal universities, with a level of disclosure of 41.69 %. It was also found that universities in South and Southeast tend to be more transparent than universities in other regions, since they represent seven of the ten Brazilian universities to disclose more. Already universities North and Northeast represent eight of the ten universities that less disclose, however, such perceptions were not statistically significant. Were also tested 15 hypotheses to see which determinants (variables) are relevant to explain the transparency in the federal universities. Thus, we used 31 proxies for the determinants of transparency, which were tested using multiple linear regression, in which eight models were estimated using the election intentional determinants and five other models using the Backward procedure. The model 04, considered the most relevant and what best fits the design of the research shows that the determinants Size faculty (Xtadoc), size of the technical- administrative (Xtaserv), Quality Graduation (Quagr), Quality post graduate (QUAPG) and Qualification of teachers (QuaDoc2) are determinants of transparency.

Keywords: Public Transparency. Accountability. University.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Conceitos de transparência.....	26
Quadro 2 - Pesquisas sobre consequências da transparência	29
Quadro 3 - Usuários da informação disponibilizada pelas universidades	32
Quadro 4 - Usuários externos das contas públicas e síntese de seus interesses.....	33
Quadro 5 - Classificação das pesquisas em divulgação	34
Quadro 6 - Itens considerados na composição dos índices de divulgação de estudos anteriores.....	36
Quadro 7 - Componentes do índice de transparência de Rosário et al.....	38
Quadro 8 - Variáveis explicativas do modelo de Rosário et al	40
Quadro 9 - Componentes do índice de transparência de Católico	41
Quadro 10 - Fatores explicativos do modelo de Católico (2011).....	43
Quadro 11 - Pesquisas relacionadas a determinantes de transparência em universidades.....	46
Quadro 12 - Variável Tamanho em pesquisas anteriores	47
Quadro 13 - Variável Antiguidade em pesquisas anteriores	48
Quadro 14 - Variável Financiamento Público em pesquisas anteriores	49
Quadro 15 - Variável Localização em pesquisas anteriores	50
Quadro 16 - Variável Governança em pesquisas anteriores.....	50
Quadro 17 - Variável Qualidade em pesquisas anteriores	51
Quadro 18 - Variável Complexidade em pesquisas anteriores.....	52
Quadro 19 - Índice de divulgação com base em pesquisas anteriores	59
Quadro 20 - Fonte de dados dos determinantes	65
Quadro 21 - Determinantes, <i>proxies</i> e hipóteses	108
Quadro 22 - Resumo dos resultados.....	113
Quadro 23 - Deficiências de informação por categoria	119
Quadro 24 - Determinantes x deficiências de divulgação	121
Figura 1 - Contextualização.....	19
Figura 2 - Quadro teórico da transparência pública	24
Figura 3 – Etapas da pesquisa.....	55
Gráfico 1 - Nível de divulgação por região	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas anteriores.....	21
Tabela 2 - Universidades Federais Brasileiras.....	56
Tabela 3 - Categorias do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF).....	68
Tabela 4 - Categoria 01: dados gerais da instituição.....	69
Tabela 5 - Categoria 02: atividades acadêmicas (ensino).....	70
Tabela 6 - Categoria 03: atividades acadêmicas (pesquisa).....	71
Tabela 7 - Categoria 04: atividades acadêmicas (extensão).....	72
Tabela 8 - Categoria 05: informação financeira e de gestão.....	73
Tabela 9 - Categoria 06: características da informação financeira.....	75
Tabela 10 - Categoria 07: informação sobre responsabilidade social.....	76
Tabela 11 - Categoria 08: informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição.....	77
Tabela 12 - Categoria 09: informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	78
Tabela 13 - Categoria 10: E-Serviços.....	79
Tabela 14 - Categoria 11: E-Participação.....	80
Tabela 15 - Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade	81
Tabela 16 - Informação relacionada ao conteúdo da página – dados gerais da instituição.....	83
Tabela 17 - Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (ensino).....	84
Tabela 18 - Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (pesquisa).....	85

Tabela 19 - Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (extensão)	86
Tabela 20 - Informação relativa ao conteúdo da página – informação financeira e de gestão	87
Tabela 21 - Informação relativa ao conteúdo da página – informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição ...	88
Tabela 22 - Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	89
Tabela 23 - <i>Ranking</i> de universidades segundo o índice	90
Tabela 24 - Índice Global de Transparência	91
Tabela 25 - E-Informação.....	92
Tabela 26 - <i>Ranking</i> de universidades segundo o índice de Rosário et al. (2011)....	94
Tabela 27 - Replicações do índice de Dixon, Coy e Tower (1991).....	96
Tabela 28 - Índice de Dixon, Coy e Tower (1991).....	96
Tabela 29 - <i>Ranking</i> de universidades segundo o índice de Dixon, Coy e Tower (1991).....	97
Tabela 30 - Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória.....	100
Tabela 31 - Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade	101
Tabela 32 - Nível de divulgação por região	103
Tabela 33 - Estatística descritiva dos índices e determinantes de divulgação	107
Tabela 34 - Estatística descritiva dos determinantes	109
Tabela 35 - Modelos de regressão estimados.....	110
Tabela 36 - Modelos derivados do procedimento Backward.....	115

LISTA DE SIGLAS

AD - *Accountability Disclosure*

ANTIGAS - Determinante Antiguidade

Cat1 - Dados gerais da Instituição

Cat2 - Atividades acadêmicas (ensino)

Cat3 - Atividades acadêmicas (pesquisa)

Cat4 - Atividades acadêmicas (extensão)

Cat5 - Informação financeira e de gestão

Cat6 - Características da informação financeira

Cat7 - Informação sobre responsabilidade social

Cat8 - Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Cat9 - Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página *web*

Cat10 - E-Serviços

Cat11 - E-Participação

CF - Constituição Federal

CGU - Controladoria Geral da União

Com_Gr - Determinante Complexidade – n.º de cursos de Graduação

Com_PG - Determinante Complexidade – n.º de cursos de Pós

Complx - Determinante Complexidade – n.º de cursos total

Concl - Determinante Ociosidade da Graduação – n.º de formandos

DE - Dedicção Exclusiva

FINPUBL - Determinante Financiamento

GOV - Determinante Governança

IESFB - Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil

IESs - Instituições de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos

IndCat - Índice de Católico (2012)

IndCoy - Índice de Dixon, Coy (1991)

IndObr - Índice de itens Obrigatórios

IndRos - Índice de Rosário (2011)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Ingres - Determinante Visibilidade – n.º de ingressantes

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MAD - *Modified Accountability Disclosure*

Ociosi - Determinante Ociosidade – n.º de ingressantes – n.º de vagas

QuaDoc1 - Determinante Qualificação dos Docentes – n.º de docentes mba, md, doc

QuaDoc2 - Determinante Qualificação dos Docentes – n.º de docentes com mestrado ou doutorado

QuaDoc3 - Determinante Qualificação dos Docentes – n.º de docentes com doutorado

QUAGR - Determinante Qualidade da Graduação

QUAPG - Determinante Qualidade da Pós

QuaSer1 - Determinante Qualificação dos Servidores – n.º de servidores com graduação, mba, md/doc

QuaSer2 - Determinante Qualificação dos Servidores – n.º de servidores com mestrado ou doutorado

QuaSer3 - Determinante Qualificação dos Servidores – n.º de servidores com doutorado

SEM - *Structural Equations Modeling*

Suc_Gr - Determinante Sucesso da Graduação - n.º de Formandos / n.º de ingressantes

TaDoc - Determinante Tamanho - n.º de docentes

TaGeP - Determinante Tamanho - n.º de alunos total

TaGra - Determinante Tamanho - n.º de alunos da Graduação

TaPos - Determinante Tamanho - n.º de alunos da Pós

TaSer - Determinante Tamanho - n.º de Servidores

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFB - Universidades Federais Brasileiras

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

Vagas - Determinante Visibilidade - n.º de vagas

VisCxV - Determinante Visibilidade - Relação Candidato/Vaga

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
1.2	JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	20
1.3	PROBLEMA E OBJETIVO	21
2	PLATAFORMA TEÓRICA, METODOLOGIA E ANÁLISE	24
2.1	ACCOUTABILITY PÚBLICA	24
2.2	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	25
2.3	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBRIGATÓRIA.....	29
2.4	USUÁRIOS	32
2.5	ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO	33
2.5.1	Índice de divulgação focado em veículos de comunicação tradicionais ..	35
2.5.2	Trabalho de Dixon, Coy e Tower (1991).....	35
2.5.3	Índice de divulgação focado em veículos de comunicação não tradicionais.....	37
2.5.4	Trabalho de Rosário et al. (2011).....	38
2.5.5	Trabalho de Católico (2011)	41
2.6	DETERMINANTES DE TRANSPARÊNCIA	43
2.7	DESENVOLVIMENTO DOS DETERMINANTES	47
2.7.1	Variável Tamanho	47
2.7.2	Variável Antiguidade	48
2.7.3	Variável Financiamento Público	49
2.7.4	Variável Localização	49
2.7.5	Variável Governança	50
2.7.6	Variável Qualidade Acadêmica	51
2.7.7	Variável Complexidade.....	52
2.7.8	Outras Variáveis.....	53
3	METODOLOGIA	55
3.1	UNIVERSO DA PESQUISA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.2 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	58
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	65
3.3.1 Modelo econométrico e estimadores.....	67
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	68
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA.....	68
4.1.1 Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF).....	68
4.1.1.1 Dados gerais da instituição	69
4.1.1.2 Atividades acadêmicas (ensino).....	70
4.1.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa)	71
4.1.1.4 Atividades acadêmicas (extensão).....	72
4.1.1.5 Informação financeira e de gestão	73
4.1.1.6 Características da informação financeira	74
4.1.1.7 Informação sobre responsabilidade social	76
4.1.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição.....	76
4.1.1.9 Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	77
4.1.1.10 E-Serviços	79
4.1.1.11 E-Participação	80
4.1.1.12 <i>Ranking</i> de universidades com base no IndexDUF.....	81
4.1.2 Índice de Divulgação de Informação Acadêmico-Financeira das Universidades (IDIAFU).....	83
4.1.2.1 Informação relacionada ao conteúdo da página: dados gerais da instituição... ..	83
4.1.2.2 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (ensino)	84
4.1.2.3 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (pesquisa).....	85
4.1.2.4 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (extensão).....	86
4.1.2.5 Informação relativa ao conteúdo da página – informação financeira e de gestão.....	86

4.1.2.6	Informação relativa ao conteúdo da página – informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição.....	87
4.1.2.7	Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	88
4.1.3	Índice de Transparência Global de Rosário et al. (2011)	91
4.1.4	Índice de Dixon, Coy e Tower (1991)	95
4.1.5	Itens de publicação obrigatória	99
4.1.6	Nível de divulgação por região	103
4.2	ANÁLISE EXPLICATIVA.....	106
4.3	ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	113
5	RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO	118
5.1	INTRODUÇÃO.....	118
5.2	CENÁRIO DE DIVULGAÇÃO.....	118
5.2.1	Deficiências de divulgação	118
5.2.2	Características associadas à divulgação nas categorias	121
5.3	AÇÕES PROPOSTAS	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
6.1	CONTRIBUIÇÃO	106
7	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICES	142
	APÊNDICE A – Gráficos das categorias	140
	APÊNDICE B – Estatística descritiva	146
	APÊNDICE C – Procedimento Backward	147
	APÊNDICE D – Correlações	148
	APÊNDICE E – Testes dos modelos	149
	APÊNDICE F – Plano de trabalho	151
	APÊNDICE Fa – Protocolo de análise	151
	APÊNDICE Fb – Formulário de coleta de dados do índice	151

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Transparência pública está diretamente associada à disponibilização e acesso à informação relevante, relacionada ao governo e suas instituições¹ (HOLZNER e HOLZNER, 2006, p. 13; FLORINI, 1999, p. 5; GERRING e THACKER, 2004, p. 316; COTTERRELL, 1999, p. 414; FINEL, 1999, p. 315; VISHWANATH e KAUFMAN, 2002, p. 3), sendo um componente indispensável para democracia e bom governo (BAUHR; GRIMES, 2013, p. 6; CURTIN; MEIJER, 2006, p. 14), pois, conforme Grau (2006, p. 25), é um recurso-chave que os cidadãos podem utilizar para desenvolver influência direta sobre a administração pública ajudando a melhorar a qualidade democrática das decisões e das políticas públicas.

Além disso, no entendimento de Stiglitz (1999, p. 2), o “sigilo dá ao governo controle exclusivo sobre certas áreas de conhecimento e, portanto, aumenta o poder do estado”. Segundo ele, para haver participação completa dos cidadãos nos processos democráticos, é necessário que haja cidadãos informados e, conseqüentemente, transparência.

Desse modo, segundo Grau (2006, p. 23), a transparência e, em especial, a transparência pública são um dos valores mais apreciados na atualidade, principalmente em decorrência da queda do autoritarismo e do fortalecimento da democracia, ocorrida na América Latina, nas últimas décadas.

Sendo assim, Pereira (2004, p. 17) afirma que também no Brasil a prática democrática tem se manifestado pela demanda por mais transparência pública e que, em resposta, os instrumentos de transparência já existentes na administração federal têm sido reforçados e outros têm sido criados. Como exemplos de instrumentos de transparência criados recentemente no Brasil, há o *site* Contas Públicas (criado em 1998), a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 2000), o Portal da Transparência Pública (criado em 2004), a Lei da

¹ Para definição completa, ver seção 2.2 Transparência pública (p. 25).

Transparência (Lei Complementar n.º 131, de 2009) e a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei n.º 12.527, de 2011).

Logo, nesse contexto de demanda por mais transparência pública e de instrumentos governamentais de transparência pública sendo instituídos, estão inseridas as universidades federais como instituições públicas, componentes da estrutura da administração brasileira, obrigadas a prestar contas do uso de seus recursos e dar publicidade de seus atos (PLATT NETO et al., 2004, p. 1).

Ressalta-se ainda que as universidades têm importante papel no desenvolvimento do país, constituindo uma das bases do tripé formado pela indústria, universidade e governo, que impulsionam tal desenvolvimento (NAKAGAWA, 2000, p. 21). Logo, devido a seu impacto na sociedade como prestadora e consumidora de serviços, grande quantidade de recursos públicos é empregada e sua obrigação de publicidade de seus atos e prestação de contas é extensiva a múltiplas dimensões como legal, política e financeira. Tal prestação de contas e publicidade pode ocorrer por diversos caminhos – formais, informais, escritos, eletrônicos – e em outras mídias (COY et al., 2001, p. 13).

Assume-se, então, que todas as universidades federais precisam divulgar suas informações em portais oficiais, inclusive por determinação legal, conforme o art. 8.º, § 2.º, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

§ 2.º Para cumprimento do disposto no *caput*, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) (BRASIL, 2011).

Assume-se ainda que, conforme coloca Rodriguez-Pomeda e Machado (2006, p. 9), “a Internet é hoje o meio mais importante de comunicação externa e que todas as universidades devem ter seu site oficial”. Daí, pode-se inferir que os portais eletrônicos das universidades são potenciais instrumentos/veículos de transparência, uma vez que eles permitem uma maior distribuição de informações de maneira rápida e atualizada e a baixo custo, conforme ressaltam Curtin e Meijer (2006, p. 3).

Nesse contexto, Curtin e Meijer (2006, p. 3) afirmam ainda que a internet tem um importante papel no aumento da transparência, pois pode ser utilizada para providenciar mais informação para os cidadãos. Segundo os autores, “sem a

Internet, a transparência seria impossível, ou pelo menos, muito mais cara” (CURTIN e MEIJER, 2006, p.14). A Figura 1 a seguir ilustra esse contexto:

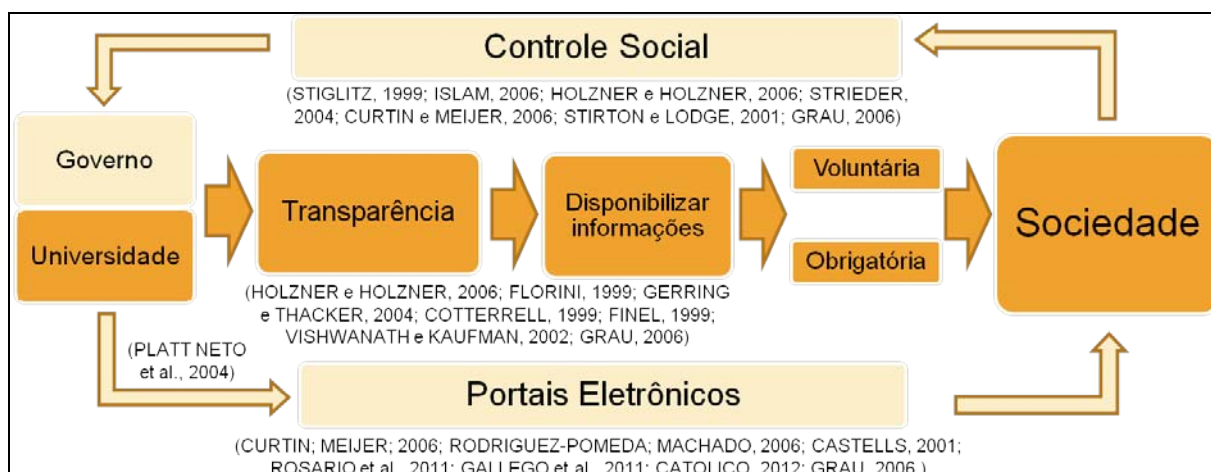


FIGURA 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Fonte: Elaboração própria.

Considerando então a potencialidade dos portais eletrônicos das universidades como veículos de transparência e a necessidade destas em dar publicidade a seus atos e prestar contas à sociedade tanto de forma voluntária quanto obrigatória, estudos recentes foram realizados na Espanha (GALLEGO et al., 2009), na Colômbia (CATÓLICO, 2012) e entre as cem maiores universidades do mundo (ROSARIO et al., 2011), objetivando mensurar a transparência nos portais dessas universidades e identificar variáveis (determinantes) que permitissem explicar a variação da transparência.

Tais pesquisas têm comumente associado como determinante do nível de transparência das universidades características, como o tamanho (CATÓLICO, 2012; GALLEGO et al., 2009; ROSARIO et al., 2011; GORDON et al., 2002; LIMA, 2009), a antiguidade (CATÓLICO, 2012; GALLEGO et al., 2009; ROSARIO et al., 2009) e a governança (GORDON et al., 2002; GALLEGO et al., 2009). Contudo, não existe consenso entre as pesquisas quanto a fatores determinantes que sejam significativos para explicar a variação da transparência e, em alguns casos, no sentido da associação encontrada (ver Quadro 11, p. 46)

Nesse contexto, este trabalho pretende verificar o grau de transparência das universidades federais brasileiras com base em estudo de seus portais eletrônicos e relacioná-lo com características (determinantes) dessas universidades que ajudem a

explicá-lo, conforme trabalhos prévios realizados na Colômbia (CATÓLICO, 2012), Espanha (GALLEGO; GARCÍA; RODRÍGUEZ, 2009; BUENADICHA et al., 2001) e em Portugal (RODRIGUEZ-POMEDA; MACHADO, 2006). Esses trabalhos analisaram o grau de transparência das universidades por meio de informações dos *sites*. Foram considerados também estudos prévios realizados no Reino Unido (BANKS; FISHER; NELSON, 1997; ANGLUIN; SCAPENS, 2000), Canadá (BANKS; NELSON, 1994) e Nova Zelândia (DIXON; COY; TOWER, 1991; COY; DIXON; TOWER, 1993) e Brasil (LIMA, 2009), que analisaram o grau de transparência das universidades com base em relatórios financeiros/operacionais emitidos por elas.

Portanto, o duplo objetivo da pesquisa é medir o grau de transparência de informações financeiras e não financeiras divulgadas nos *sites* das Universidades Federais Brasileiras (UFB) e definir, por meio de modelo estatístico, quais determinantes (variáveis) são úteis para explicar o grau de transparência mensurado.

1.2 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

Os principais fatores que motivaram a pesquisa foram os seguintes:

i) Estudos recentes (CATÓLICO, 2012, GALLEGGO et al., 2009; ROSARIO et al., 2011; GORDON et al., 2002; LIMA, 2009), visando mensurar a transparência nos portais dessas universidades e identificar variáveis (determinantes) que permitam explicar a variação da transparência, que têm divergido quanto a fatores determinantes que sejam significativos para explicar a variação da transparência e, em alguns casos, divergido também no sentido da associação encontrada (ver Quadro 9, p. 41).

ii) Pesquisas anteriores (CATÓLICO, 2012; GALLEGGO; GARCÍA; RODRÍGUEZ, 2009; RODRIGUEZ-POMEDA; MACHADO, 2006; BANKS; FISHER; NELSON, 1997; BANKS; NELSON, 1994; COY; DIXON; TOWER, 1993; DIXON; COY; TOWER, 1991) que identificaram baixa transparência nos *sites* ou publicações anuais de universidades ao redor do globo, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Pesquisas anteriores

País	Nível de transparência			Autores
	financeira	não financeira	geral	
Colômbia	baixo	Moderado	moderado	Católico, 2012.
Espanha	baixo	-	baixo	Gallego, García, Rodríguez, 2009.
Portugal e Espanha	baixo	Moderado	baixo	Rodríguez-Pomeda e Machado, 2006.
Reino Unido	moderado	Baixo	baixo	Banks, Fisher e Nelson, 1997.
Canadá	baixo	muito baixo	baixo	Banks e Nelson, 1994.
Nova Zelândia	alto	alto	alto	Coy, Dixon, Tower 1993.
Nova Zelândia	alto	alto	alto	Dixon, Coy e Tower, 1991.

Fonte: Elaboração própria.

iii) No Brasil, onde, apesar de várias pesquisas voltadas ao estudo da transparência pública em portais de governos municipais e/ou estaduais (AKUTSU; PINHO, 2002; PINHO, 2008; PRADO, 2004; PINHO, 2006; SILVA, 2005; JAMBEIRO; SOBREIRA; MACAMBIRA, 2012; RAUPP, 2011; AGOSTINETO; RAUPP, 2010), foram identificadas apenas quatro pesquisas relacionadas à transparência em universidades (PLATT NETO, CRUZ, VIEIRA; 2004; 2006; LIMA, 2009; SILVEIRA; TAROUCO, 2012) todas exploratórias/descritivas; e apenas uma com caráter explicativo, Lima (2009) que mensurou a transparência em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil (IESFB) e identificou fatores determinantes dessa transparência. Não foi identificado nenhum trabalho com o escopo pretendido que objetivasse mensurar o grau de transparência e identificar fatores determinantes de transparência das universidades federais.

1.3 PROBLEMA E OBJETIVO

As universidades federais são instituições que compõem a administração pública federal, as quais devem cumprir as exigências legais de transparência e suprir as demandas de informações de seus usuários por transparência.

Nesse contexto, os portais eletrônicos são considerados veículos de comunicação adequados para a divulgação dessas informações (CURTIN; MEIJER; 2006, p.14; RODRIGUEZ-POMEDA; MACHADO, 2006, p. 9; CASTELLS, 2001, p. 155; ROSARIO et al., 2011, p. 2; GALLEGO et al., 2011, p. 183; CATOLICO, 2012, p. 61), por serem amplamente utilizados e facilmente acessados pelos usuários e apresentarem baixo custo (CURTIN; MEIJER, 2006, p. 3) quando comparados com

outros veículos de comunicação. Além disso, a Lei 12.527/2011 determina um escopo mínimo de informações que esses portais precisam conter.

Também pesquisas anteriores (CATÓLICO, 2012; GALLEGO; GARCÍA; RODRÍGUEZ, 2009; RODRIGUEZ-POMEDA; MACHADO, 2006; BANKS; FISHER; NELSON, 1997; BANKS; NELSON, 1994) têm verificado insuficiente grau de transparência em universidades ao redor do globo (em países distintos), no que concerne tanto a informações financeiras quanto a informações não financeiras (ver Tabela 1 – Pesquisas anteriores, p. 21), além de divergirem em quais fatores determinantes são significativos para explicar a variação da transparência e no sentido da associação encontrada.

Portanto, considerando a necessidade de transparência de informações nessas instituições, para permitir maior controle social, e considerando as pesquisas anteriores, surge a necessidade de verificar qual o grau de transparência nessas universidades e explicar as possíveis variações do grau de transparência entre essas instituições.

Logo, pergunta-se: qual o grau de transparência de informações financeiras e não financeiras divulgadas nos portais das universidades federais brasileiras e quais determinantes (variáveis) são úteis para explicar a variação desse grau de transparência entre essas universidades federais?

A fim de responder à questão, a pesquisa pretende analisar os portais eletrônicos das 59 universidades federais² (ver Tabela 2 – Universidades Federais Brasileiras, p. 56) para verificar a ocorrência de itens de divulgação relacionados com a transparência e definir o grau de transparência nessas universidades e compará-lo com determinantes (variáveis) que possam explicá-lo (tamanho, idade, complexidade, quantidade de alunos) a fim de construir modelo estatístico que permita explicar a variação de transparência entre aquelas universidades.

Para atingir o objetivo exposto, alguns passos (objetivos específicos) precisam ser dados, a saber:

² INEP. Censo da educação superior: 2010. Resumo técnico. Brasília, 2012.

- Construir índice de mensuração de transparência com base nos índices de Dixon, Coy e Tower (1993), Rosário et al. (2011) e Católico (2011).
- Analisar os portais das universidades federais por meio do índice.
- Determinar, com base no índice, o grau de transparência das universidades federais.
- Levantar determinantes (variáveis explicativas) para o grau de transparência das universidades federais.

2 PLATAFORMA TEÓRICA, METODOLOGIA E ANÁLISE

Verrecchia (2001, p. 2001) afirma que “ainda não existe uma compreensível ou unificada teoria da evidenciação”. Segundo ele, “não existe um paradigma que dê origem a uma teoria central bem integrada”; portanto, a revisão teórica não abordará uma teoria, mas fará uma análise dos principais conceitos relacionados à transparência pública, desde a *accountability*, passando por transparência, divulgação, até usuários da informação divulgada, conforme ilustra a Figura 2 a seguir.

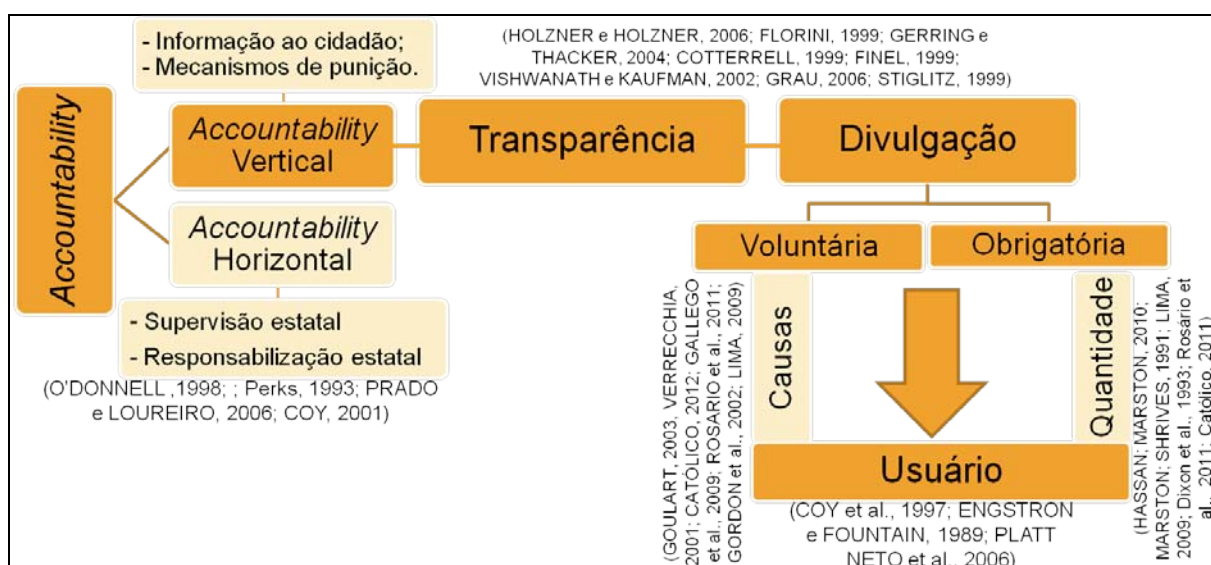


FIGURA 2 – QUADRO TEÓRICO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Fonte: Elaboração própria.

2. 1 ACCOUNTABILITY PÚBLICA

Desde os anos 80, a *accountability* tem obtido relevância na condução de assuntos públicos, negócios e política na sociedade (COY, 2001, p. 7).

Segundo Perks (1993, p. 24), apud Coy (2001, p. 7), a *accountability* é geralmente aceita como obrigação de prestação de contas, em que o agente tem de prestar contas de suas ações ao principal, municiando-o de informações para que ele possa tomar decisões.

O'DONNELL (1998, p. 29-30) indica haver duas dimensões da *accountability*: a *accountability* vertical e a horizontal. Ele salienta que por *accountability* vertical se entende a prestação de contas ao cidadão e à sociedade permitindo que esta cobre

possíveis irregularidades por meio de eleições, reivindicações e mídia. Já quanto à *accountability* horizontal, O'DONNELL (1998, p. 40) define como

a existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas a realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas (O'DONNELL, 1998, p. 40)

O referido autor ainda argumenta que, para haver democracia, é necessário que haja as duas dimensões da *accountability*. No entender dele, a maioria dos países latino-americanos possui a primeira dimensão da *accountability*, contudo ainda não se verifica completamente a existência da *accountability* horizontal; portanto, ele classifica esses países como democracias delegativas.

Prado e Loureiro (2006, p. 360) ainda afirmam que a *accountability* envolve três etapas: “1) informação correta e transparente aos cidadãos; 2) prestação de contas dos governantes e 3) sua responsabilização no sentido estrito, isto é, envolvendo a aplicação de recompensas aos governantes ou punições”.

Nesse contexto, a *accountability* e o acesso público a informações são essenciais para controlar o abuso de poder e conseqüentemente a corrupção (COY, 2001, p. 7). A transparência é um aspecto essencial da *accountability* porque esta não pode prescindir de transparência pública para existir.

2.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Transparência pública está diretamente associada à disponibilização e acesso à informação relevante, relacionada ao governo e suas instituições. Esse conceito é relativamente aceito na literatura, apesar de conter algumas variações de autor para autor, conforme observamos no Quadro 1.

Autor ³	Conceito	O que é transparência?	Transparência de quê?	Relativa a quem?	Para quem?	Para quê?
Holzner e Holzner	“acesso aberto, público e/ou individual, a informações detidas e divulgadas pelos centros de autoridade”	acessibilidade e divulgação	informações	a centros de autoridade	público e/ou individual	-
Florini	“a divulgação de informações por parte das instituições que são relevantes para a avaliação dessas instituições” ⁴	divulgação	informações relevantes	a instituições	-	avaliar
Gerring e Thacker	“disponibilidade e acessibilidade de informações relevantes sobre o funcionamento do sistema político” ⁵	acessibilidade e divulgação	informações relevantes	ao funcionamento do sistema político	-	-
Cotterrell	“disponibilidade de informações sobre assuntos de interesse público, a capacidade dos cidadãos de participar das decisões políticas, e a prestação de contas do governo com a opinião pública ou processos judiciais” ⁶	divulgação, prestação de contas	informações de interesse público	governo	cidadãos	capacitar para participar das decisões políticas
FINEL	“estruturas legais, políticas e institucionais que tornam as informações sobre as características internas do governo e da sociedade à disposição dos atores, tanto dentro como fora do sistema político interno” ⁷	divulgação estruturas legais, políticas e institucionais que disponibilizam	informações sobre as características internas	ao governo e à sociedade	atores, tanto dentro como fora do sistema político interno	-
Vishwanath e Kaufman	“fluxo de informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis” “Transparência está relacionada a magnitude de informações on-line disponíveis em sites oficiais do governo” ⁸	fluxo de informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis	informações econômicas, sociais e políticas oportunas e confiáveis	ao governo	-	-

QUADRO 1 – CONCEITOS DE TRANSPARÊNCIA

Fonte: Elaboração própria.

Com base nesse quadro, verifica-se que a divulgação e acessibilidade da informação econômica, social e política são questões-chave da transparência

³ Holzner e Holzner (2006, p. 13), Florini (1999, p. 5), Gerring e Thacker (2004, p. 316), Cotterrell (1999, p. 414), FINEL (1999, p. 315), Vishwanath e Kaufman (2002, p. 3).

⁴ “the release of information by institutions that is relevant to evaluating those institutions”.

⁵ “availability and accessibility of relevant information about the functioning of the polity”.

⁶ “availability of information on matters of public concern, the ability of citizens to participate in political decisions, and the accountability of government to public opinion or legal processes”.

⁷ “legal, political, and institutional structures that make information about the internal characteristics of a government and society available to actors both inside and outside of the domestic political system”.

⁸ “increased flow of timely and reliable economic, social, and political information” “Transparency is about the magnitude of online information available on official government websites”

pública. Além disso, as informações precisam ser relevantes (FLORINI, 1999, p. 5; GERRING; THACKER, 2004, p. 316; COTTERRELL, 1999, p. 414), devem referir-se ao governo (VISHWANATH; KAUFMAN, 2002, p. 3; FINEL; LORD, 1999, p. 315; COTTERRELL, 1999, p. 414; GERRING; THACKER, 2004, p. 316; HOLZNER; HOLZNER, 2006, p. 13) ou às suas instituições (FLORINI, 1999, p. 5), são direcionadas aos cidadãos (HOLZNER; HOLZNER, 2006, p. 13) e devem permitir a avaliação dessas instituições (FLORINI, 1999, p. 5), além de capacitar o cidadão para participar das decisões políticas (COTTERRELL, 1999, p. 414).

Portanto, de forma abrangente e de acordo com o exposto, transparência pública é a divulgação e acesso a informações econômicas, sociais e políticas relevantes, referentes ao governo e/ou às suas instituições, direcionadas ao cidadão, que o capacitem para participar das decisões políticas e permitam que ele avalie o governo e/ou suas instituições.

Grau (2006, p. 25) afirma ainda que “indubitavelmente referir-se a transparência é referir-se a informação”, contudo ressalta que, para a informação ser transparente, é necessário que seja acessível e relevante.

Logo, considerando os conceitos expostos, esta pesquisa assume que a disponibilização de informações relevantes pelo ente público tem sinonímia com transparência pública, sendo fundamental para que a sociedade exerça seu direito de controle social.

Também para a instituição é necessária a transparência, uma vez que esta é cobrada pela sociedade e nenhuma instituição pública pode prescindir do fim público a que se destina, pois a transparência de seus atos, operações e desempenho permitirão à sociedade conhecer as ações da instituição e cobrar eventuais desvios em suas ações.

Retornando ao conceito, este está intimamente ligado à divulgação de informações relevantes e ao controle social. Na linha do controle social Islam (2006, p. 2)

esclarece que “informação permite uma melhor análise e melhor monitoramento e avaliação de eventos que são importantes para o bem-estar social e econômico”⁹.

Curtin e Meijer (2006, p. 3) afirmam que, “quanto mais transparente uma organização é (através do seu *website* ou de outra forma), mais ela está disposta a permitir que os cidadãos monitorem seu desempenho e participem nos seus processos políticos”¹⁰.

Grau (2006, p. 25) assevera que a transparência é um recurso-chave que os cidadãos podem utilizar para desenvolver influência direta sobre a administração pública ajudando a melhorar a qualidade democrática das decisões e políticas públicas.

Portanto, apesar de a transparência não poder ser confundida com democracia (ZAKARIA, 1997), ambas (transparência e democracia) estão interligadas (HOLZNER; HOLZNER, 2006, p. 12), e a transparência é um princípio fundamental para a existência da democracia, pois “um governo democrático se distingue dos governos imperiais, ditatoriais ou tirânicos por sua visibilidade e transparência” (STRIEDER, 2004, p. 178-179).

Assim, transparência é um componente indispensável para democracia e bom governo (BAUHR; GRIMES, 2013, p. 6; CURTIN; MEIJER, 2006, p. 14).

Além da já exposta contribuição da transparência para facilitar o envolvimento do cidadão no processo democrático (STIGLITZ, 1999, p. 7; ISLAM, 2006, p. 2; HOLZNER e HOLZNER, 2006, p. 12; STRIEDER, 2004, p. 178-179; CURTIN e MEIJER, 2006, p. 3; STIRTON e LODGE, 2001), vários estudos têm relacionado transparência com outras potencialidades para a sociedade e para o processo democrático. Abaixo, o Quadro 2 apresenta algumas pesquisas que relacionaram positivamente transparência com algumas consequências.

⁹ “information allows better analysis, and better monitoring and evaluation of events which are significant for people’s economic and social well-being”

¹⁰ “the more transparent an organization is (via its web site or otherwise), the more it is willing to allow citizens to monitor its performance and to participate in its policy processes”

Consequências	Pesquisas	Fonte
Aumento da confiança institucional	Blind 2006; CEPA 2009; Morrone et al. 2009.	Bauhr, Grimes, 2013
Redução da corrupção	IMF 2001; Gerring e Thacker 2004; Islam 2006; Kaufmann et al. 2002; Kurtzman et al. 2004; Lindstedt e Naurin 2010; Montinola e Jackman 2002; OECD 2001; Reinikka and Svensson 2005; Rose-Ackerman 1999; Siegle 2001; UNODC 2004.	Bauhr, Grimes, 2013
Prevenção de crises financeiras	Rahman, 1998; Fracasso et al., 2003; OECD, 2003; Erbas, 2004.	Paiva, Zuccolotto, 2009
Redução da assimetria informacional	Vishwanath e Kaufmann, 1999; Kaufmann e Kraay, 2002; OECD, 2002; Islam, 2003 e 2004.	Paiva, Zuccolotto, 2009
Eficiência dos serviços públicos	Mehmet, 2001; Reinikka e Svensson, 2003; Mauro, 2004; e Yan e Wykes, 2005.	Paiva, Zuccolotto, 2009

QUADRO 2 – PESQUISAS SOBRE CONSEQUÊNCIAS DA TRANSPARÊNCIA

Fonte: Elaboração própria.

Assim, além da contribuição da transparência para o controle social e para a democracia, a literatura apresentada tem atribuído à transparência “consequências”, tais como aumento da confiança institucional e redução da corrupção.

2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA OBRIGATÓRIA

A legislação brasileira relacionada à divulgação de informações pelos entes e entidades públicas tem avançado a passos largos nas últimas décadas. Já na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 37, estabelece-se o princípio da publicidade, segundo o qual todo ente e entidade da federação deve acatar: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

Também no parágrafo único do art. 70, a CF determina que toda pessoa física ou jurídica que receba recurso público deverá prestar contas:

CF, 1988, Artigo 70, Parágrafo único: Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal, o legislador, no intuito de fomentar a transparência, publica em 1998 a Lei 9.755/98 que estabelece o *site* Contas Públicas, no qual todos

os entes e entidades componentes da administração direta e indireta teriam de divulgar informações financeiras.

Já em 2000 é promulgada a Lei Complementar n.º 101, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, logo em seu art. 1.º, estabelece: “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente” (BRASIL, 2000).

A LRF estabelece ainda em seu artigo 48:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Na LRF os meios eletrônicos são estabelecidos como veículo de transparência da gestão fiscal.

Em 2005 é promulgado o Decreto 5.482/2005, que dispõe sobre a divulgação de informações dos entes públicos na internet e determina em seu art. 2.º:

Os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na Rede Mundial de Computadores – Internet, página denominada Transparência Pública, para divulgação, de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, compreendendo, entre outras, matérias relativas a licitações, contratos e convênios (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Também, em 2005 a Controladoria Geral da União (CGU) emite Portaria n.º 262, de 2005, na qual estabelece: “Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal sujeitos a tomada e prestação de contas anuais manterão, em seus sítios eletrônicos na rede mundial de computadores – internet, página com o título ‘Processos de Contas Anuais’ [...]” (CGU, 2005).

Por fim, o mais recente avanço no que tange à normatização da transparência pública refere-se à Lei 12.527/2011 ou Lei do Acesso à Informação, que inova bastante, ao estabelecer o direito ao acesso à informação por parte da sociedade tanto no que tange à transparência passiva, quando a administração pública recebe solicitações de informação e a elas responde, quanto no que tange à transparência ativa, quando o poder público promove, independentemente de solicitação, em seus portais eletrônicos, informações de interesse coletivo.

A Lei especifica ainda quais formatos de divulgação e tipos de informação a serem divulgados. Também determina a criação de “Serviço de Informações a Cidadão”, para atender às solicitações de informação do público.

A lei determina, em seu art. 8.º, que os entes deverão divulgar no mínimo

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011).

Além dos itens anteriores, os *sites* deverão:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (BRASIL, 2011).

Por fim, a lei determina, em seu art. 30, que a entidade deverá publicar anualmente, em seu *site*, as seguintes informações:

- I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;
- II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;
- III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes (BRASIL, 2011).

Portanto, no que tange à transparência, os itens citados são de divulgação obrigatória e devem compor qualquer índice de transparência que seja construído,

sem o prejuízo da inclusão de novos itens de publicação não obrigatória que sejam relevantes para os usuários das informações disponibilizadas pela universidade.

2.4 USUÁRIOS

Conforme afirmam Coy et al. (1997, p. 11), apud Lima (2011, p. 47), devido ao impacto da universidade na comunidade em que se insere, os usuários da informação disponibilizada por ela incluem todos os membros dessa comunidade.

Coy et al. (1998, p. 14) afirma ainda que os usuários da informação disponibilizada pela universidade “são considerados todos aqueles com um interesse econômico, social ou político legítimo na organização”.

Quanto aos tipos de informações requeridas pelos usuários, Coy et al. (1997, p.16) afirmam que elas podem ser agrupadas em quatro categorias: desempenho do ensino, desempenho da pesquisa, alocação de recursos e alocações de custos.

O Quadro 3 apresenta os usuários da informação segundo o Modelo de Utilidade de Decisão de Engstrom e Fountain (1989), que identificaram 13 grupos de usuários, e o Modelo de *Accountability* Pública de Coy et al. (1997), que identificaram 21 tipos de usuários.

Modelo de Utilidade de Decisão (ENGSTRON; FOUNTAIN, 1989)	Modelo de <i>Accountability</i> Pública (COY et al., 1997)
1. Oficiais executivos do ensino superior 2. Oficiais do orçamento do Estado 3. Auditores do Estado 4. Fiscal do Estado 5. Analistas fiscais legislativos do Estado 6. Auxiliares do governo de Estado 7. Governo federal 8. Agências credenciadas 9. Quadro de membros 10. Comunidade financeira (seguradoras, banqueiros, analistas) 11. Doadores principais (depósitos de caridade) 12. Faculdade 13. Público em geral, bacharéis, pais e cônjuges de alunos.	1. <u>Cidadãos de dentro do campus:</u> Gerentes Seniores, equipe de apoio, acadêmicos, estudantes que recebem serviços 2. <u>Organizações competidoras/irmãs:</u> Empregados de outras instituições de ensino 3. <u>Representantes indicados ou eleitos:</u> Parlamentares, membros do quadro de negociadores do conselho institucional 4. <u>Fornecedores de Recursos:</u> Fornecedores e financiadores, doadores e patrocinadores, investidores e parceiros, associações profissionais 5. <u>Cidadãos externos:</u> Eleitores e contribuintes de impostos, outros grupos de pressão, receptores de serviços não estudantes, conselheiros e consultores, formados. 6. <u>Analistas e Mídia:</u> Pesquisadores, jornalistas, bibliotecários.

QUADRO 3 – USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELAS UNIVERSIDADES
 Fonte: Lima (2011, p. 47).

Além dos modelos apresentados, Platt Neto et al. (2006), em trabalho realizado na UFSC, listaram grupos de usuários da informação financeira disponibilizada pela universidade, bem como os principais interesses de cada grupo, conforme se verifica no Quadro 4 a seguir.

Usuários	Síntese dos presumíveis interesses
Cidadãos, contribuintes ou eleitores	Exercer a participação política e o controle social, auxiliando a escolha e a atuação de governantes que atendam aos seus anseios.
Fornecedores	Decidir pela venda ao Estado por meio do conhecimento da demanda e da capacidade de pagamento. Acompanhar licitações e pagamentos pelos órgãos públicos.
Sindicatos	Negociar remunerações, condições de trabalho e benefícios de servidores públicos, aposentados e pensionistas.
Empresários	Decidir pela continuidade dos negócios, considerando alterações da carga tributária e do incentivo à atividade econômica pelo Estado bem como oportunidades de captação de empregados e dirigentes para os seus quadros de recursos humanos.
Investidores (pessoas ou instituições)	Análise de risco quanto à compra de títulos da dívida pública, entre alternativas de investimentos afetadas pelo Estado.
ONGs: associações entre outros	Acompanhar e fiscalizar a ação governamental de acordo com suas finalidades e identificar áreas ou núcleos de cooperação ou suporte para as suas atividades.
Partidos políticos	Embasar suas críticas e propostas governamentais (planos de governo), inclusive por meio da alocação dos recursos públicos em ensino, pesquisa e extensão.
Pesquisadores e estudantes	Desenvolver estudos acadêmico-científicos sobre o Estado, sua gestão e as finanças públicas. Localizar oportunidades e/ou concentração dos recursos potenciais ou reais destacados para a entidade.
Instituições de crédito	Embasar suas decisões de concessão de crédito ao Estado.
Governos em outras esferas ou poderes	Fiscalizar o uso de recursos, decisão de auxílio técnico e financeiro, instituição ou alteração das normas vigentes.
Governos estrangeiros	Decidir pela cooperação e auxílio financeiro, na forma de empréstimos ou doações (transferências).
Mídia (rádio, TV e jornais).	Divulgar notícias e matérias investigativas.

QUADRO 4 – USUÁRIOS EXTERNOS DAS CONTAS PÚBLICAS E SÍNTESE DE SEUS INTERESSES

Fonte: Platt Neto et al. (2006, p. 139).

2.5 ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO

A respeito de mensurar o grau de divulgação, “não existe uma teoria geral da divulgação que guie a construção ou a avaliação dos índices de divulgação”, o que torna a tarefa mais complexa. “O ideal é considerar a teoria que incorpore o conceito que se pretende estudar” (HASSAN; MARSTON, 2010, p. 32).

Além disso, segundo Hassan e Marston (2010, p. 32), “nível de divulgação não é uma variável que possa ser observada e medida diretamente”; logo, ela deve ser medida indiretamente por meio de valores de variáveis ou características que sejam observadas. Considerando isso, medidas de divulgação são classificadas, segundo os autores, em duas abordagens, conforme mostra o Quadro 5 a seguir:

Abordagem	Tipos de análise	Técnicas utilizadas
Investiga características da divulgação.	Qualidade da informação	Índice de divulgação Estudos de análise de conteúdo Frequência de divulgação.
	Quantidade da informação	
Investiga variáveis que tenham relação com a divulgação.	Variáveis causais	Técnicas de regressão múltipla Análise fatorial Equações de modelagem estrutural
	Variáveis indicativas.	

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS EM DIVULGAÇÃO

Fonte: Adaptado de Hassan e Marston (2010, p. 32).

A primeira abordagem tenta medir a divulgação reduzindo-a a características observáveis, já a segunda tenta explicar a divulgação com base em variáveis que têm relação com a divulgação. Além disso, a primeira abordagem analisa tanto a qualidade da informação quanto a quantidade de informação, contudo Hassan e Marston (2010, p. 32) afirmam que até o momento todas as formas de medir qualidade da divulgação atraem críticas e que é “extraordinariamente difícil quantificar qualidade” e é “virtualmente impossível aplicar procedimentos empíricos” nesse caso. Já quanto às tentativas de medir a quantidade de informação, tem-se a análise de conteúdo que mede o nível de divulgação contando palavras-chave que apareçam no veículo de divulgação. Todavia, apenas contar as palavras pode apresentar problemas, pois a contagem não inclui gráficos ou figuras nem considera o contexto em que a palavra aparece.

Já o índice de divulgação é uma lista extensa de itens selecionados que podem ser divulgados pela instituição (MARSTON; SHRIVES, 1991, p. 195, apud HASSAN; MARSTON, 2010, p. 18). Ademais, pode incluir informações de divulgação obrigatórias ou informações de divulgação voluntária, ou ambas, como também estabelecer pesos diferentes para os itens da lista ou pesos iguais. Além disso, pode cobrir informações divulgadas em um veículo de comunicação específico ou em vários, publicados pela própria empresa ou por terceiros (HASSAN; MARSTON, 2010, p. 18).

Desse modo, Hassan e Marston (2010, p. 18) conceituam índice de divulgação como um “instrumento de pesquisa para medir a extensão da informação divulgada em um veículo específico de acordo com uma lista de itens selecionados”. Segundo eles, CERF (1961) foi o primeiro a utilizar o índice em 1961, o qual, desde então, vem sendo utilizado.

Portanto, o índice de divulgação é uma das técnicas utilizadas para medir tanto a qualidade quanto a quantidade da informação e pode ser associado a técnicas estatísticas de investigação para compor um modelo que identifique variáveis causais da divulgação de informação, permitindo explicar o grau de divulgação de determinada instituição.

2.5.1 Índice de divulgação focado em veículos de comunicação tradicionais

Os índices de divulgação mais comuns concentram suas observações em veículos de informação tradicionais (relatórios financeiros, relatórios anuais, demonstrações contábeis), contudo têm ganhado força pesquisas que desenvolvem índices de divulgação cujos objetos de investigação sejam veículos de informação não tradicionais, mais especificamente *websites*, uma vez que tais veículos têm recentemente se tornado a principal forma de comunicação utilizada por instituições.

2.5.2 Trabalho de Dixon, Coy e Tower (1991)

Quanto à utilização de índices semelhantes para verificar a divulgação de informação por universidades, Dixon, Coy e Tower (1991) desenvolveram um índice para mensurar o grau de divulgação de informações pelas universidades neozelandesas (*disclosure of accountability score ou AD-score*), o qual posteriormente (1993) foi denominado pelos próprios autores como “*Modified Accountability Disclosure Score – MAD-score*”. O mesmo índice foi adaptado por Banks e Nelson (1994) para universidades canadenses, por Banks, Fisher e Nelson (1997) para universidades do Reino Unido e por Lima (2009) para instituições de ensino superior filantrópicas no Brasil.

O índice de divulgação desenvolvido por Dixon, Coy e Tower (1991) para analisar os relatórios das universidades da Nova Zelândia incluía 43 itens distribuídos em quatro

grupos: (i) visão geral, (ii) desempenho dos serviços, (iii) desempenho financeiro e (iv) situação física e financeira (LIMA, 2009, p. 15).

Posteriormente, em estudo realizado em 1993, Dixon, Coy e Tower (1993) revisaram o índice e reduziram a quantidade de itens de 43 para 25, além de acrescentarem o 26.º item.

O Quadro 6 compara os itens que foram considerados na composição dos índices de divulgação nos diversos estudos realizados anteriormente. É possível perceber certa estabilidade na utilização dos 26 itens prescritos por Dixon, Coy e Tower (1993).

Características qualitativas do relatório ou item de divulgação	Pesos	UK			US		CA		NZ	Br
		GH	Sp	B ¹	E	K	B ²	B ³	C	L
I – Visão geral										
01 – Demonstração dos objetivos	3	x		X		x	x	X	X	X
02 – Relatório descritivo/revisão geral	3	x		X	x		x	X	X	X
03 – Resumo dos fatos e números	1	x		X	x		x	X	X	X
04 – Revisão financeira	1	x	x	X			x	X	X	X
05 – Políticas contábeis	2	x		X			x	X	X	X
06 – Informações da diretoria	1	x		X			x	X	X	X
II – Desempenho dos serviços										
07 – Número de estudantes	3	x		X	x	x	x	X	X	X
08 – Formandos	2	x		X	x	x	x	X	X	X
09 – Emprego/destino dos estudantes da educação	1	x	x	X		x		X	X	X
10 – Publicações	3	x		X		x		X	X	X
11 – Percentual de estudantes na faculdade	3	x	x	X			x	X	X	X
12 – Metas	2			X				X	X	X
III – Desempenho financeiro										
13 - Demonstração das operações – DRE	3	x	x	X	x	x	x	X	X	X
14 – Depreciação	1		x	X		x		X	X	X
15 – Informações orçamentárias	2			X	x		x	X	X	X
16 – Custo unitário por estudante	2	x		X		x		X	X	X
17 - Demonstração do fluxo de caixa	2		x	X		x	x	X	X	X
18 – Subsídio para pesquisa	2	x		X		x	x	X	X	X
19 – Alocação de <i>overhead</i>	2			X				X	X	X
IV – Situação física e financeira										
20 – Balanço patrimonial	3	x	x	X	x	x	x	X	X	X
21 – Funcionários/faculdade	3	x		X			x	X	X	X
22 – Biblioteca	2	x		X			x	X	X	X
23 – Investimentos	1	x	x	X	x		x	X	X	X
24 – Compromissos e contingências	2	x	x	X	x			X	X	X
25 – Emprego e informação do patrimônio educacional	2		x	X	x		x	X	X	X
26 – Uso da edificação	1		x	X	x		x	X	X	X
Total	53	19	11	26	11	11	18	26	26	26

QUADRO 6 – ITENS CONSIDERADOS NA COMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES DE DIVULGAÇÃO DE ESTUDOS ANTERIORES

Fonte: Adaptado de Banks, Fisher e Nelson (1997, p. 217).

Notas: **GH**: Gray e Haslam (1990), **S**: SORPI (1989), **E**: Engstrom (1988), **K**: KPMG (1995), **B¹**: Banks, Fisher e Nelson (1997), **B²**: Broadhurst (1993), **B³**: Banks, Fisher e Nelson (1994), **C**: Coy, Dixon e Tower (1993), **L**: Lima (2009).

Conforme se pode observar, o índice desenvolvido por Dixon, Coy e Tower (1993) é ponderado, ou seja, os itens possuem pesos associados que modificam sua participação no cálculo do índice; além disso, o índice é graduado, ou seja, a ocorrência de cada item é graduado por uma escala que varia de 0 (não ocorre) a 3 (ocorre plenamente).

Apesar de ser utilizado para medir a divulgação de informações em veículos tradicionais de publicação, o índice desenvolvido por Dixon, Coy e Tower (1993) foi adaptado para compor novo índice que vise medir a divulgação de informações publicadas em veículos não tradicionais, como nos *websites* das universidades.

2.5.3 Índice de divulgação focado em veículos de comunicação não tradicionais

A maioria dos estudos de divulgação de informações por parte de universidades concentra-se principalmente em informações financeiras e nos instrumentos de divulgação tradicionais (relatórios financeiros, relatórios anuais, demonstrações contábeis) e são poucos que focam informações financeiras e não financeiras e buscam verificar sua divulgação em instrumentos não tradicionais, como os *websites*.

Nesse contexto, dois trabalhos chamam a atenção, o de Rosário et al. (2011) e o de Católico (2011), ambos buscaram tanto desenvolver índice que medisse o grau de divulgação de informações financeiras e não financeiras em *websites* de universidades quanto construir modelo que explicasse o referido grau de divulgação medido.

O objeto de estudo do primeiro trabalho (ROSÁRIO et al., 2011) foram os portais eletrônicos das cem maiores universidades (públicas e privadas) do mundo; já o segundo trabalho (CATÓLICO, 2011) teve como objeto de estudo os portais eletrônicos das universidades públicas colombianas, conforme se seguem.

2.5.4 Trabalho de Rosário et al. (2011)

ROSÁRIO et al. (2011) buscaram desenvolver índice de divulgação para as cem maiores universidades (públicas e privadas) do mundo com base na análise de seus *websites*.

O referido índice de divulgação congrega quatro aspectos de análise: E-Informação, E-Serviços, E-Participação e Navegabilidade, desenho e acessibilidade. Cada aspecto agrupa diversos itens (71 no total), que guardam relação com a transparência, cuja ocorrência é verificada em observação dos *websites* das universidades em pauta.

O Quadro 7 a seguir detalha a composição desse índice.

E-INFORMAÇÃO	
Nº	INFORMAÇÃO SOBRE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA
	Perfil organizativo
1	Organograma funcional (estrutura)
2	Órgãos de governo e funções
3	Direção
4	Agenda do reitor
5	Especificam-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores
6	Especifica-se informação sobre salários
	Regulamentos e normas universitárias
7	Atas das decisões dos conselhos de governo universitário
8	Regulamentos emitidos
9	Estatuto da universidade
	INFORMAÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE
10	Estatísticas sobre matrículas
11	Informação sobre infraestrutura universitária (edifícios, desportivas, educativas, restaurantes, etc.)
12	Estatísticas sobre o número e tipo de vagas em cada faculdade
13	Bolsas de monitoria/estágio universitárias
14	Planos da universidade
15	Maneira de chegar à universidade
16	Serviços de notícias (jornal de anúncios)
17	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)
	INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE
	Conteúdo da informação financeira
	a) Informação orçamentária
18	Orçamento aprovado
19	Modificações no orçamento
20	Gastos executados
21	Receitas executadas
22	Indicadores orçamentários
	b) Informação econômico-financeira
23	Fluxos de caixa

E-INFORMAÇÃO	
	(continua)
24	Dívida ativa
25	Variação da dívida
26	Ativos não correntes
27	Variação de ativos não correntes
28	Indicadores financeiros (índices)
	c) Informação não financeira
29	Indicadores de eficácia e eficiência
30	Capital humano
	d) Informação sobre gestão estratégica e qualidade
31	Plano estratégico aprovado
32	Execução do plano estratégico
33	Publicação das convocações de licitação da compra de bens e serviços
34	Publicação dos procedimentos para a contratação de obras e serviços
35	Execução de obras e serviços
36	Fornecedores padrão
	Características da informação financeira
37	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a contabilidade geral na página <i>web</i>
38	Periodicidade da informação fornecida
39	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação
40	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira
41	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada
42	Confiabilidade da informação: se oferece informação auditada
	INFORMAÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL
43	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica
44	Responsabilidade social
45	Responsabilidade ambiental
	E-SERVIÇOS
46	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal
47	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento
48	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas da educação formal
49	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento
50	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal
51	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento
52	<i>E-learning</i> na educação formal
53	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento
	E-PARTICIPAÇÃO
54	Caixa de reclamações ou sugestões
55	Fóruns de discussão na <i>web</i> da universidade
56	<i>Chat</i>
57	Pesquisas de opinião
58	<i>Blog</i>
59	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato dos professores
60	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade
61	A página <i>web</i> permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem

E-INFORMAÇÃO	
	(conclusão)
62	A página <i>web</i> apresenta um correio eletrônico diferente do <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral pelo usuário
NAVEGABILIDADE DESENHO E ACESSIBILIDADE	
63	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação
64	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras
65	A informação fornecida está disponível em várias línguas
66	Sistema de busca no <i>site</i>
67	É claramente diferenciado na <i>web</i> a existência de <i>links</i> internos do ente público e a ele externos
68	Existe um mapa que especifique claramente o conteúdo informativo na <i>web</i>
69	A página <i>web</i> utiliza como ferramenta <i>hiperlinks</i> na informação financeira prestada
70	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página <i>web</i>
71	A <i>web</i> oferece a informação em formato áudio e/ou vídeo

QUADRO 7 – COMPONENTES DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DE ROSÁRIO ET AL.

Fonte: Rosário et al. (2011).

O índice não é ponderado, assumindo-se que todos os itens têm o mesmo peso, e não há gradação na ocorrência, pois cada item é binário e pontuado com “1” caso ocorra ou “0” caso não ocorra. A soma dos itens é dividida pelo total de itens gerando o índice de divulgação. Além disso, ele calcula quatro subíndices pela soma dos subgrupos apresentados.

Depois de calculado o índice, Rosário et al. utilizaram sete variáveis para compor modelo explicativo da variação no grau de divulgação entre as universidades. Após os testes estatísticos (regressão linear múltipla), apenas três das sete variáveis testadas apresentaram-se estatisticamente relevantes, conforme pode ser observado no Quadro 8 a seguir:

Variável	Medida (Proxy)	Relação esperada	Relação testada
Reputação (REPU)	N.º de anos desde sua constituição	Positiva	Negativa
Tamanho (TAM)	N.º de alunos (2009)	Positiva	Positiva
Qualidade da educação (EDUCA)	N.º de alunos ganhadores de prêmios	Positiva	Não significativa
Qualidade da investigação (INVEST)	N.º de empregados ganhadores de prêmios	Positiva	Não significativa
Rendimento acadêmico (REND)	N.º de artigos indexados em 2009	Positiva	Não significativa
Localização (LOC)	Segundo o continente	-	Não significativa
Caráter público ou privado (PUPRI)	Segundo seja pública ou privada	-	Positiva

QUADRO 8 – VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DO MODELO DE ROSÁRIO ET AL.

Fonte: Adaptado de Rosário et al. (2011).

Quanto à capacidade preditiva do modelo, os testes revelaram uma capacidade de explicação de 38% (R^2 corrigido = 0,38), o que representa um modelo com capacidade de explicação relativamente alta.

2.5.5 Trabalho de Católico (2011)

Quanto ao índice de divulgação construído por Católico (2011), trata-se de um índice não ponderado e não graduado, com variáveis binárias, e possui um total de 56 itens divididos em sete grupos, conforme pode ser observado no Quadro 9 a seguir:

Dados gerais da instituição	
1	Acesso a documentos institucionais como regulamentos e orientações
2	Acesso ao plano de desenvolvimento e/ou Plano Operacional Anual
3	Acesso ao código de bom governo e código de ética
4	Lista de contatos de funcionários
5	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas
6	Calendário de eventos e processos acadêmicos
7	Atas de reunião dos corpos colegiados
8	Relação nominal e breve resumo dos diretores
Atividades acadêmicas (ensino)	
9	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação
10	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas
11	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação
12	Relação nominal ou numérica da composição docente
13	Descrição da qualificação dos docentes
14	Editais públicos para a contratação docente
15	Relação nominal de programas para a formação docente
16	Descrição de suas instalações
17	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)
Atividades acadêmicas (pesquisa)	
18	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa
19	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa
20	Relação das redes de pesquisa das quais participam os alunos ou assistentes de pesquisa
21	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa
22	Enunciação dos grupos de pesquisa
23	Enunciação dos projetos de pesquisa
24	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores
25	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição
26	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal
Atividades acadêmicas (extensão)	
27	Divulgação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formaturas, seminários e/ou oficinas)
28	Divulgação de atividades de serviço que tendam a promover o bem-estar da comunidade
29	Divulgação de atividades de consultoria

(continua)	
Informação financeira e de gestão	
30	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano
31	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos
32	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano
33	Acesso aos demonstrativos contábeis dos dois ou mais anos
34	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano
35	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos
36	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil
37	Acesso ao informe de gestão do reitor
38	Acesso a indicadores de gestão
39	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros
Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	
40	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica
41	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária
42	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas
43	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica
44	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior
Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página web	
45	É possível encontrar a informação em vários idiomas
46	Facilitam-se <i>links</i> para acessar a <i>sites</i> vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou <i>rankings</i> de universidades, entre outros
47	Inclui-se nas páginas a data da última atualização
48	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde
49	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas
50	Disponibiliza um mapa da <i>Web Page</i>
51	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação
52	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis
53	Incorporam-se recursos que facilitem uma correta impressão da informação
54	Permite-se o <i>download</i> de arquivos que o usuário possa utilizar em diversas aplicações
55	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade
56	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e de sólida

QUADRO 9 – COMPONENTES DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DE CATÓLICO

Fonte: Católico (2011).

Depois de calculado o índice de divulgação, Católico (2011) utiliza modelo explicativo para o comportamento do grau de divulgação que contém dez variáveis preditivas. Depois de ter realizado os testes estatísticos (método “*Backward*”¹¹ do SPSS), sete das dez variáveis testadas apresentaram relação estatisticamente relevante, conforme pode ser observado no Quadro 10 a seguir.

¹¹**Método *Backward*:** Adaptado do teste de independência do Chi-Quadrado (χ^2), permite identificar relações de dependência entre modalidades de variáveis (FIGUEIRA, 2009, p. 14).

Variável	Proxy	Resultado dos testes
Tamanho	N.º de estudantes	Relação positiva
Tamanho	Entradas operacionais	Estatisticamente não relevante
Tamanho	Infraestrutura	Estatisticamente não relevante
Tamanho	N.º de docentes	Relação negativa
Antiguidade Reputação	Anos de existência	Relação positiva
Quantidade de cursos	Oferta de curso de graduação e pós-graduação	Estatisticamente não relevante
Qualidade da gestão	Certificação de qualidade	Relação positiva
Qualidade da pesquisa	Número de grupos de pesquisa reconhecidos	Relação negativa
Qualidade da pesquisa	Número de revistas indexadas	Relação positiva
Financiamento público	Repasse federais, estaduais ou municipais	Relação positiva

QUADRO 10 – FATORES EXPLICATIVOS DO MODELO DE CATÓLICO (2011)

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível de explicação do modelo, o teste revelou um modelo altamente preditivo com R^2 corrigido igual a 0,609, ou seja, o modelo explica 60,9% da variação do índice de transparência, o que representa um modelo altamente explicativo em termos estatísticos.

2.6 DETERMINANTES DE TRANSPARÊNCIA

Transparência de uma organização corresponde ao grau ou extensão em que ela presta contas a seus grupos de interesse (ROSÁRIO et al., 2009, p. 2). Para Goulart, (2003, p. 60), na literatura, evidenciação e divulgação são termos sinônimos de transparência. Ele afirma que, para a “garantia da ‘transparência’, faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações ‘positivas’ como também as ‘negativas’” (GOULART, 2003, p. 60). A “divulgação, dessa maneira, pode ser definido como a divulgação, por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação” (GOULART, 2003, p. 61).

Contudo, segundo Verrecchia (2001, p. 2), “ainda não existe uma compreensível ou unificada teoria da evidenciação”. Segundo ele, “não existe um paradigma que dê origem a uma teoria central bem integrada”; ademais, ele afirma que existe um entrelaçamento de modelos baseados em economia que “tentam examinar pequenas peças do quebra-cabeça global da divulgação”.

Nesse contexto, Verrecchia (2001, p. 98-99) categorizou as pesquisas relacionadas à divulgação em três tipos: pesquisas de divulgação baseadas na associação, pesquisas de divulgação baseadas na discricionariedade e pesquisas de divulgação baseadas na eficiência.

A primeira categoria estuda o divulgação com base na associação entre a desta com o comportamento dos usuários da informação (LIMA, 2009, p. 24). Aqui o pressuposto é que o comportamento dos usuários da informação é fator determinante na divulgação da informação; logo, exógeno à instituição.

A segunda categoria estuda o divulgação com base nos motivos/incentivos para a divulgação (LIMA, 2009, p. 24). Aqui o pressuposto é que os incentivos do ambiente institucional de gestão são fatores determinantes na divulgação da informação; logo, endógeno à instituição.

Já a terceira categoria estuda o divulgação com base no “debate de quais informações são mais eficientes e preferidas, considerando que as mesmas ainda não foram divulgadas” (LIMA, 2009, p. 24).

Sendo assim, as tentativas de explicar a transparência a partir do relacionamento entre desta com as características das instituições enquadram-se principalmente na segunda categoria da taxonomia de Verrecchia. Tais investigações, segundo Rosário et al. (2011, p. 5), normalmente se dividem em dois outros grupos: no primeiro, as pesquisas têm caráter descritivo e buscam investigar a divulgação de informações das instituições por meio da elaboração de índices de quantificação da informação divulgada, “estes estudos de divulgação são longitudinais e projetados principalmente para avaliar as mudanças ao longo do tempo para instituições individuais” (LIMA, 2009, p. 239). Já no segundo grupo, as pesquisas têm caráter explicativo. Esse grupo “inclui as pesquisas que tem ido um passo além e buscam as razões ou motivos que determinam a variação na quantidade de informações financeiras e não financeiras divulgadas” (ROSÁRIO et al., 2011, p. 5). Essas pesquisas normalmente são do tipo *cross-sectional* e tentam “identificar explicações para as diferenças nas práticas de divulgação de informações entre as entidades” (LIMA, 2009, p. 239).

No que se refere ao segundo grupo, verifica-se que tais pesquisas são mais comuns quando relacionadas a instituições privadas, principalmente em se tratando de empresas com fins lucrativos. Assim, os estudos anteriores identificaram alguns fatores determinantes de divulgação, tais como tamanho (MARSTON E LEOW, 1998; ASHBAUGH; JOHNSTONE E WARFIELD, 1999; ETTREDGE; RICHARDSON ; SCHOLZ, 2002; CERF, 1961; SINGHVI; DESAI, 1971; STANGA, 1974; Buzby, 1975; BELKAOUI E KAHL, 1978; FIRTH, 1979; COURTIS, 1979; MCNALLY et al., 1982; COOKE, 1989a, 1989b, 1992; WALLACE et al., 1994; INCHAUSTI, 1997), alavancagem (MITCHELL; CHIA; LOH, 1995; HOSSAIN; BERERA E RAHMAN, 1995; MYERS, 1977; SCHIPPER, 1981; CHOW; WONG-BOREN, 1987; WALLACE et al., 1994; AHMED E COURTIS, 1999) e rentabilidade (SINGHVI, 1968; SINGHVI; DESAI, 1971; WALLACE et al., 1994).

No entanto, quando se trata de instituições de ensino, tais pesquisas são menos comuns, sendo ainda mais raras no caso de instituições de ensino públicas. Nesse caso, observam-se pesquisas do tipo descritiva e longitudinais na Inglaterra (BANKS; FISHER; NELSON, 1997; ANGLUIN; SCAPENS, 2000; GRAY and HASLAM, 1990), na Nova Zelândia (DIXON et al., 1991, 1994; COY et al., 1993, 1994) e no Canadá (BANKS and NELSON, 1994), que estudaram a evolução do divulgação de informações de universidades em relação ao tempo, utilizando índices de divulgação previamente construídos. Tais pesquisas revelaram que o nível de divulgação tem aumentado nesses países, contudo estão distantes do ideal, com exceção da Nova Zelândia, onde o nível de divulgação é elevado.

Quanto às pesquisas que tentam identificar fatores determinantes do nível de divulgação nas universidades, que são exploratórias e do tipo *cross-sectional*, estas são menos frequentes. Contudo, ao redor do globo, pôde-se identificar cinco delas, as quais seguem detalhadas no Quadro 11 a seguir:

Pesqui sa	Sujeito -Local- (amostra)	Determinantes testados	Proxy utilizada	Associa ção
Católico (2012)	Universidades Públicas -Colômbia- (Censo - 31)	Tamanho Antiguidade Quali. da gestão Quali. da pesquisa Quali. da pesquisa Financiamento público	N.º de estudantes Anos de existência Certificação de qualidade Número de revistas indexadas Nº de grupos de pesquisa Repasse governamentais	Positiva Positiva Positiva Positiva Negativa Positiva
Gallego et al (2009)	Universidades Públicas e Privadas -Espanha- (Censo - 70)	Tamanho Reputação Lucratividade Internacional Tipo de universidade Orientação p/ pesquisa Complexidade Variação no nº de estudantes Alavancagem Pública ou privada Governança	N.º de estudantes Anos de existência Lucro líquido Nº de estudantes estrangeiros Número de cursos técnicos Nº de teses/total de estudantes Número de faculdades Variação no n.º de estudantes Passivo/ativo Se pública ou se privada tamanho dos órgãos de direção	Não Sig. Não Sig. Não Sig. Não Sig. Não Sig. Negativa Negativa Negativa Negativa Negativa
Rosario et AL (2011)	Universidades Públicas e Privadas -Mundo- (100)	Tamanho Antiguidade Pública ou privada Quali. da pesquisa Rendimento acadêmico Localização	N.º de estudantes Anos de existência Se pública ou se privada Nº de prêmios de docentes Nº de artigos indexados Continente	Positiva Positiva Positiva Não Sig. Não Sig. Não Sig.
Gordon et al. (2002)	Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas -Estados Unidos- (100)	Tamanho Alavancagem Pública ou privada Governança Localização Auditadas Dependência Mensalidade Doações Auditoria do Estado	Ativo Passivo/ativo Se pública ou se privada Tamanho dos órgãos de direção Estado Tamanho da empresa de auditoria Mensalidades e taxas/receitas Valor da mensalidade Valor de doações recebidas Binária	Positiva Negativa Positiva Negativa Negativa Não Sig. Positiva Positiva Não Sig. Positiva
Lima (2009)	IES Filantrópica -Brasil (Censo - 144)	Tamanho Alavancagem Localização Gratuidade Benefícios fiscais Subvenções	Ativo Passivo/ativo Região % de gratuidade/receita % de benefícios/receita Binária	Não Sig. Não Sig. Não Sig. Positiva Não Sig. Positiva

QUADRO 11 – PESQUISAS RELACIONADAS A DETERMINANTES DE TRANSPARÊNCIA EM UNIVERSIDADES

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que os fatores mais comumente associados à divulgação de informações pelas universidades são o tamanho (CATÓLICO, 2012; GALLEGO et al., 2009; ROSARIO et al., 2011; GORDON et al., 2002; LIMA, 2009), que é ser inferido utilizando-se métricas financeiras (ativo, orçamento) ou não financeiras (número de estudantes, professores, servidores), a antiguidade (CATÓLICO, 2012; GALLEGO et al., 2009; ROSARIO et al., 2011), cuja métrica utilizada são anos de existência e o fator governança (GORDON et al., 2002; GALLEGO et al., 2009), cuja métrica utilizada é o tamanho dos órgãos de direção.

Tais pesquisas serviram de base para a composição do índice de divulgação utilizado neste trabalho e para o desenvolvimento dos determinantes e das hipóteses que serão testadas, conforme seção a seguir.

2.7 DESENVOLVIMENTO DOS DETERMINANTES

Com base no escopo da pesquisa apresentado e da revisão da literatura, as variáveis Tamanho, Antiguidade, Financiamento Público, Localização, Governança, Qualidade acadêmica, Complexidade e, adicionalmente, Qualificação dos docentes e Qualificação dos servidores, Visibilidade da Graduação, Ociosidade da graduação e Sucesso da graduação, são selecionadas para serem testadas como determinantes do Grau de Transparência, as hipóteses a seguir podem ser elaboradas.

2.7.1 Variável Tamanho

Conforme ressaltam Gallego et al. (2009, p. 159), “tamanho da organização tem sido uma das variáveis mais utilizadas, a fim de explicar a divulgação de informações”, porém, estudos confirmam haver relação positiva entre tamanho e divulgação de informações, como pode ser visualizado no Quadro 12 a seguir:

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Tamanho	N.º de estudantes	Católico (2012) Gallego et al. (2009) Rosario et al. (2011)	Positiva Não confirmada Negativa
	Entradas operacionais	Católico (2012)	Não confirmada
	Infraestrutura	Católico (2012)	Não confirmada
	N.º de docentes	Católico (2012)	Negativa
	Ativo	Gordon et al. (2002) Lima (2009)	Positiva Não confirmada

QUADRO 12 – VARIÁVEL TAMANHO EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se perceber que a *proxy* que mais frequentemente é utilizada para medir tamanho das universidades é a quantidade de alunos. Além disso, trabalhos anteriores encontraram correlação positiva entre o tamanho dessas instituições (quando medido por essa *proxy*) e o nível de divulgação de informações.

Portanto, nesta pesquisa será utilizado o número de estudantes (XtaGra), alternativamente a quantidade de docentes (Xtadoc) e a quantidade de servidores

(Xtaserv), como *proxy* para medir tamanho das instituições. Essa variável será comparada com o nível de divulgação de informações de informações financeiras e não financeiras das universidades, compondo o modelo explicativo do nível de divulgação.

Dessa forma as três hipóteses abaixo são elaboradas:

H1: Universidades com maior número de alunos possuem maior grau de transparência em seus portais.

H2: Universidades com maior corpo docente possuem maior grau de transparência em seus portais.

H3: Universidades com maior corpo técnico-administrativo possuem maior grau de transparência em seus portais.

Espera-se obter relação positiva entre a variável e o índice de transparência.

2.7.2 Variável Antiguidade

No que tange à variável antiguidade e sua relação com a divulgação de informações, as pesquisas anteriores que envolveram universidades não apresentam uniformidade de resultados. Das pesquisas revisadas, três utilizaram a variável antiguidade (GALLEGO et al. chamam de reputação), contudo todas três obtiveram resultados diferentes, conforme podemos observar no Quadro 13 a seguir:

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Antiguidade Reputación	Anos de existência	Católico (2012) Gallego et al. (2009) Rosario et al. (2011)	Positiva Negativa Não confirmaram

QUADRO 13 – VARIÁVEL ANTIGUIDADE EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Apesar dos resultados dissonantes (não há consenso entre os autores) nas pesquisas anteriores, pretende-se verificar a relação entre a antiguidade e a divulgação de informações, e a *proxy* para antiguidade será a mesma utilizada naquelas pesquisas, ou seja, a quantidade de anos desde a criação de cada universidade.

Logo, a hipótese a seguir é elaborada:

H4: Universidades mais antigas possuem maior grau de transparência em seus portais.

Espera-se haver relação positiva entre a variável e o índice de transparência.

2.7.3 Variável Financiamento Público

Considerando as pesquisas revisadas, apenas Católico (2012), na Colômbia, considerou a variável financiamento público como explicativa para grau de divulgação, provavelmente porque apenas ele pesquisou unicamente instituições públicas. As demais pesquisas tratam instituições públicas e privadas. Apesar disso, Católico (2012) encontrou relação positiva entre essas variáveis, conforme se observa no Quadro 14 a seguir:

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Financiamento público	Repasse federais, estaduais ou municipais	Católico (2012)	Positiva

QUADRO 14 – VARIÁVEL FINANCIAMENTO PÚBLICO EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, conforme Católico (2012), aqui também a *proxy* para financiamento público é o valor do total de recursos destinado pelo governo federal para a universidade.

Sendo assim, elabora-se a hipótese a seguir:

H5: Universidades que recebem maior financiamento público possuem maior grau de transparência em seus portais.

Espera-se que a relação entre o financiamento público e o índice de transparência seja positiva.

2.7.4 Variável Localização

A questão de buscar relação entre a localização da universidade e a divulgação de informações foi tratada em pesquisas anteriores e não foi encontrada relação quando se buscava apenas relacioná-la às divisões políticas (continentes, no caso de Rosário et al. que estudaram as *top 100* do mundo, e região, no caso de Lima, que estudou as universidades brasileiras sem fins lucrativos), como pode ser observado no Quadro 15 abaixo. Contudo, Gordon et al. (2002) utilizaram uma

abordagem um pouco diferente para localização e encontraram correlação negativa. Eles consideraram duas localidades, estados com um corpo de governo consolidado e estados com corpo de governo descentralizado, e relacionaram-nas com o grau de divulgação das universidades.

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Localização	Continente	Rosario et al. (2011)	Não confirmaram
	Região	Lima (2009)	Não confirmaram
	Estado	Gordon et al. (2002)	Negativa

QUADRO 15 – VARIÁVEL LOCALIZAÇÃO EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, apesar das abordagens anteriores, aqui se utiliza para localização a *proxy* região do Brasil, referente a região onde a universidade se localizar (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

Portanto, a hipótese abaixo segue elaborada:

H6: A região onde é localizada a universidade interfere no grau de transparência de seus portais.

O pressuposto aqui é que, dada a localização, a universidade divulgará mais ou menos informações utilizando mecanismos formais (*sites*, impressos) em razão da confiança e da cultura de divulgação estabelecida na localidade.

2.7.5 Variável Governança

Quanto à variável governança, assume-se que, quanto maiores os órgãos de direção das universidades, menor o nível de governança e menor o grau de divulgação de informações acadêmicas e não acadêmicas (GORDON et al., 2002; GALLEGO et al., 2009). Esse pressuposto foi confirmado, segundo pode ser observado no Quadro 16, em que Gordon et al. (2002) encontraram relação negativa entre tamanho dos órgãos de governança e nível de divulgação. Já Gallego et al. (2009) não confirmaram relação.

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Governança	Tamanho dos órgãos de direção	Gordon et al. (2002) Gallego et al. (2009)	Negativa Não confirmaram

QUADRO 16 – VARIÁVEL GOVERNANÇA EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, apesar dos resultados das pesquisas citadas, além do pressuposto exposto, esta pesquisa verificará a relação entre governança e divulgação e utilizará o tamanho dos conselhos superiores das universidades como *proxy* para governança.

Assim, elabora-se a hipótese a seguir:

H7: Universidades com maior quantidade de membros em seus conselhos superiores possuem menor grau de transparência em seus portais.

Espera-se que a relação entre a variável governança e o índice de transparência seja negativa.

2.7.6 Variável Qualidade Acadêmica

Algumas pesquisas tentaram associar a qualidade em seus diversos aspectos (qualidade da gestão, qualidade dos cursos, qualidade da pesquisa) à divulgação de informações, conforme pode ser visto no Quadro 17 a seguir:

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Qualidade da gestão	Certificação de qualidade	Católico (2012)	Positiva
Qualidade dos cursos	N.º de prêmios obtidos por alunos	Rosario et al. (2011)	Não confirmaram
Qualidade da pesquisa	N.º de grupos de pesquisa reconhecidos	Católico (2012)	Negativa
	Número de revistas indexadas	Católico (2012)	Positiva
	N.º de prêmios obtidos por docentes	Rosario et al. (2011)	Não confirmaram

QUADRO 17 – VARIÁVEL QUALIDADE EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, a pesquisa pretende verificar relação entre qualidade acadêmica na graduação e transparência, similar à qualidade dos cursos pesquisada por Rosário et al., porém medida de maneira diferente, utilizando como *proxy* para qualidade acadêmica o Índice Geral de Cursos (IGC). Também se pretende verificar a relação entre transparência e qualidade acadêmica na pós-graduação, a *proxy* utilizada será o conceito Capes.

Dessa forma, as hipóteses que se seguem são elaboradas:

H8: Universidades com maior IGC possuem maior grau de transparência em seus portais.

H9: Universidades com melhor conceito Capes possuem maior grau de transparência em seus portais.

Espera-se que a relação entre a variável qualidade acadêmica e o índice de transparência seja positiva.

2.7.7 Variável Complexidade

Conforme se observa no Quadro 18 abaixo, nos trabalhos pesquisados apenas Gallego et al. (2009) utilizaram a variável complexidade para explicar o grau de divulgação.

Variável	Proxy	Estudos	Relação encontrada
Complexidade	N.º de faculdades	Gallego et al. (2009)	Negativa

QUADRO 18 – VARIÁVEL COMPLEXIDADE EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Elaboração própria.

Gallego et al. (2009) utilizaram o número de faculdades na universidade como medida para complexidade. Esta pesquisa utilizará medida diferente, aqui a *proxy* para complexidade da universidade é a quantidade de cursos (técnicos, graduação e pós-graduação) que a universidade oferece regularmente.

Gallego et al. (2009) encontraram relação negativa entre complexidade e índice de divulgação. Segundo eles, universidades menos complexas têm “a vantagem de que a implementação de um sistema de divulgação é mais simples, em termos de organização, gestão e revelação” (GALLEGO et al., 2009, p. 183).

Assim sendo, elabora-se a hipótese a seguir:

H10: Universidades com menor número de cursos possuem maior grau de transparência em seus portais.

Logo, espera-se que a relação entre a variável complexidade e o índice de transparência seja negativa.

2.7.8 Outras Variáveis

Adicionalmente serão testadas as variáveis qualificação dos docentes e qualificação dos servidores, visibilidade da graduação, ociosidade da graduação e sucesso da graduação como determinantes do grau de transparência das universidades federais.

Nos casos das variáveis de qualificação, as hipóteses estão delineadas a seguir:

H11: Universidades com docentes mais qualificados possuem maior grau de transparência em seus portais.

H12: Universidades com servidores técnico-administrativos mais qualificados possuem maior grau de transparência em seus portais.

Como *proxy* para qualificação dos docentes, será utilizado o número de docentes com determinada qualificação (MBA, mestrado ou doutorado – QuaDoc1, mestrado ou doutorado – QuaDoc2 e doutorado – QuaDoc3) e quanto à qualificação dos servidores também será utilizado como *proxy* o número de servidores com determinada qualificação (MBA, graduação, especialização, mestrado ou doutorado – QuaSer1, mestrado ou doutorado – QuaSer2 e doutorado – QuaSer3).

Considerando que, quanto mais qualificados sejam o corpo técnico e o corpo docente da instituição, maiores serão os incentivos para promover a divulgação de informações. Espera-se que as variáveis tenham relação positiva com o índice de divulgação.

Também a variável demanda na graduação será testada. Dois aspectos serão considerados, a relação candidato/vaga (aqui chamada de visibilidade) e a ociosidade de vagas.

H13: Universidades com maior visibilidade da graduação possuem menor grau de transparência em seus portais.

H14: Universidades com maior ociosidade possuem maior grau de transparência em seus portais.

No caso da visibilidade, universidades que são mais demandadas proporcionalmente às suas vagas (relação candidato/vaga) possuem menos incentivos para divulgação. Portanto, espera-se que a relação entre a visibilidade e o índice de divulgação seja negativa.

Já no caso da ociosidade, universidades com capacidade ociosa de vagas têm maior incentivo para divulgação; logo, espera-se que a relação entre a ociosidade e o índice de divulgação seja positiva.

Por fim, testou-se também a variável sucesso na graduação, cuja *proxy* é a razão entre número de formados e o número de vagas oferecidas.

H15: Universidades com maior sucesso na graduação possuem maior grau de transparência em seus portais.

Quanto ao sucesso na graduação, universidades com maior sucesso em forma, seus alunos têm mais incentivo para a divulgação. Portanto, espera-se que a relação entre este e o índice de divulgação seja positiva.

3 METODOLOGIA

O desenho da pesquisa é de natureza quali-quantitativa, com objetivo descritivo e explicativo e com recorte temporal transversal (*cros-sectional*). A pesquisa foi dividida em três etapas: coleta, análise e resultados, conforme mostra a Figura 3 a seguir.

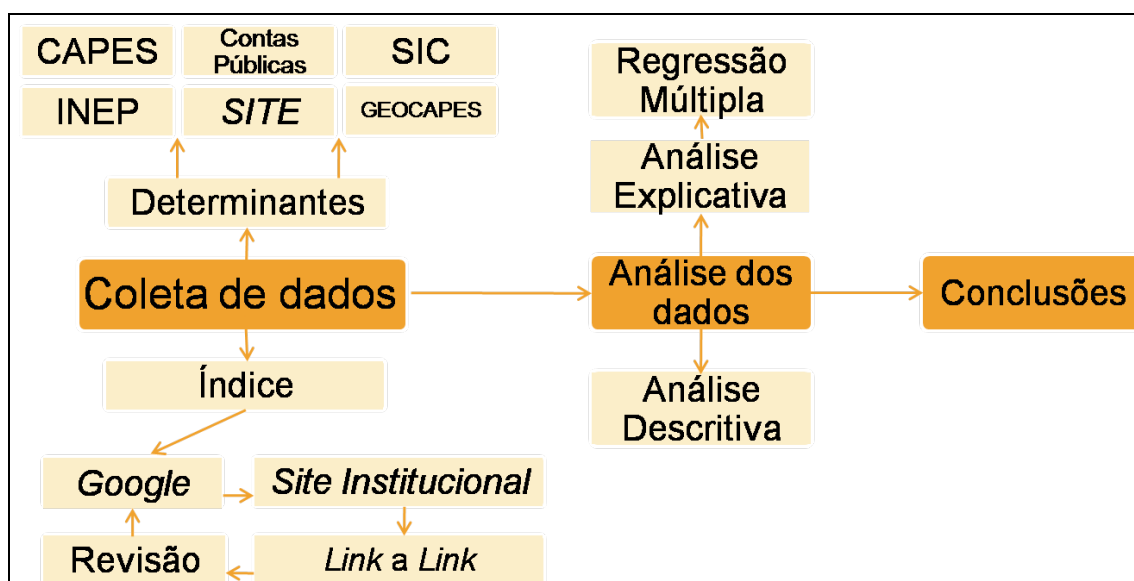


FIGURA 3 – ETAPAS DA PESQUISA

Fonte: Elaboração própria.

A coleta de dados para o índice utilizou ferramenta do *Google* de busca em domínio usando palavras-chave oriundas do índice, em que cada item era visitado e verificado. Também foi utilizada a busca da própria instituição para os itens não localizados na etapa anterior. Por fim, foi realizada busca *link a link* para os itens remanescentes. Ao final, revisavam-se todos os itens e repetia-se o processo em outra instituição. Quanto à coleta de dados dos determinantes, utilizou-se de banco de dados da Capes, INEP, contas públicas e Geocapes; também foram utilizados o sistema SIC e o *site* da própria instituição como fontes para a coleta. Após a coleta foi realizada a análise de dados e elaboradas as conclusões conforme seções 4 (p. 68) e 6 (p. 124).

Em seguida, descreve-se a amostra, a construção do índice de divulgação, que é a ferramenta de coleta de dados para a variável dependente (índice), a coleta de dados para composição dos determinantes (variáveis independentes) e os procedimentos metodológicos adotados.

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A área geográfica da pesquisa abrange todas as regiões e unidades federativas do Brasil, que contava em 2012 com 59 universidades federais (INEP, 2012), conforme apresenta a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Universidades Federais Brasileiras

Ord.	Universidades	Sigla	Região	Estado	Portal
1	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Cen	MS	www.ufgd.edu.br
2	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Sul	RS	www.ufcspa.edu.br
3	Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Nor	RO	www.unir.br
4	Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	Sud	MG	www.ufv.br
5	Universidade Federal do ABC	UFABC	Sud	SP	www.ufabc.edu.br
6	Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	UNIPAMPA	Sul	RS	www.unipampa.edu.br
7	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Sul	RS	www.furg.br
8	Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	Nor	TO	www.uft.edu.br
9	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Nord	PE	www.univasf.edu.br
10	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Sul	PR	www.unila.edu.br
11	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	Nord	CE/BA	www.unilab.edu.br
12	Universidade de Brasília	UNB	Cen	DF	www.unb.br
13	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Nord	BA	www.ufba.br
14	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Sul	SC	www.uffs.edu.br
15	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Nord	PB	www.ufpb.br
16	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Nord	AL	www.ufal.edu.br
17	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Sud	MG	www.efoa.br
18	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	Nord	PB	www.ufcg.edu.br
19	Universidade Federal de Goiás	UFG	Cen	GO	www.ufg.br
20	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	UNIFEI	Sud	MG	www.unifei.edu.br
21	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Sud	MG	www.ufjf.br
22	Universidade Federal de Lavras	UFLA	Sud	MG	www.ufla.br
23	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	Cen	MT	www.ufmt.br
24	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	Cen	MS	www.ufms.br
25	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Sud	MG	www.ufmg.br
26	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Sud	MG	www.ufop.br
27	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Sul	RS	www.ufpel.edu.br
28	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Nord	PE	www.ufpe.br

Tabela 2 – Universidades Federais Brasileira

(continua)

Ord.	Universidades	Sigla	Região	Estado	Portal
29	Universidade Federal de Roraima	UFRR	Nor	RR	www.ufr.br
30	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Sul	SC	www.ufsc.br
31	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Sul	RS	www.ufsm.br
32	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Sud	SP	www.ufscar.br
33	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	Sud	MG	www.ufsj.edu.br
34	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Sud	SP	www.unifesp.br
35	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Nord	SE	www.ufs.br
36	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Sud	MG	www.ufu.br
37	Universidade Federal do Acre	UFAC	Nor	AC	www.ufac.br
38	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Nor	AP	www.unifap.br
39	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Nor	AM	www.ufam.edu.br
40	Universidade Federal do Ceará	UFC	Nord	CE	www.ufc.br
41	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Sud	ES	www.ufes.br
42	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Sud	RJ	www.unirio.br
43	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Nord	MA	www.ufma.br
44	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Nor	PA	www.ufopa.edu.br
45	Universidade Federal do Pará	UFPA	Nor	PA	www.ufpa.br
46	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Sul	PR	www.ufpr.br
47	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Nord	PI	www.ufpi.br
48	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Nord	BA	www.ufrb.edu.br
49	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Sud	RJ	www.ufrj.br
50	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Nord	RN	www.ufrn.br
51	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Sul	RS	www.ufrgs.br
52	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Sud	MG	www.uftm.edu.br
53	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Sud	MG	www.ufvjm.edu.br
54	Universidade Federal Fluminense	UFF	Sud	RJ	www.uff.br
55	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	Nor	PA	www.ufra.edu.br
56	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Nord	PE	www.ufrpe.br
57	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Sud	RJ	www.ufrj.br
58	Universidade Federal Rural do Semiárido	UFERSA	Nord	RN	www.ufersa.edu.br
59	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Sul	PR	www.utfpr.edu.br

Fonte: O autor, baseado em dados do portal do SiedSup (INEP, 2012).

O universo da pesquisa é formado pelos *websites* (portais) das universidades federais brasileiras e os agentes envolvidos no processo de divulgação de informações por meio desses *websites*.

3.2 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

A principal vantagem de se adaptar um índice existente é a possibilidade de comparação com trabalhos anteriores (MARSTON; SHRIVES, 1991, 203). Desse modo, os índices originalmente construídos por Dixon, Coy e Tower (1993), Católico (2011) e Rosário et al. (2011) foram adaptados para compor novo índice aplicado à realidade das universidades federais brasileiras. Também foi considerada a legislação para identificar itens já presentes no índice que fossem de divulgação obrigatória.

Com base nisso, foi construído o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), que inclui os elementos dos três índices apresentados, considerando ainda os itens determinados pela legislação brasileira. O índice resultante (IndexDUF) mantém inalteradas as características que permitam a comparação com os índices das pesquisas anteriores, isoladamente.

Abaixo, o Quadro 19 apresenta os itens considerados no Índice de Divulgação das Universidades Federais. Vale lembrar que os números na coluna “pesquisas anteriores” indicam a posição (ou a ordem) do item nas pesquisas que originalmente utilizaram aquele item. Ressalta-se que alguns dos itens não são comuns nas universidades brasileiras; contudo, para fins de comparação, serão mantidos.

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr¹²	IndexDUF
		IndCAT¹³	IndRos¹⁴	IndCoy¹⁵		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal.						
01	Organograma		1		Lei 12.527, art. 8º	01
02	Órgãos de gestão e funções		2		Lei 12.527, art. 8º	02
03	Acesso ao plano de desenvolvimento e/ou Plano Operacional Anual	2	14	01		03
04	Acesso ao código de bom governo e código de ética	3				04
05	Lista de contatos de funcionários	4	59			05
06	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	5	16			06
07	Calendário de eventos e processos acadêmicos	6				07
08	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	7	7			08
09	Relação nominal e breve resumo dos diretores	8	3	06		09
10	Agenda do reitor		4			10
11	Especificam-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores		5			11
12	Especifica-se informação sobre salários		6			12
13	Regulamentos emitidos	1	8			13
14	Estatuto da universidade	1	9			14
15	Bolsas de monitoria/estágio universitárias		13			15
16	Como chegar a universidade		15			16
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade		12			17
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)		17	10		18
19	Endereços das unidades e setores da entidade				Lei 12.527, art. 8º	19
20	Telefones das unidades e setores da entidade				Lei 12.527, art. 8º	20
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade				Lei 12.527, art. 8º	21
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses				Lei 12.527, art. 30º	22
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes				Lei 12.527, art. 30º	23

¹² **IndObr:** Índice resultante dos itens de obrigatoriedade e o instrumento legal.

¹³ **IndCat:** Índice originalmente desenvolvido por Católico (2011) e aplicado nas Universidades Públicas da Colômbia.

¹⁴ **IndRos:** Índice originalmente desenvolvido por Rosário (2011) e aplicado nas Universidades "Top100" do mundo.

¹⁵ **IndCoy:** Índice originalmente desenvolvido por Dixon, Coy (1991) e aplicado nas Universidades Neozelandesas e, posteriormente, Canadenses e Inglesas.

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr	IndexDUF (continua)
		IndCAT	IndRos	IndCoy		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal						
24	Funcionários/faculdade			3.2.1.1.1.1		24
Atividades acadêmicas (ensino)						
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	9				25
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	10				26
27	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	11	10	07		27
28	Relação nominal ou numérica da composição docente	12				28
29	Descrição da qualificação dos docentes	13				29
30	Editais públicos para a contratação docente	14				30
31	Relação nominal de programas para a formação docente	15				31
32	Descrição de suas instalações	16	11			32
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)	17				33
34	Formandos			08		34
35	Emprego/destino dos estudantes da educação			09		35
36	Percentual de estudantes na faculdade			11		36
Atividades acadêmicas (pesquisa)						
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	18				37
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	19				38
39	Relação das redes de pesquisa das quais participam os alunos ou assistentes de pesquisa	20				39
40	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	21				40
41	Enunciação dos grupos de pesquisa	22				41
42	Enunciação dos projetos de pesquisa	23				42
43	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	24				43
44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	25				44
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	26				45
Atividades acadêmicas (extensão)						
46	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	27			Lei 12.527, art. 8.º	46

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr	IndexDUF (continuação)
		IndCAT	IndRos	IndCoy		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal						
47	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	28			Lei 12.527, art. 8.º	47
48	Enunciação de atividades de consultoria	29				48
Informação financeira e de gestão						
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	30	18	15	LRF, Art. 48	49
50	Modificações no orçamento		19			50
51	Gastos executados		20		LRF, Art. 48 Lei 12.527, art. 8.º	51
52	Receita executada		21		LRF, Art. 48	52
53	Indicadores orçamentários		22			53
54	Fluxos de caixa		23	17		54
55	Dívida ativa		24			55
56	Variação da dívida		25			56
57	Ativos não correntes		26			57
58	Variação de ativos não correntes		27			58
59	Indicadores financeiros (índices)		28			59
60	Capital humano		30			60
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	31				61
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	32		13/20	LRF, Art. 48	62
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	33				63
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	34			LRF, Art. 48	64
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	35				65
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	36		05		66
67	Acesso ao informe de gestão do reitor	37		02	Lei 12.527, art. 8.º	67
68	Acesso a indicadores de gestão	38	29	03		68
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	39	34			69
70	Plano estratégico aprovado		31	12		70
71	Execução do plano estratégico		32			71
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços		33		Lei 12.527, art. 8.º Lei 8666 art. 21	72
73	Execução de obras e serviços licitados		35			73
74	Fornecedores padrão		36			74
75	Depreciação			14		75

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr	IndexDUF (continuação)
		IndCAT	IndRos	IndCoy		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal						
76	Custo unitário por estudante			16		76
77	Subsídio para pesquisa			18		77
78	Alocação de custos indiretos			19		78
79	Biblioteca			22		79
80	Investimentos			23		80
81	Compromissos e contingências			24		81
82	Emprego e informação do patrimônio educacional			25		82
83	Revisão financeira			04		83
84	Link para a página denominada Transparência Pública				Decreto 5.482/2005	84
85	Link para a página Processos de Contas Anuais				Portaria n.º 262 da CGU	85
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros				Lei 12.527, art. 8.º	86
87	Resultados de licitação				Lei 12.527, art. 8.º	87
88	Contratos de licitação				Lei 12.527, art. 8.º	88
Características da informação financeira						
89	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web		37			89
90	Periodicidade da informação fornecida		38			90
91	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação.		39			91
92	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira		40			92
93	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada		41			93
94	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada		42			94
Informação sobre responsabilidade social						
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica		43			95
96	Responsabilidade social		44			96
97	Responsabilidade ambiental		45			97
Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição						
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	40				98
99	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	41				99

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr	IndexDUF (continuação)
		IndCAT	IndRos	IndCoy		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal						
100	Acesso aos Informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas	42				100
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	43				101
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	44				102
Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web						
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas	45	65			103
104	Disponibiliza links para acessar a sites vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	46				104
105	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	47			Lei 12.527, art. 8.º	105
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	48				106
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	49				107
108	Disponibiliza um mapa da página web	50	68			108
109	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	51	66		Lei 12.527, art. 8.º	109
110	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	52				110
111	Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	53				111
112	Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	54			Lei 12.527, art. 8.º	112
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	55				113
114	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida	56			Lei 12.527, art. 8.º	114
115	Há uma seção específica no site para acessar cada tipo de informação		63			115
116	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras		64		Lei 12.527, art. 8.º	116
117	É claramente diferenciado na web a existência de links externos e internos do ente público		67			117
118	A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada		69			118
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web		70			119
120	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo		71			120
121	Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina				Lei 12.527, art. 8.º	121
122	Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação				Lei 12.527, art. 8.º	122
E-Serviços						
123	Facilita-se o download de formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal		46			123

Dados gerais da instituição		Pesquisas anteriores			IndObr	IndexDUF (conclusão)
		IndCAT	IndRos	IndCoy		
Obs.: Os números nas colunas dos índices representam que aquele item é utilizado e a sua ordem no índice principal						
124	Facilita-se o <i>download</i> de formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento		47			124
125	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas da educação formal		48			125
126	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento		49			126
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal		50			127
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento		51			128
129	<i>E-learning</i> na educação formal		52			129
130	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento		53			130
E-Participação						
131	Caixa de reclamações ou sugestões		54			131
132	Foros de discussão na <i>web</i> da universidade		55			132
133	<i>Chat</i>		56			133
134	Pesquisas de opinião		57			134
135	<i>Blog</i>		58			135
136	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade		60			136
137	A página <i>web</i> permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem		61			137
138	A página <i>web</i> indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral pelo usuário		62		Lei 12.527, art. 8.º	138
139	Apresenta seção com perguntas e respostas				Lei 12.527, art. 8.º	139

QUADRO 19 – ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO COM BASE EM PESQUISAS ANTERIORES

Fonte: Adaptado de Católico (2011); Rosário (2011); Dixon, Coy (1991).

Portanto, o IndexDUF resultante da agregação é composto de 139 itens de verificação, todos binários (1 = ocorre, 0 = não ocorre), não ponderados (todos os itens têm o mesmo peso) e não graduados (não se considera o nível de ocorrência), divididos em 11 categorias, conforme foi observado no quadro anterior.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a seleção da amostra e construção do índice, foi definido o plano de trabalho (ver Apêndice F, p. 151) para realizar a coleta de dados referente ao índice nos portais das universidades federais brasileiras. Ressalta-se que a elaboração do plano de trabalho seguiu a metodologia utilizada por Católico (2011) e Rosário et al. (2011), Lima (2009) e Gallego et al. (2009).

Seguindo o plano de trabalho, tal coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e agosto, quando foram visitados todos os portais das universidades federais, para verificar a ocorrência ou não dos itens do índice.

Paralelamente a isso, foi realizada a coleta dos dados referentes aos determinantes de transparência. Utilizaram-se fontes diversas e foram coletados dados referentes a 31 *proxies*, conforme ilustra o Quadro 20 a seguir:

Proxy	Fonte
N.º de alunos da graduação	INEP, 2012.
N.º de alunos da pós	Consulta http://geocapes.capes.gov.br
N.º de alunos total	INEP e GEOCAPES
N.º de docentes	INEP, 2012.
N.º de servidores	INEP, 2012.
Valor em R\$ do orçamento total	Consulta: www.portaltransparencia.gov.br
N.º de ingressantes	INEP, 2012.
N.º de vagas	INEP, 2012.
N.º de anos desde a criação	Consulta www.acessoinformacao.gov.br
N.º de servidores com graduação, mba, md/doc	INEP, 2012.
N.º de servidores com mestrado ou doutorado	INEP, 2012.
N.º de servidores com doutorado	INEP, 2012.
N.º de docentes mba, md, doc	INEP, 2012.
N.º de docentes com mestrado ou doutorado	INEP, 2012.
N.º de docentes com doutorado	INEP, 2012.
Localização	INEP, 2013
N.º de componentes dos conselhos superiores	Consulta www.acessoinformacao.gov.br
Valor do Índice Geral de Cursos (IGC)	INEP, 2013
Valor médio conceito Capes atribuído aos programas	Consulta http://geocapes.capes.gov.br
N.º de cursos de pós	Consulta http://geocapes.capes.gov.br
N.º de cursos de graduação	INEP, 2012.

<i>Proxy</i>	Fonte (continua)
N.º de cursos total	INEP e GEOCAPES
Valor da relação candidato/vaga	INEP, 2012.
N.º de ingressantes deduzido do n.º de Vagas	INEP, 2012.
N.º de formandos	INEP, 2012.
N.º de formandos / n.º Ingressantes	INEP, 2012.

QUADRO 20 – FONTE DE DADOS DOS DETERMINANTES

Fonte: Elaboração própria.

Após a coleta dos dados, foi calculado o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), além dos demais índices (IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr), conforme equação a seguir, na qual o índice j de uma universidade federal i é igual à soma de todos os 139 itens observados para essa universidade, dividida pela quantidade de itens, conforme segue:

$$Indices_{j,i} = \frac{\sum ItD_{j,i}}{q_j} \cdot 100$$

Em que:

$Indices_{j,i}$ = Índice j da Universidade Federal i , no caso, alternativamente, IndexDUF, IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr, conforme apresentados nas seções 2.3 e 3;

$ItD_{j,i}$ = Item de transparência da universidade i referente ao índice j .

q_j = Quantidade de itens do índice j , no caso, alternativamente, 139 para IndexDUF, 56 para IndCAT, 26 para IndCoy, 71 para IndRos e 30 para IndObr, conforme apresentados nas seções 2.3 e 3.

Em seguida, foram tabulados e normalizados dados referentes aos determinantes, procedimento que permitiu trabalhar com variáveis com grandezas e medidas tão díspares.

Então, foi feita a apresentação descritiva dos dados para, em seguida, proceder à análise explicativa deles, na qual as variáveis foram testadas em modelos de regressão linear múltipla para chegar a um modelo que, consoante com o desenho da pesquisa, fosse estatisticamente relevante e significativo para explicar a variação do índice, conforme se apresenta na seção a seguir.

3.3.1 Modelo econométrico e estimadores

O modelo utiliza regressão múltipla para testar as hipóteses e verificar o grau de explicação dos determinantes. Serão testadas 15 determinantes (variáveis independentes) conforme equação a seguir:

$$Indices_{j,i} = \alpha_0 + \sum \beta_{j,i} x_{j,i} + \sum_{k=0}^4 \theta_k dummyreg_k + \varepsilon_{ijk}$$

Em que:

$Indices_{j,i}$ = Índice j da universidade federal i , no caso, alternativamente, IndexDUF, IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr, conforme apresentados nas seções 2.3 e 3;

α_0 = Constante dos modelos;

$\beta_{j,i}$ = Coeficiente de regressão de cada variável independente;

$x_{j,i}$ = j -ésima variável independente (determinante) do modelo da universidade federal i ;

k = Região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Suldeste);

θ = Coeficiente de regressão das variáveis binárias;

$dummyreg$ = Variáveis binárias.

ε = Erros aleatórios

OBS.: Para obter estimadores robustos aos efeitos da heterocedasticidade, utilizaram-se os procedimentos especificados por White (1980).

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A seguir, procede-se à análise descritiva dos resultados coletados com base na aplicação do índice nos portais das universidades federais. Tal análise é importante, pois permite verificar as principais deficiências nesses portais, bem como as principais qualidades no que tange à divulgação dos itens do índice, o que contribui para construir as recomendações de intervenção. A análise respeita o agrupamento do índice em categorias, conforme é exposto nas próximas seções.

4.1.1 Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)

O índice de divulgação das universidades federais (ver seção 3.2, p. 58), foi constituído de 11 categorias e revelou um nível médio de divulgação de 66,32% entre as universidades federais brasileiras. Das categorias, a mais divulgada entre as universidades é a extensão, e verificou-se que, em média, o nível de divulgação de informações referentes à extensão é de 85,88%. Já as informações relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas entre as universidades federais, com um nível de divulgação de 41,69%. A seguir, a Tabela 3 apresenta o nível de divulgação por categoria.

Tabela 3 – Categorias do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)

Categorias	Índice
Dados gerais da instituição	77,90%
Atividades acadêmicas (ensino)	77,12%
Atividades acadêmicas (pesquisa)	69,30%
Atividades acadêmicas (extensão)	85,88%
Informação financeira e de gestão	63,09%
Características da informação financeira	64,97%
Informação sobre responsabilidade social	63,28%
Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	41,69%
Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	56,86%
E-Serviços	74,58%
E-Participação	55,18%
Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)	66,32%

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor entender os níveis de divulgação, será descrita cada categoria nas seções que se seguem.

4.1.1.1 Dados gerais da instituição

A categoria dados gerais da instituição congrega 24 itens relacionados à caracterização e descrição da instituição, desde sua estrutura administrativa até a sua regulamentação.

Quanto à análise do nível de divulgação, verificam-se informações relacionadas a notícias, contato e regulamentação universitária com nível de divulgação superior a 90%. Já quanto às informações menos divulgadas, verificam-se informações relativas ao acesso à informação que, apesar de obrigatórios, são pouco divulgados, provavelmente devido à exigência recente da legislação.

Contudo, o que mais chama a atenção é que apenas 10% das universidades divulgam seus códigos de ética, conforme se verifica na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Categoria 01: dados gerais da instituição

Itens	% de divulgação
Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	100,0%
Calendário de eventos e processos acadêmicos	100,0%
Telefones das unidades e setores da entidade	100,0%
Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	98,3%
Endereços das unidades e setores da entidade	98,3%
Estatuto da universidade	96,6%
Organograma	94,9%
Lista de contatos de funcionários	94,9%
Regulamentos emitidos	93,2%
Estatísticas sobre o número e tipo vagas em cada faculdade	91,5%
Órgãos de gestão e funções	89,8%
Bolsas de monitoria/estágio universitárias	89,8%
Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	88,1%
Relação nominal e breve resumo dos diretores	86,4%
Funcionários/faculdade	81,4%
Como chegar à universidade	74,6%
Agenda do reitor	67,8%
Divulga informação sobre salários	67,8%
Arquivos de reunião dos corpos colegiados	64,4%
Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	62,7%
Divulga dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	55,9%
Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses	40,7%
Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	22,0%
Acesso ao código de bom governo e código de ética	10,2%
Média de divulgação	77,9%

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, no que concerne às informações gerais da universidade, além dos itens apresentados, há baixa divulgação de dados bibliográficos do reitor e vice-reitores, bem como da agenda do reitor, de horários de atendimento ao público (item obrigatório), informações sobre salários e arquivos de reunião dos corpos colegiados, todos com divulgação inferior a 70%.

Quanto às universidades, chamou a atenção a UFRR, com divulgação nessa categoria inferior a 50%. Também se destaca que a maioria das universidades (36 universidades) possuem nível de divulgação entre 75% e 85% e que poucas (6 universidades) divulgam menos que 70% (ver Apêndice A, p. 140).

4.1.1.2 Atividades acadêmicas (ensino)

A categoria atividades acadêmicas (ensino) é composta de 12 itens, conforme se pode verificar na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Categoria 02: atividades acadêmicas (ensino)

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Relação nominal ou numérica da composição docente	100,0%
2	Editais públicos para a contratação de docente	100,0%
3	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	98,3%
4	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)	96,6%
5	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	94,9%
6	Descrição da qualificação dos docentes	93,2%
7	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	81,4%
8	Descrição de suas instalações	81,4%
9	Relação nominal de programas para a formação docente	59,3%
10	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo docente)	55,9%
11	Formandos	54,2%
12	Emprego/destino dos estudantes da educação	10,2%
	Média de divulgação	77,1%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível médio de divulgação de informações relacionadas às atividades acadêmicas, o percentual médio de divulgação é relativamente alto, 77,1%. Contudo, existe um *gap* entre os itens, os oito mais divulgados estão acima de 80% de divulgação e os quatro menos divulgados estão abaixo de 60% de divulgação.

Verifica-se que todas as universidades divulgam ao menos 50% das informações constantes nessa categoria, mas a maioria (38 universidades) divulga entre 75% e

80%. A UTFPR e a UNIVASF divulgam 100% dos itens, já as universidades UNILA, UFCG e UFRR têm a menor divulgação, 50% de divulgação cada uma (ver Apêndice A, p. 140).

4.1.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa)

A categoria atividades acadêmicas (pesquisa) é composta por nove itens e possui uma média de divulgação de 69,3%. Ao analisar os itens que compõe a categoria, percebe-se que existem três níveis de divulgação: o primeiro refere-se a itens com alta divulgação, superior a 90%, estes estão relacionados à divulgação das pesquisas (3.º item) e dos grupos e projetos de pesquisa; o segundo nível, em que consta apenas um item, tem divulgação próximo à média da categoria e refere-se à divulgação dos alunos que estejam participando de pesquisas (projetos, grupos, núcleos ou redes de pesquisa); por fim, o último nível representa baixa divulgação (em torno de 45%) e refere-se a quatro itens que estão relacionados a informações sobre redes de pesquisa, patentes e publicações de alunos, todos são itens de pouca divulgação nessa categoria, conforme se verifica na Tabela 6.

Tabela 6 – Categoria 03: atividades acadêmicas (pesquisa)

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Enunciação dos grupos de pesquisa	98,3%
2	Enunciação dos projetos de pesquisa	93,2%
3	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	93,2%
4	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	91,5%
5	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	71,2%
6	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	47,5%
7	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	47,5%
8	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	44,1%
9	Relação das redes de pesquisa das quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	37,3%
Média		69,3%

Fonte: Elaboração própria.

Ainda nessa categoria, chama a atenção a UFMS que apresenta nível de divulgação muito inferior à média das universidades federais, o nível de divulgação da universidade é de 11%, a universidade divulga apenas relação de patentes.

Também se verificou que a grande maioria (55) das universidades possui nível de divulgação superior a 55% e apenas uma minoria (4) possui nível de divulgação inferior a 45% (ver Apêndice A, p. 140).

4.1.1.4 Atividades acadêmicas (extensão)

A categoria atividades acadêmicas (extensão) possui apenas três itens e apresentou o maior nível de divulgação. As universidades federais divulgam em média 85,9% desses itens, conforme se pode observar na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Categoria 04: atividades acadêmicas (extensão)

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	88,1%
2	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	96,6%
3	Enunciação de atividades de consultoria	72,9%
Média		85,9%

Fonte: Elaboração própria.

Entre os itens de maior divulgação estão as atividades referentes ao bem-estar da comunidade (96,%). Nesse caso, percebeu-se que é comum as pró-reitorias de extensão publicarem jornais ou revistas voltados para a comunidade acadêmica e para a comunidade em geral, divulgando projetos, cursos, oficinas que afetam positivamente as comunidades de seu entorno.

Nessa categoria, destaca-se a UFAC, que apresenta nível de divulgação de atividades de extensão igual a 0,0%. Verificou-se que, no *site* da UFAC, a seção destinada à pró-reitoria de extensão só possuía informações de apresentação, talvez por não ser alimentado ou por ter sido inaugurado recentemente.

Percebeu-se ainda que, nessa categoria, a grande maioria (55) das universidades federais possui nível de divulgação superior a 65%, porém 39 delas divulga 100% dos itens dessa categoria e apenas quatro divulgam menos que 35% dos itens (ver Apêndice A , p. 140).

4.1.1.5 Informação financeira e de gestão

A categoria informação financeira e de gestão é composta de 40 itens (ver Tabela 8 abaixo), sendo a maior das categorias em número de itens. Nessa categoria as universidades apresentaram nível de divulgação médio de 63,1%, inferior ao índice global, o que contribuiu para reduzi-lo.

Tabela 8 – Categoria 05: informação financeira e de gestão

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Gastos executados	98,3%
2	Investimentos	98,3%
3	Variação da dívida	96,6%
4	Indicadores Orçamentários	94,9%
5	Dívida ativa	94,9%
6	Capital Humano	94,9%
7	Acesso ao informe de gestão do Reitor	94,9%
8	Biblioteca	94,9%
9	Compromissos e contingências	94,9%
10	Modificações no orçamento	93,2%
11	Ativos não correntes	93,2%
12	Acesso a indicadores de gestão	93,2%
13	Execução do plano estratégico	93,2%
14	Custo unitário por estudante	93,2%
15	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	91,5%
16	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	88,1%
17	Link para a página denominada Transparência Pública	86,4%
18	Variação de ativos não correntes	79,7%
19	Emprego e informação do patrimônio educacional	79,7%
20	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	79,7%
21	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	76,3%
22	Contratos de licitação	71,2%
23	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	69,5%
24	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	67,8%
25	Receita executada	66,1%
26	Resultados de licitação	64,4%
27	Revisão financeira	42,4%
28	Depreciação	30,5%
29	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	27,1%
30	Execução de obras e serviços licitados	25,4%
31	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	23,7%
32	Plano estratégico aprovado	20,3%
33	Fluxos de caixa	18,6%
34	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	18,6%
35	Subsídio para pesquisa	16,9%
36	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	15,3%
37	Fornecedores padrão	13,6%
38	Indicadores financeiros (índices)	10,2%
39	Alocação de custos indiretos	10,2%
40	Link para a página Processos de Contas Anuais	1,7%
	Média	63,1%

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se entre esses itens os 15 primeiros, cujo nível de divulgação é superior a 90% entre as universidades federais. Desses 15 itens, 14 são divulgados normalmente na prestação de contas das universidades, o que contribui para explicar o alto nível de divulgação.

Também se verificou que 13 itens têm divulgação inferior a 35%, dos quais se destaca o item 'página processos de contas anuais', cuja publicação é obrigatória, e conta apenas 1,7% de divulgação, talvez devido ao fato de as universidades utilizarem seção parecida, destinada para o mesmo fim. Também merecem destaque os itens depreciação e alocação de custos indiretos, em que a maioria das universidades declara, em seus relatórios de gestão, não realizar. Outros itens relacionados à contabilidade com pequena divulgação na página das universidades federais são aqueles referentes às demonstrações contábeis, de elaboração obrigatória, porém com divulgação, na maioria dos casos, apenas nos sistemas internos de prestação de contas.

Apesar do nível baixo de divulgação (63,1%), a maior parte das universidades federais (35) possui nível de divulgação entre 75% e 60%, das quais apenas seis têm nível de divulgação inferior a 55%. Apesar disso, nenhuma universidade apresentou nível maior que 80%.

Também chamam a atenção as universidades UFRR e UFCG, que apresentaram baixos níveis de divulgação (10% e 23%, respectivamente), as únicas com divulgação inferior a 40%. Isso ocorre principalmente porque essas universidades não divulgaram seus relatórios de gestão e prestação de contas dos últimos anos (ver Apêndice A , p. 140).

4.1.1.6 Características da informação financeira

A categoria características da informação financeira divulgada é composta por seis itens e visa medir dimensões que influenciam a informação financeira divulgada, no caso, as universidades federais brasileiras atendem em média a 65% dos itens dessa categoria, conforme mostra a Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 – Categoria 06: características da informação financeira

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação.	91,5%
2	Informação fornecida periodicamente	88,1%
3	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	72,9%
4	Relevância da informação: se oferece na <i>internet</i> informação segregada	66,1%
5	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	55,9%
6	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página <i>web</i>	15,3%
Média		65,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos itens de maior frequência, verificou-se que a informação financeira, quando divulgada, permite a comparabilidade, inclusive entre instituições, devido a certa padronização dos relatórios (relatório de gestão, prestação de contas, demonstrações contábeis). Já a periodicidade fica um pouco prejudicada, pois algumas instituições não divulgam há alguns anos seus relatórios, embora tenha sido verificado que esse item é cumprido 88,1% das vezes.

Quanto aos itens de menor divulgação, o que mais chama a atenção é a inexistência na maioria dos portais de seção que congregue os relatórios e informações oriundos da contabilidade da universidade. Normalmente essas informações estão dispersas nas várias páginas da universidade (administração, contabilidade, reitoria, planejamento) e, em outros casos, quando estão congregadas, referem-se apenas aos relatórios de gestão e prestação de contas.

Quanto à compreensibilidade, não é incomum relatórios que apresentem informação financeira contarem com gráficos, tabelas e fluxogramas, porém boa parte dos relatórios não inclui tais itens, por isso verificou-se apenas 55,9% nesse item.

Verificou-se ainda que a grande maioria das universidades (40) cumpre ao menos 65% dos itens, das quais cinco chegam a 100%. Contudo, duas universidades (UFES e UFMA) não cumprem nenhum dos itens, provavelmente isso se deve à alteração recente no *site* da UFES, que, na data da pesquisa, estava sendo alterado. No caso da UFMA, embora o portal indique os relatórios, estes estão ausentes, por isso não se obteve acesso, o que prejudicou o índice dessa categoria (ver Apêndice A , p. 140).

4.1.1.7 Informação sobre responsabilidade social

Quanto à categoria Informação sobre responsabilidade social, essa possui apenas três itens, verificando-se que em média as universidades divulga 63% de informações relativas a esses itens, conforme Tabela 10 – Categoria 07: informação sobre responsabilidade social – a seguir.

Tabela 10 – Categoria 07: informação sobre responsabilidade social

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Responsabilidade ambiental	100,0%
2	Responsabilidade social	76,3%
3	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	13,6%
Média		63,3%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos itens divulgados, destaca-se que todas as universidades federais divulgam informações relativas ao item responsabilidade ambiental. Isso ocorre devido à divulgação em todos os relatórios de gestão analisados (56) de seção destinada à gestão ambiental. Todavia, além de divulgar informações concernentes à gestão ambiental nos relatórios, as universidades o fazem por meio de outros meios, como cadernos, revistas, jornais e páginas destinadas a esse fim.

Quanto ao item com menor divulgação, verificou-se que raramente as universidades divulgam informações concernentes a indicadores de responsabilidade econômica, e, nas poucas vezes que o fazem, ocorre de maneira parcial e não frequente.

Quanto à distribuição das universidades em relação à frequência de divulgação dos itens dessa categoria, verificou-se que a grande maioria está concentrada em torno da média, 45 universidades divulgam mais que 65% de informações relacionadas a essa categoria e oito universidades divulgam 100% dos itens dessa categoria (ver Apêndice A , p. 140).

4.1.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

A categoria relacionada à qualidade da instituição é composta de cinco itens que versam sobre avaliação e qualidade, verificando-se um nível de divulgação baixo (41,7%), conforme disposto na Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 – Categoria 08: informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas	84,7%
2	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	61,0%
3	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	55,9%
4	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	6,8%
5	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	0,0%
Média		41,7%

Fonte: Elaboração própria.

O item de maior divulgação é aquele relacionado à autoavaliação e autorregulação com 84,7% de divulgação entre as universidades federais. Tal fato se deve principalmente à Comissão Própria de Avaliação, instituída pela Lei n.º 10.861/2004, art. 1.º, que implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Outra item que se destaca é a questão da certificação da qualidade, em que se constatou que nenhuma universidade adota certificação ISO para a qualidade de gestão, mesmo as certificações voluntárias são casos raros e ocorrem em programas ou cursos isolados.

A distribuição da frequência de ocorrência dos itens de divulgação nas universidades brasileiras ocorre, no caso dessa categoria, na maioria dos casos (39), entre 40% e 60%. Apenas uma universidade (UFPEL) possui nível de divulgação nessa categoria acima de 60% e duas universidades (UNILA e UFES) não divulgam nenhum dos itens dessa categoria.

4.1.1.9 Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página web

Essa categoria, que trata das características da página que facilitam o acesso e compreensão da informação divulgada, é composta de 20 itens, verificando-se uma média de divulgação de 56,9% desses itens, conforme apresenta a Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Categoria 09: informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página web

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	98,3%
2	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	98,3%
3	É claramente diferenciada na <i>web</i> a existência de links externos e internos do ente público	96,6%
4	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	93,2%
5	A página <i>web</i> oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	83,1%
6	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	81,4%
7	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	71,2%
8	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	67,8%
9	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página <i>web</i>	62,7%
10	Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	59,3%
11	A página <i>web</i> utiliza como ferramenta <i>hiperlinks</i> na informação financeira prestada	57,6%
12	Disponibiliza links para acessar <i>sites</i> vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou <i>rankings</i> de universidades, entre outros.	50,8%
13	Disponibiliza um mapa da página <i>Web</i>	50,8%
14	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	47,5%
15	Permite-se o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	45,8%
16	É possível encontrar a informação em vários idiomas	40,7%
17	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	16,9%
18	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	8,5%
19	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	5,1%
20	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	1,7%
Média		56,9%

Fonte: Elaboração própria.

Verificou-se que mais de 80% das universidades divulgam os primeiros seis itens, com destaque para os motores de busca, presentes basicamente em todas as universidades (somente a UFCG não disponibiliza) e a disponibilização de endereço postal e eletrônico da universidade, que ocorre em basicamente em todas as universidades, normalmente, logo no rodapé da página inicial.

Destaca-se também a questão de a maioria das páginas das universidades (93,2%) conter seções específicas para a divulgação de cada tipo de informação. Tais seções normalmente obedecem à própria estrutura da universidade, contudo nem sempre as informações se encontram nas seções em que era de esperar e, em outros casos, as seções existem, mas estão vazias e/ou não estão atualizadas.

Quanto aos itens menos divulgados, o que mais chama a atenção é o uso de suportes multimídia para apresentação de dados orçamentários e contábeis, cuja ocorrência só foi verificada em 1,7% das universidades (apenas na UFSCar).

Quanto à distribuição da frequência de ocorrência dos itens nas universidades federais, na grande maioria das universidades (37) verificam-se ao menos 55% de ocorrência dos itens dessa categoria (características da página), mas apenas em 12 universidades essa ocorrência é menor que 50%.

4.1.1.10 E-Serviços

A categoria E-Serviços é composta por oito itens que versam sobre características da página *web* que facilitam os processos administrativos e acadêmicos nas universidades. Foi verificada média de divulgação dos itens igual a 74% entre as universidades federais, conforme mostra a Tabela 13 a seguir.

Tabela 13 – Categoria 10: E-Serviços

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	<i>E-learning</i> na educação formal	100,0%
2	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	98,3%
3	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas da educação formal	94,9%
4	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento	91,5%
5	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	69,5%
6	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	55,9%
7	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	49,2%
8	É possível realizar <i>on-line</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento	37,3%
Média		74,6%

Fonte: Elaboração própria.

Verificou-se que todas as universidades utilizam, em algum nível, ferramentas de aprendizagem *online* e que mais de 90% das universidades permitem o *download* de formulários ou a realização de transações administrativas *online* por meio dos sistemas acadêmicos, administrativos, financeiros. Contudo, apenas em 37% dos casos essas mesmas ferramentas estão disponíveis para cursos de aprimoramento (exemplo: especializações).

Quanto à distribuição das universidades, verifica-se que na grande maioria (47) há a ocorrência pelo menos de 60% dos itens dessa categoria, das quais 11 cumprem 100% desses itens. Além disso, em apenas uma universidade (UNILA) há a ocorrência menor que 50% dos itens.

4.1.1.11 E-Participação

Quanto à última categoria, a E-Participação, esta é composta de nove itens e tenciona medir as ferramentas disponibilizadas pela página para a interação do usuário com a universidade federal. Sendo assim, verificou-se que, em média, o nível de participação disponibilizado pelas universidades brasileiras chega a 55,2%, conforme se verifica na Tabela 14 a seguir.

Tabela 14 – Categoria 11: E-Participação

Ord.	Item de divulgação	% de divulgação
1	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	89,8%
2	Apresenta seção com perguntas e respostas	84,7%
3	Caixa de reclamações ou sugestões	76,3%
4	A página <i>web</i> indica local e instruções que permitem ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral pelo usuário	64,4%
5	Foros de discussão na <i>web</i> da universidade	61,0%
6	Pesquisas de opinião	52,5%
7	<i>Blog</i>	39,0%
8	A página <i>web</i> permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem	22,0%
9	<i>Chat</i>	6,8%
Média		55,2%

Fonte: Elaboração própria.

Vale destacar que quase 90% das universidades disponibiliza endereço de contato com os responsáveis pelos serviços realizados. Aqui, ressalta-se que, na maioria dos casos, tais informações são descentralizadas e oferecidas pelos diversos setores. Também se destaca o fato de a maioria das universidades apresentar seção com perguntas e respostas (84,7%) e possibilita entrar em contato por meio da *web* para reclamações ou sugestões (76,3%).

Contudo, poucas universidades têm algum *chat* (6,8%), *mailing list* (22%), ou *blog* (39%) a disposição dos usuários, talvez devido à tendência de utilizar novas formas de contato como as redes sociais.

Aqui se verificou que a maior parte das universidades (35) disponibiliza ao menos 55% dos itens de E-Participação: uma universidade (UFC) disponibiliza todos os itens e nove universidades disponibilizam menos que 40% dos itens pesquisados.

4.1.1.12 *Ranking* de universidades com base no IndexDUF

Quanto ao Índice Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) individualizado, verificou-se que apenas oito universidades federais possuem nível de divulgação inferior a 60%. Entre as dez que menos divulgam há grande predominância de universidades das Regiões Norte (4) e Nordeste (4). As duas que menos divulgam são as mesmas de todos os demais índices. Das dez que mais divulgam, quatro são universidades gaúchas (Região Sul) e três são da Região Sudeste.

Tabela 15 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade

#	Universidade	Região	Estado	Índice
1	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	79,9%
2	Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	79,9%
3	Universidade Federal do ABC	Sud	SP	78,4%
4	Universidade de Brasília	Cen	DF	76,3%
5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	75,5%
6	Fundação Universidade Federal do Pampa – UniPAMPA	Sul	RS	74,8%
7	Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	74,1%
8	Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	74,1%
9	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	73,4%
10	Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	72,7%
11	Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	72,7%
12	Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	72,7%
13	Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	71,9%
14	Fundação Universidade Federal de Viçosa	Sud	MG	71,2%
15	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	71,2%
16	Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	71,2%
17	Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	71,2%
18	Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	71,2%
19	Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	70,5%
20	Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	70,5%

Tabela 15 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade

(continua)

#	Universidade	Região	Estado	Índice
21	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	70,5%
22	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	PR	69,8%
23	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	69,1%
24	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	69,1%
25	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	68,3%
26	Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	68,3%
27	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	67,6%
28	Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	67,6%
29	Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	67,6%
30	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	67,6%
31	Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	66,9%
32	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	66,2%
33	Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	66,2%
34	Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	66,2%
35	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	65,5%
36	Universidade Federal do Pará	Nor	PA	65,5%
37	Fundação Universidade Federal do Vale de São Francisco	Nord	PE	64,7%
38	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	64,7%
39	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	64,0%
40	Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	64,0%
41	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	63,3%
42	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	63,3%
43	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	62,6%
44	Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	61,9%
45	Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	61,9%
46	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/BA	61,2%
47	Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	61,2%
48	Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	61,2%
49	Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	61,2%
50	Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	60,4%
51	Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	60,4%
52	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	59,7%
53	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	59,7%
54	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	59,0%
55	Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	58,3%
56	Universidade Federal do Acre	Nor	AC	56,1%
57	Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	51,1%
58	Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	43,9%
59	Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	33,8%

Fonte: Elaboração própria.

4.1.2 Índice de Divulgação de Informação Acadêmico-Financeira das Universidades (IDIAFU)

Conforme já exposto em seção anterior, o IDIAFU foi concebido por Católico (2012), aplicado nas universidades públicas colombianas e replicado por este trabalho nas universidades públicas brasileiras. Nas seções que se seguem, detalha-se cada um dos sete grupos que compõem o índice e se estabelece comparação com índice de divulgação das universidades públicas da Colômbia, oriundo do trabalho de Católico (2012), cuja média geral foi de 59%, enquanto a média de divulgação das universidades brasileiras foi de 67,6%.

4.1.2.1 Informação relacionada ao conteúdo da página: dados gerais da instituição

Quanto à primeira seção, referente a dados gerais da instituição, três dos oito itens são divulgados por todas as instituições (100%), os quais são documentos institucionais, serviços de notícias e calendários acadêmicos, o que é coerente com o que ocorre na Colômbia, onde também são os mais divulgados. Contudo, é importante destacar a questão da ética na instituição: verificou-se que apenas 10% das instituições possuem código de ética divulgado em suas páginas, também coerente com o que ocorre na Colômbia, onde esse tipo de informação foi o que registrou menor divulgação entre as universidades pesquisadas.

De maneira geral, no que tange aos dados gerais, no Brasil mais universidades têm divulgado tais informações quando se comparam com as universidades colombianas. Esses dados são divulgados, em média, por 80,5% das universidades brasileiras e por 73,84% das universidades colombianas. Os únicos itens pouco divulgados entre as universidades brasileiras em comparação com as colombianas são o Código de Ética e o PDI, conforme mostra a Tabela 16 a seguir.

Tabela 16 – Informação relacionada ao conteúdo da página – dados gerais da instituição

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Acesso a documentos institucionais como regulamentos e diretrizes	100,0%	96,9%
Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	88,1%	92,2%
Acesso ao código de bom governo e código de ética	10,2%	34,4%
Lista de contatos de funcionários	94,9%	87,5%
Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	100,0%	100,0%

Tabela 16 – Informação relacionada ao conteúdo da página – dados gerais da instituição
(continua)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Calendário de eventos e processos acadêmicos	100,0%	78,1%
Arquivos de reunião dos corpos colegiados	64,4%	46,9%
Relação nominal e breve resumo dos diretores	86,4%	54,7%
Média	80,50%	73,84%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.2 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (ensino)

Quanto à seção relacionada às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), inicia-se a análise pelo ensino e verifica-se que dois itens são divulgados por todas as universidades, a saber: os editais de contratação, que são divulgados por todas as universidades, e a relação dos docentes, a qual todas as universidades divulgam. Contudo, a divulgação ocorre de maneira descentralizada nos *sites* de cada departamento/curso ou programa.

Quanto ao item com menor divulgação, tem-se a questão de informações concernentes a programas de formação docente, os quais apenas 59% das universidades brasileiras divulgam. É possível que a divulgação desses programas ocorra por meio das mídias impressas (circulares e informativos internos) das universidades.

A média de universidades brasileiras que divulgam informações relacionadas às atividades de ensino é de 89,46%, número relativamente alto quando comparado com o das universidades colombianas em que esse número chega a 70,33%, conforme descreve a Tabela 17 a seguir:

Tabela 17 – Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (ensino)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	98,3%	100,0%
Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	94,9%	48,4%
Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	81,4%	71,9%
Relação nominal ou numérica da composição docente	100,0%	75,0%
Descrição da qualificação dos docentes	93,2%	68,8%
Editais públicos para a contratação docente	100,0%	68,8%
Relação nominal de programas para a formação docente	59,3%	43,8%
Descrição de suas instalações	81,4%	59,4%

Tabela 17 – Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (ensino)
(continua)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)	96,6%	96,9%
Média	89,46%	70,33%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.3 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (pesquisa)

Quanto à divulgação de informações relacionadas à pesquisa, verificou-se que, com poucas exceções, tais atividades são concentradas nos programas de pós-graduação e acompanhadas pelas pró-reitorias ou secretarias de pesquisa que, apesar de acompanharem a divulgação, raramente divulgam informações relacionadas a esse item. Por isso, na maioria das universidades federais, as informações relacionadas à pesquisa são divulgadas individualmente pelos programas de pós-graduação. Nesse caso, a exceção fica para a relação de revistas, cuja qual boa parte das universidades dispõe de repositório *online* ou página específica listando os periódicos produzidos pela instituição.

Quanto ao índice propriamente dito, verificou-se novamente maior divulgação de informações relacionadas à pesquisa entre as universidades brasileiras em comparação com as colombianas. Nesse caso, em média, 69,31% das universidades brasileiras divulgam itens relacionadas à pesquisa em comparação a 59,38% das universidades colombianas. Deve-se destacar que quase todas as universidades (98,3%) divulgam informações relacionadas a seus grupos de pesquisa, mesmo que se trate de cada programa de pós-graduação individualmente, e apenas 37,3% delas divulgam informação relacionada às redes de pesquisa.

Tabela 18 – Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (pesquisa)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	71,2%	78,1%
Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	47,5%	43,8%
Relação das redes de pesquisa das quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	37,3%	34,4%
Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou de grupos de pesquisa	91,5%	84,4%
Enunciação de grupos de pesquisa	98,3%	87,5%

Tabela 18 – Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (pesquisa)
(continua)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Enunciação dos projetos de pesquisa	93,2%	75,0%
Relação das redes de pesquisa das participam os grupos ou os docentes pesquisadores	47,5%	40,6%
Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	44,1%	3,1%
Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	93,2%	87,5%
Média	69,31%	59,38%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.4 Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (extensão)

Quanto ao último grupo de atividades acadêmicas, a extensão, verificou-se nível de divulgação relativamente alto (85,87%), maior que o verificado entre as atividades de pesquisa, possivelmente por tratar-se de atividades com grande interface com a comunidade. Aqui se verificou que tal divulgação é normalmente concentrada nas pró-reitorias de extensão, no caso dos dois primeiros itens, e nas empresas juniores, no caso das atividades de consultoria, estas com menor divulgação.

Tabela 19 – Informação relativa ao conteúdo da página – atividades acadêmicas (extensão)

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	88,1%	90,6%
Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	96,6%	62,5%
Enunciação de atividades de consultoria	72,9%	71,9%
Média	85,87%	75,00%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.5 Informação relativa ao conteúdo da página – informação financeira e de gestão

Quanto às informações financeiras ou relacionadas à gestão das universidades, verificou-se um grau de divulgação mediano (58,30%), porém ainda superior ao das universidades colombianas (44,69%). Aqui se destaca a divulgação dos informes de gestão, cuja indisponibilidade só foi registrada em apenas três universidades, os quais são importantes, pois, além de serem exigidos por lei (Lei 12.527, art. 7.º,

inciso VI, alínea “b”, inciso V e inciso IV; Portaria n.º 262 da CGU, arts. 1.º e 2.º), permitem acesso às demais informações (orçamentárias, de gestão).

Também é importante frisar que o item de menor divulgação, os demonstrativos contábeis, divulgados por apenas 15,3% das universidades, é de elaboração e divulgação obrigatória, apesar de não ficar claro se esta deve ser feita também nos sites das instituições (LRF, art. 48, e Lei 12.527, art. 7.º, inciso VII, alínea b). Ademais, a seção 4.1.5 dedica-se a discutir a questão da divulgação obrigatória.

Tabela 20 – Informação relativa ao conteúdo da página – informação financeira e de gestão

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	69,5%	50,0%
Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	88,1%	54,7%
Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	15,3%	35,9%
Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	27,1%	37,5%
Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	27,1%	18,8%
Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	76,3%	12,5%
Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	67,8%	28,1%
Acesso ao informe de gestão do reitor	94,9%	75,0%
Acesso a indicadores de gestão	93,2%	40,6%
Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	23,7%	93,8%
Média	58,30%	44,69%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.6 Informação relativa ao conteúdo da página – informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

No que se refere à qualidade administrativa e acadêmica das universidades, o principal ponto a destacar é a questão da autoavaliação. Praticamente todas as universidades têm uma Comissão Própria de Avaliação (instituídas pela Lei n.º 10.861/2004, art. 1.º, que implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), contudo nem todas (84,7%) divulgam informes ou documentos relacionados à autoavaliação.

Outra questão que se destaca é a da certificação da qualidade. No caso da Colômbia, foi emitido o Decreto 4.110, de 2004, o qual adota a “Norma Internacional de Qualidade na Gestão Pública NTCGP 1000:2004, que determina os requisitos

gerais e mínimos para estabelecer, documentar, implementar e manter um sistema de gestão qualidade em organismos” (CATÓLICO, 2012. p. 70), o que explica o grande número de universidades que adotam a Certificação ISO para qualidade de gestão ou outro tipo de certificação voluntária para programas isolados.

Já no caso do Brasil, constatou-se que tal certificação não é adotada e mesmo as certificações voluntárias são casos raros de programas ou cursos isolados. Apesar disso, de maneira geral as universidades brasileiras apresentaram maior disponibilização de informações relacionadas à qualidade da gestão e acadêmica (principalmente acadêmica) quando comparadas às universidades colombianas, conforme se verifica na Tabela 21 a seguir.

Tabela 21 – Informação relativa ao conteúdo da página – informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	0,0%	46,9%
Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	6,8%	78,1%
Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas	84,7%	20,3%
Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	61,0%	18,8%
Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	55,9%	28,1%
Média	41,68%	38,44%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

4.1.2.7 Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página web

Quanto a navegabilidade, acesso e desenho das páginas das universidades, fator fundamental para a acessibilidade das informações disponibilizadas nelas, verificou-se que tais páginas, apesar de incluírem motores de busca (98,3%) e de apresentarem a informação financeira disposta em página específica de prestação de contas (página de acesso à informação, normalmente), pouquíssimas utilizam arquivos multimídias para apresentação de dados financeiros (1,7%), menos da metade permite *download* de arquivos abertos (45,8%), a maioria disponibiliza arquivos do tipo PDF somente, apenas a metade apresenta mapas das páginas (50,8%), os quais nem sempre se referem à página principal, e raramente existe certificação de segurança para as páginas (5,1%).

Portanto, verificou-se baixo nível de acessibilidade às páginas das universidades brasileiras (55,93%), abaixo da média colombiana (57,05). Tal nível de acessibilidade pode ser explicado pela ausência percebida de padronização nas páginas. Apesar de fugir ao escopo da pesquisa, supõe-se que isso decorre de uma gestão de TI e de comunicação pouco atuante no que tange à construção das páginas. Assim, existem páginas com deficiência na navegabilidade e acessibilidade (55,93%) que prejudicam a transparência das referidas páginas, mas que ainda cumprem seus objetivos primordiais, ao disponibilizarem as informações aos usuários, uma vez que, no cômputo geral, 67,79% das universidades brasileiras disponibilizam os itens do índice, enquanto tal nível na Colômbia chega a 59,05%.

Tabela 22 – Informação relativa a navegabilidade, acesso e desenho da página web

Item	Brasil ¹	Colômbia ²
É possível encontrar a informação em vários idiomas	40,7%	34,4%
Disponibiliza <i>links</i> para acessar <i>sites</i> vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou <i>rankings</i> de universidades	50,8%	93,8%
Inclui-se nas páginas a data da última atualização	67,8%	62,5%
Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	71,2%	81,3%
Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	81,4%	50,0%
Disponibiliza um mapa da página <i>web</i>	50,8%	78,1%
Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	98,3%	78,1%
Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	1,7%	6,3%
Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	59,3%	93,8%
Permite-se o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	45,8%	9,4%
Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contacto da universidade	98,3%	96,9%
A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	5,1%	0,0%
Média	55,93%	57,05%

Fonte: ¹O autor, ²Católico (2012).

Quanto ao nível de divulgação de informações por universidade, segue o que consta na Tabela 8, com o ranqueamento das universidades brasileiras segundo tal nível de divulgação. Nesse caso, a Universidade de Brasília foi a que mais divulgou (83,9%) e aquela que menos divulgou foi a Universidade Federal de Campina Grande (42,9%). Verificou-se que 49 das 59 universidades brasileiras possuem nível de divulgação superior a 60% e que oito das dez universidades que possuem nível de divulgação inferior a 60 são das Regiões Norte (4) e Nordeste (3) ou são rurais (1).

Tabela 23 – Ranking de universidades segundo o índice

#	Universidade	Região	Estado	Índice
1	Universidade de Brasília	Cen	DF	83,9%
2	Universidade Federal do ABC	Sud	SP	82,1%
3	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	80,4%
4	Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	78,6%
5	Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	78,6%
6	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	76,8%
7	Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	76,8%
8	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	76,8%
9	Fundação Universidade Federal de Viçosa	Sud	MG	75,0%
10	Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	75,0%
11	Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	75,0%
12	Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	75,0%
13	Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	75,0%
14	Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	75,0%
15	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	73,2%
16	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	73,2%
17	Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	73,2%
18	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	PR	73,2%
19	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	71,4%
20	Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	71,4%
21	Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	71,4%
22	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	71,4%
23	Fundação Universidade Federal do Pampa - UniPAMPA	Sul	RS	69,6%
24	Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	69,6%
25	Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	69,6%
26	Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	69,6%
27	Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	69,6%
28	Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	69,6%
29	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	69,6%
30	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	69,6%
31	Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	69,6%
32	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	67,9%
33	Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	67,9%
34	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nord	PE	66,1%
35	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	66,1%
36	Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	66,1%
37	Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	66,1%
38	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	64,3%
39	Universidade Federal do Pará	Nor	PA	64,3%
40	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	62,5%
41	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	62,5%
42	Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	62,5%
43	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	62,5%

Tabela 23 – *Ranking* de universidades segundo o índice

(continua)

#	Universidade	Região	Estado	Índice
44	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	60,7%
45	Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	60,7%
46	Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	60,7%
47	Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	60,7%
48	Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	60,7%
49	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	60,7%
50	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/BA	58,9%
51	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	58,9%
52	Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	58,9%
53	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	58,9%
54	Universidade Federal do Acre	Nor	AC	57,1%
55	Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	57,1%
56	Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	57,1%
57	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	55,4%
58	Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	50,0%
59	Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	42,9%

Fonte: Elaboração própria.

4.1.3 Índice de Transparência Global de Rosário et al. (2011)

Como descrito na seção anterior, Rosário et al. (2011) desenvolveram índice de divulgação para as cem maiores universidades (públicas e privadas) do mundo, com base na análise de seus *websites*, nomeados pelos autores de Índice Global de Transparência (IGT), em que quatro aspectos foram analisados: E-Informação; E-Serviços; E-Participação e Navegabilidade, desenho e acessibilidade. Tal índice foi aplicado às universidades brasileiras seguindo a mesma metodologia. Adiante, detalha-se cada um dos aspectos no que se refere às universidades brasileiras e sua comparação com o índice original. A Tabela 24 mostra os resultados desse índice por aspecto analisado e do índice global, tanto para as universidades federais brasileiras como para as universidades pesquisadas por Rosário et al. (2011).

Tabela 24 – Índice global de transparência

Aspectos	Brasil ¹	Top 100 ²
E-informação	72,7%	52,5%
E-serviços	74,6%	65,8%
E-participação	56,3%	54,0%
Navegabilidade, desenho e acessibilidade	66,7%	66,2%
Índice Global de Transparência	70,4%	56,0%

Fonte: Rosário et al. (2011).

O primeiro dos quatro aspectos pesquisados conta um nível de divulgação relativamente alto, 72,7% no total, sendo superior ao encontrado por Rosário et al. (2011), 52,5 %. Neste, informações relacionadas à informação geral da universidade (jornais, publicações, vagas) e informações relacionadas à gestão e organização universitária (regulamentos, organograma, agenda do reitor) são as mais divulgadas, com índice de divulgação de 88,1% e 79,7% respectivamente.

Já os itens relacionados à responsabilidade social e a informações financeiras e de gestão são os menos divulgados, com divulgação de 63,3% e 66,4% respectivamente. Aqui se destaca a impossibilidade de consultar a contabilidade geral das universidades por página, pois as universidades raramente divulgam os demonstrativos contábeis e/ou informações relativas a licitações (execução de obras e políticas de contratação com terceiros). Vale lembrar que os editais de contratação são publicados pela grande maioria das universidades (91,5%); contudo, após o edital, novas informações vão tornando-se mais escassas, tais como resultados da licitação (64,4%), contratos (71,2%) e execução das obras licitadas (25,4%).

Tabela 25 – E-Informação

Item	Índice
INFORMAÇÃO SOBRE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	79,7%
Perfil organizativo	77,1%
Regulamentos e normas universitárias	84,7%
INFORMAÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE	88,1%
INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE	66,4%
Conteúdo da informação financeira	66,9%
a) Informação orçamentária	84,4%
b) Informação econômico-financeira	65,5%
c) Informação não financeira	94,1%
d) Informação sobre gestão estratégica e qualidade	44,6%
Características da informação financeira	65,0%
INFORMAÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL	63,3%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao aspecto da prestação de serviços divulgado na página, destaca-se que todas as universidades pesquisadas possuem ferramenta de ensino eletrônica (*e-Learning*) e praticamente todas permitem realizar *on-line* transações administrativas da educação formal (94,9%) por meio de plataformas ou sistemas de gestão acadêmica. No cômputo geral e no subíndice de E-Serviços, as universidades

pesquisadas alcançaram 74,6% de divulgação, enquanto aquelas pesquisadas por Rosário et al. (2011) atingiram 65,8% de publicação.

Quanto à possibilidade de interação do usuário com a instituição (E-Participação), esse foi o item com menor divulgação por parte das universidades (56,3%). Nesse quesito, a ausência de ferramentas, tais como *chat* (6,8%), *blog* (39%), *mailing list* (22%), contribuiu para baixar o índice. Apesar disso, a caixa de reclamações (76,3%), fóruns de discussão (61%) e contato com os professores (94,8%) são os itens mais representativos. De maneira geral, as universidades pesquisadas possuem possibilidade de participação dos usuários, conforme o índice de 56,3%, ligeiramente superior ao das universidades pesquisadas por Rosário et al. (2011), 54,0%.

Quanto ao último aspecto analisado pelo índice, a questão da navegabilidade e acessibilidade, verificou-se um desempenho relativamente alto (70,4%). Os pontos fortes das universidades pesquisadas são motores de busca (98,3%), diferenciação entre *links* internos e externos do ente público (96,6%) e seções separadas para cada tipo de informação (93,2%). Nesses casos há alguns reveses, como os motores de busca, que são limitados e nem sempre permitem encontrar o que se procura, e o fato de haver seções específicas para cada informação. Entretanto, na maioria das vezes, as informações são fragmentadas e não são encontradas onde se espera que estejam, além do fato de algumas dessas seções não possuírem informação, como é o caso da maioria dos departamentos de contabilidade e finanças que, apesar de terem seção específica nas páginas das universidades, não divulgam informações financeiras nessas seções.

Quanto ao resultado do índice por universidade, apresenta-se a Tabela 26 – *Ranking* de universidades segundo o índice de Rosário et al. (2011). Em face do ranqueamento delas, verificou-se que 55 das 59 universidades têm divulgação superior a 60% e que 36 das 59 têm divulgação superior a 70%. Também se percebeu que entre as dez que menos divulgam quatro são do Nordeste e quatro são do Norte. Apesar de alguma alteração na ordem, seis também estão entre as que menos divulgam quando utilizamos o índice de Católico (2012), e as duas últimas são as mesmas sem alteração nas posições.

Das dez universidades que mais divulgam, quatro são da Região Sul, todas do Estado do Rio Grande do Sul, quatro da Região Sudeste e apenas uma da Região Centro Oeste e da Nordeste. Quando comparamos os dois índices já apresentados, cinco universidades se mantêm entre as dez nos dois índices, apesar de haver variações entre as posições.

Tabela 26 – Ranking de universidades segundo o índice de rosário et al. (2011)

#	Universidade	Região	Estado	Índice
1	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	83,1%
2	Universidade Federal do ABC	Sud	SP	80,3%
3	Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	80,3%
4	Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	80,3%
5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	80,3%
6	Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	80,3%
7	Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	78,9%
8	Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	78,9%
9	Fundação Universidade Federal do Pampa – UniPAMPA	Sul	RS	77,5%
10	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	77,5%
11	Fundação Universidade Federal de Viçosa	Sud	MG	76,1%
12	Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	76,1%
13	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	74,6%
14	Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	74,6%
15	Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	74,6%
16	Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	74,6%
17	Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	74,6%
18	Universidade Federal do Pará	Nor	PA	74,6%
19	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	74,6%
20	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	74,6%
21	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	74,6%
22	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	74,6%
23	Universidade de Brasília	Cen	DF	73,2%
24	Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	73,2%
25	Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	73,2%
26	Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	73,2%
27	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	71,8%
28	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	71,8%
29	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	71,8%
30	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	71,8%
31	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	70,4%
32	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	70,4%
33	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	70,4%
34	Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	70,4%
35	Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	70,4%
36	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	69,0%

Tabela 26 – Ranking de universidades segundo o índice de rosário et al. (2011)

(continua)

	Universidade	Região	Estado	Índice
37	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nord	PE	69,0%
38	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	69,0%
39	Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	69,0%
40	Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	69,0%
41	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	PR	69,0%
42	Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	67,6%
43	Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	67,6%
44	Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	67,6%
45	Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	66,2%
46	Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	66,2%
47	Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	66,2%
48	Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	66,2%
49	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	66,2%
50	Universidade Federal do Acre	Nor	AC	63,4%
51	.Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	63,4%
52	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/BA	62,0%
53	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	60,6%
54	Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	60,6%
55	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	59,2%
56	Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	59,2%
57	Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	54,9%
58	Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	46,5%
59	Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	29,6%

Fonte: Elaboração própria.

4.1.4 Índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

O índice de Dixon, Coy e Tower (1991) foi aplicado inicialmente na Nova Zelândia e replicado por Banks e Nelson (1994) para universidades Canadenses; por Banks, Fisher e Nelson (1997) para universidades do Reino Unido; por Lima (2009) para Instituições de Ensino Superior Filantrópicas no Brasil. Foi desenvolvido originalmente para ser aplicado aos relatórios de gestão das universidades, e, nesta pesquisa, serão utilizados os mesmo itens, porém para os *sites* das universidades, fator que prejudica a comparação entre países, além do fator de ter sido utilizado em 1994 e 2009. Apesar disso, a Tabela 27 relaciona os resultados da aplicação do referido índice por país.

Tabela 27 – Replicações do índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

País (ano dos dados), (autor)	MAD Índice
New Zealand (1994), (Banks et al., 1997, p. 219)	100,0%
Ontário, Canadá (1994) , (Banks et al., 1997, p. 219)	61,5%
England, Wales, Northern Ireland (1997), (Banks et al., 1997, p. 219)	43,6%
Brasil, IESs Filantrópicas (2009), (LIMA, 2009, p. 93)	17,7%
Brasil, Universidades Federais (2013)	61,3%

Fonte: Adaptado de Lima (2009).

No índice das universidades federais brasileiras, o que mais chamou a atenção foram as informações presentes nos relatórios de gestão, relacionados à situação física e financeira (funcionários/setor, investimentos, contingências, uso do patrimônio) e à visão geral da universidade (metas e objetivos do planejamento estratégico, a universidade em números e políticas contábeis) que alavancaram o índice brasileiro. Contudo, informações sobre formandos (54%) são raramente divulgadas, principalmente no que se refere ao destino deles (10,2%). Também, quanto às demonstrações contábeis, poucas universidades as publicam em sua prestação de contas (DRE – 15,3%, Balanço – 15,3% e Balanço Financeiro – 18,6%). Outro item pouco divulgado foi a alocação de custos indiretos (10,2%). O que se percebe pela análise dos relatórios de gestão é que não há uma contabilidade de custos nas universidades federais, assim com não há políticas contábeis para depreciação (30,5%).

Tabela 28 – Índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

Item de divulgação	Brasil¹	IESFB²	UK³
I – Visão geral	78,8%	36,8%	57,8%
01 – Demonstração dos objetivos	88,1%	100,0%	24,7%
02 – Relatório descritivo/revisão geral	94,9%	5,5%	61,6%
03 – Resumo dos fatos e números	93,2%	2,0%	39,7%
04 – Revisão financeira	42,4%	2,0%	69,9%
05 – Políticas contábeis	67,8%	100,0%	98,6%
06 – Informações da diretoria	86,4%	11,0%	52,1%
II – Desempenho dos serviços	53,4%	1,2%	13,2%
07 – Número de estudantes	81,4%	0,0%	43,8%
08 – Formandos	54,2%	0,1%	20,5%
09 – Emprego/destino dos estudantes da educação	10,2%	0,0%	9,6%
10 – Publicações	98,3%	3,4%	4,1%
11 – Percentual de estudantes na faculdade	55,9%	0,1%	1,4%
12 – Metas	20,3%	3,4%	0,0%
III – Desempenho financeiro	36,3%	14,8%	51,1%
13 - Demonstração das operações – DRE	15,3%	100,0%	100,0%

Tabela 28 – Índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

(continua)

Item de divulgação	Brasil ¹	IESFB ²	UK ³
14 – Depreciação	30,5%	1,4%	90,4%
15 – Informações orçamentárias	69,5%	0,1%	0,0%
16 – Custo unitário por estudante	93,2%	0,0%	1,4%
17 - Demonstração do fluxo de caixa	18,6%	0,0%	98,6%
18 – Subsídio para pesquisa	16,9%	2,5%	67,1%
19 – Alocação de <i>overhead</i>	10,2%	0,0%	0,0%
IV – Situação física e financeira	78,0%	18,3%	49,9%
20 – Balanço patrimonial	15,3%	100,0%	98,6%
21 – Funcionários/faculdade	81,4%	15,1%	58,9%
22 – Biblioteca	94,9%	3,4%	2,7%
23 – Investimentos	98,3%	0,1%	75,3%
24 – Compromissos e contingências	94,9%	2,7%	83,6%
25 – Emprego e informação do patrimônio educacional	79,7%	0,0%	19,2%
26 – Uso da edificação	81,4%	6,9%	11,0%
Total	61,3%	17,7%	43,6%

Fonte: ¹O autor, ²Lima (2009), ³Banks et al. (1997).

Quanto à análise por universidade, verificou-se que 27 das 59 universidades apresentaram nível de divulgação inferior a 60%, porém, entre as dez que menos divulgam, quatro são nordestinas e quatro são nortistas. Além disso, das dez universidades que menos divulgam, três se repetem nos outros dois índices, e as duas últimas universidades ocupam exatamente as mesmas posições em todos os índices.

Quanto às dez universidades que mais divulgam, três são do Sudeste e três do Sul do país (todas do mesmo Estado). Além disso, três das dez têm posições similares nos outros dois índices. A seguir, apresenta-se a Tabela 29 com o *ranking* das universidades segundo o índice especificado.

Tabela 29 – *Ranking* de universidades segundo o índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

#	Universidade	Região	Estado	Índice
1	Universidade de Brasília	Cen	DF	88,5%
2	Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	88,5%
3	Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	84,6%
4	Fundação Universidade Federal do Pampa – UniPAMPA	Sul	RS	80,8%
5	Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	80,8%
6	Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	76,9%
7	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	76,9%
8	Universidade Federal do ABC	Sud	SP	73,1%

Tabela 29 – Ranking de universidades segundo o índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

(continua)

	Universidade	Região	Estado	Índice
9	Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	73,1%
10	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	73,1%
11	Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	73,1%
12	Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	73,1%
13	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	PR	73,1%
14	Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	69,2%
15	Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	69,2%
16	Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	69,2%
17	Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	69,2%
18	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	65,4%
19	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	65,4%
20	Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	65,4%
21	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	65,4%
22	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	65,4%
23	Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	65,4%
24	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	61,5%
25	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nord	PE	61,5%
26	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	61,5%
27	Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	61,5%
28	Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	61,5%
29	Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	61,5%
30	Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	61,5%
31	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	61,5%
32	Universidade Federal do Pará	Nor	PA	61,5%
33	Fundação Universidade Federal de Viçosa	Sud	MG	57,7%
34	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/BA	57,7%
35	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	57,7%
36	Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	57,7%
37	Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	57,7%
38	Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	57,7%
39	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	57,7%
40	Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	57,7%
41	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	53,8%
42	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	53,8%
43	Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	53,8%
44	Universidade Federal do Acre	Nor	AC	53,8%
45	Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	53,8%
46	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	53,8%
47	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	53,8%
48	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	53,8%
49	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	53,8%
50	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	50,0%

Tabela 29 – Ranking de universidades segundo o índice de Dixon, Coy e Tower (1991)

(conclusão)

	Universidade	Região	Estado	Índice
51	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	50,0%
52	Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	50,0%
53	Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	50,0%
54	Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	50,0%
55	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	50,0%
56	Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	50,0%
57	Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	46,2%
58	Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	23,1%
59	Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	11,5%

Fonte: Elaboração própria.

4.1.5 Itens de publicação obrigatória

Os itens de publicação obrigatória, apesar de previstos em lei, têm certa omissão em sua publicação. Verificou-se que neste grupo apenas o item – telefones das unidades e setores – é divulgado por 100% das universidades. Além desse, nenhum outro é divulgado por todas as universidades, e os que mais se aproximam disso são endereços, gastos executados e motor de busca, todos com 98,3% de divulgação. Entre os itens com menor publicação, está o da página processos de contas anuais, com 1,7% de divulgação. Essas universidades normalmente não possuem, apesar de possuírem seção parecida destinada para o mesmo fim. O item garantia expressa de autenticidade da informação divulgada raramente consta nas páginas, apenas com 5,1% de divulgação, e o item detalhes para os formatos utilizados para a estruturação da informação divulgado apenas com 8,5%.

De maneira geral, a divulgação de informações obrigatórias é pequena, haja vista que a média de divulgação é de 63,3% dos itens, provavelmente por se tratar de legislação recente (24 dos 30 itens pesquisados são exigidos pela Lei 12.527, de 2011) e por não haver sanção efetiva. A Tabela 30 detalha o nível de divulgação obtido por item, bem como o embasamento legal para a divulgação.

Tabela 30 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória

Itens	Base legal	Índice
Link para a página denominada Transparência Pública	Decreto 5.482/2005, art. 3.º	86,4%
Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses	Lei 12.527, art. 30, incisos I e II	40,7%
Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	Lei 12.527, art. 30, inciso III	22,0%
Estrutura organizacional (organograma)	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso I	94,9%
Competências e funções (órgãos de gestão e funções)	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso I	89,8%
Endereços das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso I	98,3%
Telefones das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso I	100,0%
Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso I	62,7%
Informação relativa a atividades exercidas: atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Lei 12.527, art. 7.º, inciso V; inciso VII, alínea "a" e art. 8.º, inciso V	88,1%
Informação relativa a atividades exercidas: atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	Lei 12.527, art. 7.º, inciso V; inciso VII, alínea "a" e art. 8.º inciso V	96,6%
Acesso ao relatório de prestação de contas/informe de gestão do reitor	Lei 12.527, art. 7.º, inciso VI, alínea "b", inciso V e inciso IV Portaria n.º 262 da CGU, arts. 1.º e 2.º	94,9%
Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso II	79,7%
Resultados de licitação	Lei 12.527, art. 7.º, inciso VI e art. 8.º, § 1.º, inciso IV	64,4%
Contratos de licitação	Lei 12.527, art. 7.º, inciso VI e art. 8.º, § 1.º, inciso IV	71,2%
Inclui-se nas páginas a data da última atualização	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso VI	67,8%
Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso I	98,3%
Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso II	45,8%
Garante a autenticidade e a integridade das informações disponíveis: a página web é certificada	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso V	5,1%
Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações (planilhas, textos, etc.)	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso II	16,9%
Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso III	47,5%
Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso IV	8,5%
A página web indica local e instruções permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o webmaster para a solicitação de informação geral pelo usuário	Lei 12.527, art. 8.º, § 3.º, inciso VII	64,4%
Apresenta seção com perguntas e respostas	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso VI	84,7%
Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso IV Lei 8.666, art. 21	91,5%
Acesso aos orçamentos da entidade	LRF, art. 48	69,5%
Acesso a informações relacionadas à receita executada	LRF, art. 48	66,1%

Tabela 30 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória

(continua)

Itens	Base legal	Índice
Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	LRF, art. 48 Lei 12.527, art. 7.º, inciso VII, alínea b	15,3%
Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU, TCU ou outros órgãos do controle interno ou externo	LRF, art. 48 Lei 12.527, art. 7.º, inciso VII, alínea b Portaria n.º 262 da CGU, arts. 1.º e 2.º	27,1%
Acesso a informações relacionadas aos gastos executados	Lei 12.527, art. 8.º, § 1.º, inciso III LRF, art. 48	98,3%
Página Processos de Contas Anuais	Portaria n.º 262 da CGU, art. 2.º Decreto 5.482/2005, art. 2.º	1,7%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à publicação por universidade, verificou-se que 15 das 59 universidades pesquisadas publicam menos que 60% dos itens ditos obrigatórios. Novamente se verificou grande predominância de universidades das Regiões Norte (4 de 10) e Nordeste (3 de 10). Novamente as duas últimas universidades são as mesmas que dos outros três índices pesquisados.

Quanto às universidades que mais divulgam, verificou-se que nenhuma divulga 100% das informações, mas a que mais se aproxima divulga 80% da informação obrigatória. Entre as dez primeiras cinco são da Região Sul (das quais quatro do mesmo Estado, Rio Grande do Sul) e quatro são da Região Sudeste. Também se verificou que duas das dez universidades aparecem entre as dez em todos os índices calculados. A seguir, a Tabela 31 contém a lista em ordem decrescente por universidade quanto à divulgação de itens obrigatórios.

Tabela 31 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade

#	Universidade	Região	Estado	Índice
1	Universidade Federal do ABC	Sud	SP	80,0%
2	Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	76,7%
3	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	73,3%
4	Fundação Universidade Federal do Pampa - UniPAMPA	Sul	RS	73,3%
5	Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	73,3%
6	Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	73,3%
7	Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	73,3%
8	Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	73,3%
9	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	73,3%
10	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	70,0%
11	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/BA	70,0%
12	Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	70,0%

Tabela 31 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade

(continua)				
	Universidade	Região	Estado	Índice
13	Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	70,0%
14	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	70,0%
15	Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	70,0%
16	Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	70,0%
17	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	70,0%
18	Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	70,0%
19	Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	70,0%
20	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	66,7%
21	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	66,7%
22	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	66,7%
23	Universidade de Brasília	Cen	DF	66,7%
24	Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	66,7%
25	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	66,7%
26	Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	66,7%
27	Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	66,7%
28	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	66,7%
29	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	66,7%
30	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	PR	66,7%
31	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	63,3%
32	Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	63,3%
33	Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	63,3%
34	Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	63,3%
35	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	60,0%
36	Fundação Universidade Federal de Viçosa	Sud	MG	60,0%
37	Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	60,0%
38	Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	60,0%
39	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	60,0%
40	Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	60,0%
41	Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	60,0%
42	Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	60,0%
43	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	60,0%
44	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	60,0%
45	Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	56,7%
46	Universidade Federal do Acre	Nor	AC	56,7%
47	Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	56,7%
48	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	56,7%
49	Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	56,7%
50	Universidade Federal do Pará	Nor	PA	56,7%
51	Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	56,7%
52	Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	53,3%
53	Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	53,3%
54	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	53,3%
55	Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	50,0%

Tabela 31 – Nível de divulgação de itens de publicação obrigatória por universidade

(conclusão)				
	Universidade	Região	Estado	Índice
56	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	50,0%
57	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nord	PE	46,7%
58	Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	40,0%
59	Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	33,3%

Fonte: Elaboração própria.

4.1.6 Nível de divulgação por região

Considerando uma aparente relação entre o nível de divulgação e a localização da universidade, construiu-se a Tabela 32 agrupando as universidades por região e comparando os índices apurados.

Tabela 32 – Nível de divulgação por região

Universidade	Reg.	UF	IDIAFU	IGT	MAD Index	Obrigat.	Idex DUF
Universidade de Brasília	Cen	DF	83,90%	73,20%	88,50%	66,70%	76,30%
Universidade Federal de Goiás	Cen	GO	75,00%	78,90%	57,70%	63,30%	72,70%
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Cen	MS	67,90%	60,60%	50,00%	60,00%	59,70%
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Cen	MS	58,90%	70,40%	73,10%	60,00%	64,70%
Universidade Federal de Mato Grosso	Cen	MT	69,60%	67,60%	69,20%	60,00%	66,20%
Média de divulgação			71,06%	70,14%	67,70%	62,00%	67,92%
Universidade Federal do Acre	Nor	AC	57,10%	63,40%	53,80%	56,70%	56,10%
Universidade Federal do Amazonas	Nor	AM	60,70%	67,60%	57,70%	56,70%	61,20%
Universidade Federal do Amapá	Nor	AP	57,10%	54,90%	50,00%	50,00%	51,10%
Universidade Federal do Oeste do Pará	Nor	PA	58,90%	70,40%	50,00%	56,70%	61,90%
Universidade Federal do Pará	Nor	PA	64,30%	74,60%	61,50%	56,70%	65,50%
Universidade Federal Rural da Amazônia	Nor	PA	69,60%	59,20%	57,70%	56,70%	60,40%
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Nor	RO	73,20%	71,80%	61,50%	66,70%	69,10%
Universidade Federal de Roraima	Nor	RR	50,00%	46,50%	23,10%	40,00%	43,90%
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Nor	TO	60,70%	69,00%	50,00%	66,70%	64,00%
Média de divulgação			61,29%	64,16%	51,70%	56,32%	59,24%
Universidade Federal de Alagoas	Nord	AL	75,00%	73,20%	76,90%	70,00%	71,90%
Universidade Federal da Bahia	Nord	BA	69,60%	69,00%	69,20%	60,00%	66,90%
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nord	BA	76,80%	77,50%	65,40%	73,30%	73,40%
Universidade Federal do Ceará	Nord	CE	66,10%	74,60%	50,00%	60,00%	67,60%
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nord	CE/ BA	58,90%	62,00%	57,70%	70,00%	61,20%

Tabela 32 – Nível de divulgação por região

(continua)

Universidade	Reg.	UF	IDIAFU	IGT	MAD Index	Obrigat.	Idex DUF
Universidade Federal do Maranhão	Nord	MA	60,70%	69,00%	57,70%	63,30%	60,40%
Universidade Federal da Paraíba	Nord	PB	67,90%	66,20%	69,20%	63,30%	66,20%
Universidade Federal de Campina Grande	Nord	PB	42,90%	29,60%	11,50%	33,30%	33,80%
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nord	PE	66,10%	69,00%	61,50%	46,70%	64,70%
Universidade Federal de Pernambuco	Nord	PE	78,60%	73,20%	80,80%	66,70%	72,70%
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Nord	PE	60,70%	66,20%	53,80%	53,30%	59,70%
Universidade Federal do Piauí	Nord	PI	57,10%	60,60%	53,80%	60,00%	58,30%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nord	RN	69,60%	74,60%	50,00%	60,00%	69,10%
Universidade Federal Rural do Semiárido	Nord	RN	66,10%	63,40%	50,00%	70,00%	64,00%
Universidade Federal de Sergipe	Nord	SE	60,70%	74,60%	61,50%	66,70%	67,60%
Média de divulgação			65,12%	66,85%	57,93%	61,11%	63,83%
Universidade Federal do Espírito Santo	Sud	ES	62,50%	67,60%	61,50%	53,30%	61,20%
Fundação Univ. Federa de Viçosa	Sud	MG	75,00%	76,10%	57,70%	60,00%	71,20%
Universidade Federal de Alfenas	Sud	MG	69,60%	74,60%	73,10%	66,70%	71,20%
Universidade Federal de Itajubá - Unifei	Sud	MG	62,50%	71,80%	53,80%	70,00%	68,30%
Universidade Federal de Juiz de Fora	Sud	MG	62,50%	59,20%	53,80%	66,70%	62,60%
Universidade Federal de Lavras	Sud	MG	71,40%	80,30%	69,20%	76,70%	74,10%
Universidade Federal de Minas Gerais	Sud	MG	75,00%	73,20%	84,60%	73,30%	72,70%
Universidade Federal de Ouro Preto	Sud	MG	75,00%	66,20%	65,40%	73,30%	70,50%
Universidade Federal de São João Del Rei	Sud	MG	69,60%	66,20%	61,50%	53,30%	61,90%
Universidade Federal de Uberlândia	Sud	MG	60,70%	66,20%	46,20%	56,70%	61,20%
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sud	MG	71,40%	74,60%	57,70%	66,70%	67,60%
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sud	MG	69,60%	74,60%	53,80%	70,00%	70,50%
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sud	RJ	62,50%	70,40%	61,50%	56,70%	63,30%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sud	RJ	55,40%	71,80%	53,80%	50,00%	59,00%
Universidade Federal Fluminense	Sud	RJ	73,20%	80,30%	65,40%	70,00%	74,10%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sud	RJ	58,90%	74,60%	53,80%	60,00%	63,30%
Universidade Federal de São Carlos	Sud	SP	76,80%	74,60%	61,50%	60,00%	70,50%
Universidade Federal de São Paulo	Sud	SP	71,40%	78,90%	73,10%	70,00%	71,20%
Universidade Federal do ABC	Sud	SP	82,10%	80,30%	73,10%	80,00%	78,40%
Média de divulgação			68,69%	72,71%	62,13%	64,92%	68,04%
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul	PR	64,30%	69,00%	61,50%	70,00%	65,50%
Universidade Federal do Paraná	Sul	PR	75,00%	70,40%	73,10%	70,00%	68,30%
Universidade Tec Federal do Paraná	Sul	PR	73,20%	69,00%	73,10%	66,70%	69,80%

Tabela 32 – Nível de divulgação por região

(conclusão)

Universidade	Reg.	UF	IDIAFU	IGT	MAD Index	Obrigat.	Idex DUF
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	RS	76,80%	83,10%	65,40%	73,30%	79,90%
Fundação Universidade Federal do Pampa -UniPAMPA	Sul	RS	69,60%	77,50%	80,80%	73,30%	74,80%
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sul	RS	71,40%	74,60%	65,40%	66,70%	71,20%
Universidade Federal de Pelotas	Sul	RS	69,60%	76,10%	53,80%	73,30%	71,20%
Universidade Federal de Santa Maria	Sul	RS	78,60%	80,30%	88,50%	73,30%	79,90%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul	RS	80,40%	80,30%	76,90%	66,70%	75,50%
Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	SC	66,10%	71,80%	57,70%	63,30%	66,20%
Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	SC	73,20%	70,40%	65,40%	70,00%	67,60%
Média de divulgação			72,56%	74,77%	69,24%	69,69%	71,81%

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, comparando-se as regiões, verificou-se que a Região Sul apresenta maior nível de divulgação com média de divulgação de informações nos portais das universidades próxima ou superior a 70% em todos os índices considerados. Também as Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam, comparativamente, níveis de divulgação elevados.

Já as Regiões Nordeste e Norte apresentam os menores níveis de divulgação em todos os índices, sempre menor que 70%, porém, nesse caso, a Região Norte apresenta o menor nível em todos os índices, sempre inferior a 65% de divulgação.

Logo, a localização da universidade, que é um dos determinantes (variáveis) testados no modelo, parece guardar alguma relação com o nível de divulgação. O Gráfico 1 permite visualizar melhor esse relacionamento.

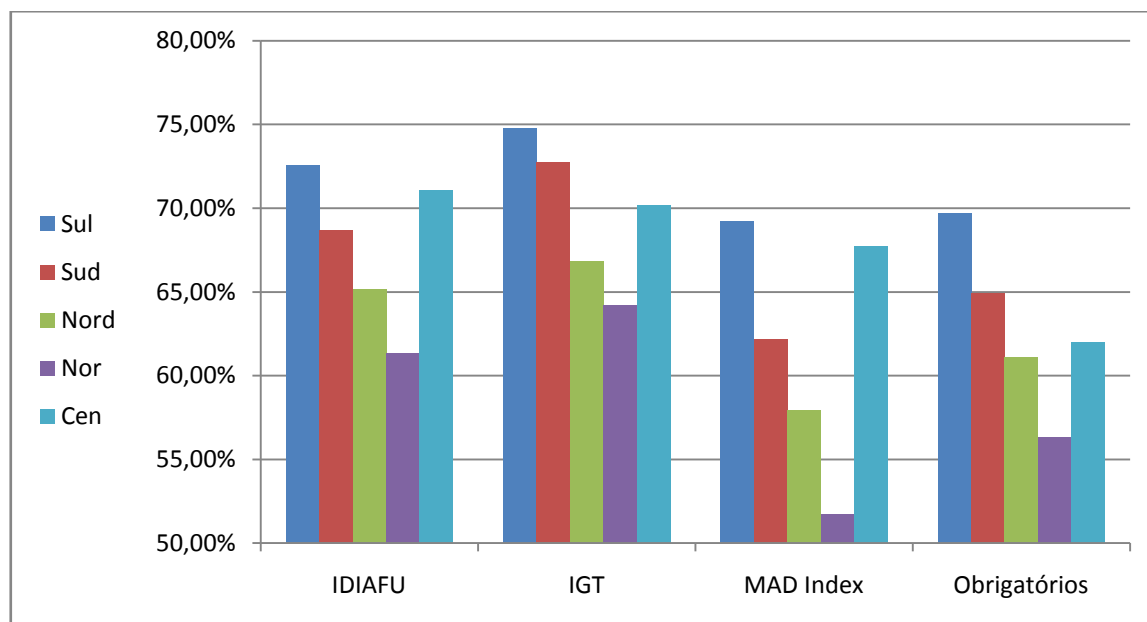


GRÁFICO 1 – NÍVEL DE DIVULGAÇÃO POR REGIÃO

Fonte: Elaboração própria.

4.2 ANÁLISE EXPLICATIVA

No intuito de explicar a variação do Índice de Divulgação das Universidades Federais (InexDUF) e testar as hipóteses desenvolvidas com base nos estudos anteriores, foram testadas as 13 variáveis independentes (fatores explicativos ou determinantes), utilizando-se inicialmente o modelo de regressão conforme descrito na seção 3.3.1.

Abaixo segue a estatística descritiva dos índices (variável dependente) e dos determinantes (variável independente), considerando os valores originais (não normalizados).

Tabela 33 – Estatística descritiva dos índices e determinantes de divulgação

Determinantes	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância
IndexDUF	0,338	0,799	0,663	0,080	0,006
IndCat	0,429	0,839	0,676	0,081	0,007
IndRos	0,296	0,831	0,701	0,087	0,008
IndCoy	0,115	0,885	0,613	0,132	0,017
IndObr	0,333	0,800	0,633	0,088	0,008
TaGra	330,000	39.856,000	15.760,119	10.483,081	109.894.993,934
TaPos	0,000	9.464,000	1.918,119	2.137,631	4.569.465,106
TaGeP	330,000	49.320,000	17.678,237	12.232,725	149.639.562,701
TaDoc	38,000	3.791,000	1.334,305	973,877	948.435,905
TaSer	34,000	9.674,000	1.558,051	1.606,921	2.582.194,808
FINPUBL	20.001.776,97	1.830.700.015,78	424.074.733,69	366.740.740,51	134.498.770.749.525.000,00
Ingres	329,000	11.254,000	4.229,322	2.601,528	6.767.948,670
Vagas	360,000	11.253,000	4.425,254	2.704,989	7.316.964,365
Anttig.	2,000	67,000	33,220	21,461	460,554
QuaSer1	0,335	0,986	0,613	0,129	0,017
QuaSer2	0,000	0,702	0,298	0,153	0,023
QuaSer3	0,000	0,147	0,060	0,034	0,001
QuaDoc1	0,595	1,000	0,885	0,085	0,007
QuaDoc2	0,655	1,000	0,881	0,087	0,008
QuaDoc3	0,252	1,000	0,586	0,169	0,029
GOV	0,000	532,000	113,220	82,577	6819,002
QUAPG	0,000	5,029	3,504	0,836	0,699
QUAGR	0,000	4,283	3,284	0,761	0,579
Com_PG	0,000	99,000	30,559	24,567	603,527
Com_Gr	5,000	243,000	81,542	53,349	2846,149
Complx	5,000	307,000	112,102	74,293	5519,472
VisCxV	0,000	48,985	12,787	8,942	79,953
Ociosi	-1.026,000	2.514,000	195,932	476,802	227.340,547
Concl	0,000	4.758,000	1.670,559	1.274,461	1.624.249,940
Suc_Gr	0,000	1,592	0,358	0,218	0,047

Fonte: Elaboração própria.

Para tanto, 31 *proxies* foram utilizadas para determinar quais se ajustavam melhor ao modelo, e foram eliminadas aquelas que não atendessem aos critérios estatísticos de significância (com um nível de confiança pelo menos de 10%) ou apresentassem alta multicolinearidade ($VIF^{16} > 5,0$), conforme (FÁVERO et al., 2009).

A seguir, o Quadro 21 lista os determinantes, *proxies* e hipóteses que foram testadas.

¹⁶ Variance inflation factor.

Determinantes	Código	Proxy	Hipótese
Tamanho	TaGra	N.º de alunos da Graduação	H1
	TaPos	N.º de alunos da Pós	H1
	TaGeP	N.º de alunos total	H1
	TaDoc	N.º de docentes	H1
	TaSer	N.º de servidores	H1
	FINPUBL	Valor em R\$ do orçamento total	H1
	Ingres	N.º de ingressantes	H1
	Vagas	N.º de vagas	H1
Antiguidade	ANTIGAS	Ano de criação	H2
	ANTIGAS	N.º de anos desde a criação	H2
Qualif.dos servidores	QuaSer1	N.º de servidores com graduação, mba, md/doc	H3
	QuaSer2	N.º de servidores com mestrado ou doutorado	H3
	QuaSer3	N.º de servidores com doutorado	H3
Qualif.dos professores	QuaDoc1	N.º de docentes mba, md, doc	H4
	QuaDoc2	N.º de docentes com mestrado ou doutorado	H4
	QuaDoc3	N.º de docentes com doutorado	H4
Localização	Sud	Universidade localizada na Região Sudeste (Variável dicotômica)	H5
	Sul	Universidade localizada na Região Sul (Variável dicotômica)	H5
	Nor	Universidade localizada na Região Norte (Variável dicotômica)	H5
	Nord	Universidade localizada na Região Nordeste (Variável dicotômica)	H5
	Cen	Universidade localizada na Região Centro-Oeste (Variável dicotômica)	H5
Governança	GOV	N.º de componentes dos conselhos superiores	H6
Qualidade da graduação	QUAGR	Valor do Índice Geral de Cursos (IGC)	H7
Qualidade da pós	QUAPG	Valor médio conceito Capes atribuído aos programas	H8
Complexidade	Com_PG	N.º de cursos da Pós	H9
	Com_Gr	N.º de cursos da Graduação	H9
	Complx	N.º de cursos total	H9
Visibilidade	VisCxV	Valor da relação Candidato/Vaga	H10
Ociosidade	Ociosi	N.º de Ingressantes deduzido do n.º de vagas	H11
Sucesso	Concl	N.º de formandos	H12
	Suc_Gr	N.º de formandos / n.º de ingressantes	H12

QUADRO 21 – DETERMINANTES, PROXIES E HIPÓTESES

Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, diversas composições para o modelo de regressão foram testadas, e a equação de regressão tomou como base o seguinte modelo:

$$Indices_{j,i} = \alpha_0 + \sum \beta_{j,i} x_{j,i} + \sum \theta_k dummyreg_k + \varepsilon_{ijk}$$

Em que:

Índices_{j,i} = Índice *j* da universidade federal *i*, no caso, alternativamente, IndexDUF, IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr, conforme apresentados nas seções 2.3 e 3;

α_0 = Constante dos modelos;

$\beta_{j,i}$ = Coeficiente de regressão de cada variável independente;

$x_{j,i}$ = *j*-ésima variável independente (determinante) do modelo da universidade federal *i*;

k = Região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Suldeste);

θ = Coeficiente de regressão das variáveis binárias;

dummyreg= Variáveis binárias.

ε = Erros aleatórios

Após os testes de correlação e de vários testes de regressão (ver Apêndices D e E, p. 148 e 149), das 31 *proxies* inicialmente apresentadas, apenas as nove que seguem descritas na Tabela 34 foram selecionadas para o modelo de regressão.

Tabela 34 – Estatística descritiva dos determinantes

Determinante / proxy	Observações	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Variância
Xfinpub	59	-1,102	3,835	0,000	1,000	1,000
Xgov	59	-1,444	5,110	-0,049	1,017	1,035
LnAntigas	59	-1,730	1,309	-0,270	1,004	1,007
Xtadoc	59	-1,331	2,523	0,000	1,000	1,000
Xtaserv	59	-0,948	5,051	0,000	1,000	1,000
QuaSer3	59	0,000	0,147	0,060	0,034	0,001
QuaDoc2	59	0,655	1,000	0,881	0,087	0,008
QUAPG	59	-4,191	1,824	0,000	1,000	1,000
QUAGR	59	-4,314	1,313	0,000	1,000	1,000

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Dados normalizados, média 0 e desvio padrão 1.

Uma vez definidas as *proxies*, ainda foram realizados mais quatro testes de regressão para aperfeiçoar o modelo, alternando entre testes com e sem as variáveis binárias de região (Dummies de Região). No primeiro teste, as *proxies* financiamento público e tamanho do corpo docente apresentaram alta colinearidade

(VIF = 21.74 e 11.77, respectivamente), provavelmente devido ao fato de que as duas *proxies* medem o mesmo determinante (tamanho), porém o financiamento público tem relação direta com o tamanho do corpo docente, pois grande parte dos recursos financeiros é destinada ao pagamento de salários e outras despesas relacionadas aos docentes. Sendo assim, foi apresentado novo modelo sem o determinante financiamento público, e destacou-se também que o determinante Antiguidade não foi significativa em nenhum dos modelos (0,420) e também foi retirada do modelo final.

Dois novos testes foram realizados, o primeiro com as variáveis binárias de região e o segundo sem o controle por região. Verificou-se então maior capacidade de explicação no primeiro teste, que apresentou um R² igual a 0,421, ou seja, o modelo explica 42,1% da variação do índice. Contudo, o determinante governança (xgov) mostrou-se estatisticamente não significativo em ambos os testes, conforme é apresentado na Tabela 35.

Tabela 35 – Modelos de regressão estimados

Determinantes	Variável dependente								Hipot.
	IndexDUF		IndexDUF		IndCat	IndCoy	IndRos	IndObr	
	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4	Mod. 5	Mod. 6	Mod. 7	Mod. 8	
Xfinpub	-0,046 (0,053)	-0,043 (0,052)							(+)
LnAntigas	0,019 (0,023)	0,019 (0,020)							(+)
Xgov	-0,020 (0,014)	-0,021 (0,013)	-0,019 (0,014)	-0,020 (0,013)	-0,010 0,012	-0,042* (0,022)	-0,017 (0,016)	-0,027** (0,011)	-
quaser3	0,465 (0,293)	0,560** (0,279)	0,367 (0,247)	0,476* (0,269)	0,444* (0,260)	0,527 (0,481)	0,288 (0,297)	0,149 (0,306)	(+)
Xtadoc	0,051* (0,028)	0,052* (0,028)	0,036* (0,019)	0,040** (0,017)	0,043** 016	0,077** (0,032)	0,031 (0,020)	0,040** (0,017)	(+)
Xtaserv	-0,016 (0,029)	-0,021 (0,028)	-0,035* (0,018)	-0,040** (0,016)	-0,049*** (0,018)	-0,048 (0,032)	-0,021 (0,015)	0,045*** (0,017)	(+)
quadoc2	0,353*** (0,124)	0,444*** (0,126)	0,256** (0,103)	0,359*** (0,105)	0,305*** (0,096)	0,444** (0,196)	0,403*** (0,116)	0,446*** (0,141)	(+)
Quapg	0,018** (0,008)	0,021** (0,009)	0,018*** (0,006)	0,021** (0,008)	0,026*** (0,008)	0,019* (0,011)	0,022** (0,009)	0,003 (0,007)	(+)
Quagr	0,010* (0,006)	0,013** (0,006)	0,010* (0,005)	0,014** (0,005)	0,019*** (0,006)	0,017** (0,008)	0,004 (0,004)	0,024*** (0,008)	(+)
Dummies de região	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	
Cons.	0,305*** (0,112)	0,242** (0,114)	0,383*** (0,092)	0,316*** (0,094)	0,379*** (0,081)	0,187 (0,174)	0,327*** (0,105)	0,228* (0,124)	
Obs.	59	59	59	59	59	59	59	59	
Prob>F	0.000	0.000	0.001	0.000	0.000	0.002	0.006	0.000	
R ²	0.450	0.401	0.421	0.370	0.375	0.295	0.279	0.365	
Média VIF	4.95	5.56	2.53	2.23	2.23	2.23	2.23	2.23	

Fonte: Elaboração própria.

Notas: Erro-padrão entre parênteses. Significância dos coeficientes: *** 1%; ** 5%; * 10%.

Desse modo, considerando os modelos de regressão acima, verificou-se que as *proxies* relacionadas ao determinante tamanho (*xtadoc* e *xtaserv*) foram significativas para explicar o índice de divulgação, mas a quantidade de docentes (*xtadoc*) está positivamente relacionada com a divulgação de informações. Isso ocorre provavelmente porque, quanto maior a quantidade de professores, maior a quantidade de alunos na graduação e na pós-graduação (Correlação de Pearson de 0,920 com 0,000 de significância – ver Apêndice E, p. 149). Nesse caso, Católico (2012, p. 72) argumenta que,

frente a um maior número de alunos, deve haver canais de comunicação de massa que permitem o acesso à informação por todos aqueles que precisam conhecer e participar dos processos e resultados de aprendizagem da instituição.

Contudo, a *proxy* que mede a quantidade de servidores está inversamente relacionada com os níveis de divulgação das universidades, ou seja, universidades com menor número de servidores tendem a divulgar mais informações, do que o contrário. Nesse caso, a lógica de Católico (2012, p. 73), utilizada no caso do professores, pode ser pensada para os servidores, o que implica o fato de que universidades com menor número de servidores, “para desenvolver certos processos, encontram em seus sites uma alternativa para divulgar informação acadêmica e financeira”. Podemos acrescentar que os portais e a automatização que estes proporcionam com os sistemas de gestão acadêmica, financeira, patrimonial permitem direcionar boa parte da demanda de atendimento das universidades para o autoatendimento naqueles portais, o que é uma solução para universidades com reduzidos quadros de servidores e pode explicar a relação inversa entre divulgação e quantidade de servidores.

Outro determinante que compõe o modelo e apresenta relação positiva com a divulgação é a Qualificação dos docentes (*QuaDoc2*). No caso, verificou-se que universidades com mais mestres ou doutores (*QuaDoc2*) tendem a divulgar mais informações da Categoria 01 (Correlação de Pearson de 0,401 com 0,002 de significância – ver Apêndice E, p. 149), o que se explica também pelo fato de que universidades com mais doutores e mestres tendem a divulgar mais informações relacionadas à qualificação de seus docentes nos portais.

A Qualidade da pós-graduação também é significativa para explicar a variação no índice global de divulgação e tem relação positiva. Nesse caso, Católico (2012, p. 74) chegou a resultado parecido, apesar de usar *proxy* diferente para medir a qualidade da pós-graduação. (Ele utilizou o número de revistas indexadas e aqui foi utilizado o conceito Capes.) No caso das universidades federais brasileiras, universidades com maior qualidade de seus programas de pós-graduação tenderiam a divulgar informação relacionada à Categoria 08 do índice, que está relacionada à qualidade (Correlação de Pearson de 0,285 com 0,03 de significância entre a qualidade da pós-graduação e a Categoria 08 do índice – ver Apêndice E, p. 149). Portanto, há incentivos para divulgar informações relacionadas a prêmios obtidos (item 101 do índice) ou resultados em exames de qualidade (item 102 do índice).

A Qualidade da graduação também apresentou relação significativa e positiva, sendo útil para explicar o nível de divulgação das universidades federais; nesse caso, é possível que universidades com cursos de maior qualidade (a *proxy* utilizada foi o conceito IGC) tenham mais incentivo para divulgar informações relacionadas à qualidade dos cursos. Também a Qualidade da graduação é positivamente relacionada com a Categoria 07, que se refere a informações de responsabilidade social (Correlação de Pearson de 0,314 com 0,01 de significância – ver Apêndice E).

A Qualificação dos servidores (QuaSer3) foi significativa para explicar a variação da transparência nos modelos não controlados por região (sem as Dummies de Região), ao verificar as correlações entre a qualificação dos servidores e as categorias (ver Apêndice E, p. 149). Percebeu-se que esta se relaciona praticamente com todas as categorias, com destaque para as Categorias 05 (Informação financeira e de gestão) e 11 (E-Participação), cuja significância da correlação foi muito alta (0,003 e 0,029, respectivamente), o que sugere que universidades com servidores mais qualificados tendem a divulgar mais informações relacionadas a finanças e a gestão e tendem a promover mais canais de contato com seus usuários (E-Participação).

Por fim, é importante frisar que os determinantes Governança (xgov), Financiamento público (xfinpub) e Antiguidade (Lnantigas) não foram estatisticamente significativos.

Portanto, quanto ao testes de hipóteses considerando os modelos da Tabela 35 – Modelos de regressão estimados, pode-se dizer que estes confirmaram as hipóteses H2, H8, H9, H11, H12 e rejeitaram as hipóteses H1, H3, H4, H5, H6, H7, H10, H13, H14 e H15, conforme ilustra o Quadro 22 a seguir.

Hipótese	Determinante	Proxy	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
H1	N.º de alunos da graduação	Xtagra	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H2	Tamanho do corpo docente	Xtadoc	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H3	Tamanho do corpo técnico-administrativo	Xtaserv	Rejeitada	Rejeitada	Rejeita	Rejeita
H4	Antiguidade	Antigas	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H5	Recursos destinados pelo gov. Fed.	Xfinpub	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H6	Localização	Dummies Região	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H7	Governança	Xgov	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H8	Qualidade da graduação	Quagr	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H9	Qualidade da pós	QUAPG	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H10	Complexidade	xcomplex	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H11	Qualificação dos professores	QuaDoc2	Confirma	Confirma	Confirma	Confirma
H12	Qualificação dos servidores	QuaSer3	Rejeitada	Confirma	Rejeitada	Confirma
H13	Visibilidade	VisCxV	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H14	Ociosidade	xociosi	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada
H15	Sucesso	Suc_Gr	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada

QUADRO 22 – RESUMO DOS RESULTADOS

Fonte: Elaboração própria.

Logo, os determinantes Tamanho, Qualificação dos servidores, Qualificação dos professores, Qualidade da graduação e Qualidade da pós-graduação são estatisticamente relevantes para explicar o grau de divulgação das informações pelas universidades federais brasileiras, considerando-se o índice apresentado (IndexDUF).

4.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Além dos testes de regressão da seção anterior, foram realizados outros testes utilizando-se procedimento conhecido como *backward*. Tal procedimento consiste em, conforme Brace et al. (2012, p. 210),

acrescentar todas as variáveis de predição no modelo. A variável de previsão mais fraca é removida e a regressão recalculada. Se isso enfraquecer significativamente o modelo, a variável retorna, caso contrário ela é excluída. Este procedimento é repetido até que apenas variáveis de previsão útil permaneçam no modelo.¹⁷

Esse procedimento, conforme Católico (2012, p. 72), “permite depurar as variáveis obtendo aquelas que melhor explicam a variável dependente”, sendo útil em virtude da quantidade de variáveis (12) e *proxies* (31), já que permite um melhor ajuste do modelo do que a seleção intencional das variáveis.

O procedimento Backward foi realizado tanto para o IndexDUF quanto para os demais índices (IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr). Todo o procedimento pode ser verificado no Apêndice C (p. 147). Além disso, a Tabela 36 lista cada um dos modelos resultantes do procedimento.

¹⁷ “enters all the predictor variables into the model. The weakest predictor variable is then removed and the regression re-calculated. If this significantly weakens the model then the predictor variable is re-entered – otherwise it is deleted. This procedure is then repeated until only useful predictor variables remain in the model.”

Tabela 36 – Modelos derivados do procedimento Backward

Determinantes	Variável dependente								
	IndexDUF (Seleção Intencional)				Backward				
	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4	IndexDUF Mod. 5	IndCat Mod. 6	IndRos Mod. 7	IndCoy Mod. 8	IndObr Mod. 9
Xfinpub	-0,046 (0,053)	-0,043 (0,052)			-0,774** (0,381)				
Xgov	-0,020 (0,014)	-0,021 (0,013)	-0,019 (0,014)	-0,020 (0,013)	-0,227* (0,120)			-0,310** (0,118)	-0,279** (0,111)
Quaser3	0,465 (0,293)	0,560** (0,279)	0,367 (0,247)	0,476* (0,269)	7,649** (3,670)				
quadoc2	0,353*** (0,124)	0,444*** (0,126)	0,256** (0,103)	0,359*** (0,105)	5,504*** (1,639)	4,366*** (1,401)	4,939** (1,396)	1,995* (0,673)	3,868** (1,470)
Xtadoc	0,051* (0,028)	0,052* (0,028)	0,036* (0,019)	0,040** (0,017)	0,822** (0,379)	0,841** (0,342)	0,285** (0,122)		
Quapg	0,018** (0,008)	0,021** (0,009)	0,018*** (0,006)	0,021** (0,008)	0,357** (0,154)	0,295* (0,151)			
Quaser1						1,997* (1,031)		2,166* (0,977)	
Xtagra						0,638* (0,295)		-0,617* (0,356)	
LnAntigas	0,019 (0,023)	0,019 (0,020)				0,377* (0,193)		0,407* (0,199)	0,996** (0,383)
Xtaserv	-0,016 (0,029)	-0,021 (0,028)	-0,035* (0,018)	-0,040** (0,016)		-0,523** (0,211)			-0,311** (0,140)
Quagr	0,010* (0,006)	0,013** (0,006)	0,010* (0,005)	0,014** (0,005)		0,244* (0,122)			0,365*** (0,125)
Xcomplex								0,676* (0,340)	
Dummies de região	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cons.	0,305*** (0,112)	0,242** (0,114)	0,383*** (0,092)	0,316*** (0,094)	-5,317*** (1,421)	-4,970*** (1,353)	-	-2,403*** (0,738)	-0,560* (2,255)
Obs.	59	59	59	59	59	59	59	59	59
Prob>F	0.000	0.000	0.001	0.000	0,001	0,000	0,001	0,001	0,001
R²	0.450	0.401	0.421	0.370	0,334	0,436	0,210	0,361	0,400
Média VIF	4.95	5.56	2.53	2.23	4,727	3,950	1,093	4,409	2,338

Fonte: Elaboração própria.

Notas: Erro-padrão entre parênteses. Significância dos coeficientes: *** 1%; ** 5%; * 10%.

Conforme se observa na tabela anterior, todos os modelos resultantes do procedimento Backward possuem alta significância (0,001). Além disso, apenas o determinante Qualificação docente esteve presente (foi significativo) em todos os modelos.

O primeiro modelo referente ao índice principal (IndexDUF) revelou um R² de 0,45, ou seja, o modelo explica 45,0% da variação do índice, com base em seis *proxies* (Orçamento público, Governança, Quantidade de docentes, Qualificação dos servidores, Qualificação dos docentes e Qualidade da pós-graduação). Logo, segundo o modelo os determinantes tamanho (xfinpub e xtadoc), Governança

(xgov), Qualificação dos servidores (QuaSer3), Qualificação dos docentes (QuaDoc2) e Qualidade da pós-graduação são significantes para explicar a variação no índice de divulgação das universidades federais (IndexDUF).

O modelo demonstra a importância relativa de cada determinante dentro da equação a partir de seu coeficiente de regressão, no qual a qualificação dos servidores e dos professores contribui para o aumento no índice de divulgação. Também se verificou que universidades com maiores orçamentos e com maiores conselhos tendem a divulgar menos informações e que universidades com maior número de docentes e com programas de pós-graduação com melhores conceitos Capes tendem a divulgar mais informações.

Quanto ao IDIAFU, Índice de Divulgação de Informação Acadêmico-Financeira das universidades, que compõe o índice principal e é aqui denominado de IndCat, sua análise isolada revelou um modelo com relativamente alta capacidade de previsão (R^2 de 0,436) e altamente significativo (Sig.<0,001). Também se verificou que oito das 31 *proxies* foram relevantes para explicar a variação do índice, todas com significância próxima de 5%. Sendo assim, os determinantes Antiguidade (LnAntigas), Tamanho (xtagra, xtadoc e xtaserv), Qualificação dos servidores (QuaSer1), Qualificação dos docentes (QuaDoc2), Qualidade da pós-graduação (QUAPG) e Qualidade da graduação (QUAGR) são significativos para explicar a variação do IDIAFU.

O modelo confirma a representatividade da qualificação docente e dos servidores no aumento do índice de divulgação de informações. Também é coerente com as premissas da pesquisa, em virtude de os determinantes Antiguidade da instituição, Qualidade da graduação e da pós-graduação estarem positivamente relacionados à divulgação. No entanto, a quantidade de alunos matriculados e a quantidade de servidores contribuir negativamente para a divulgação são um fator novo, ambos são faces do determinante Tamanho da instituição e, nesse modelo, justificam a afirmação de que universidades maiores divulgam menos informação, o que contraria a hipótese H1 e H3.

Já o Índice de Transparência Global de Rosário et al. (2011), aqui denominado de IndRos, apresentou o menor R^2 ajustado (0,210), o que significa uma capacidade de

explicar 21,0% da variação do índice. Isso pode ser associado à pequena quantidade de determinantes que foram significativos para explicar a variação do índice. No caso, apenas a Quantidade de docentes (xtadoc) e a Qualificação dos docentes (QuaDoc2) foram estatisticamente significativas (sig<0,05 e sig<0,01, respectivamente) para explicar a variação do índice.

O MADIndex de Dixon, Coy e Tower (1991), aqui denominado IndCoy, apresentou R^2 de 0,361, o que significa uma capacidade de explicar 35,1% da variação do índice. Quanto aos fatores explicativos, seis determinantes foram significativos para explicar tal variação, a saber: a Governança (xgov) mantendo a correlação negativa, a Antiguidade (LnAntigas), Tamanho (Xtagra), a Qualificação dos servidores (QuaSer1) e dos docentes (QuaDoc3) e a Complexidade (xcomplex).

Por fim, existem os itens estabelecidos pela legislação que apresentaram R^2 de 0,400, o que significa uma capacidade de explicar 40,0% da variação do índice. Cinco determinantes se mostraram significativos para explicar a variação no índice, a saber: a Governança (xgov) mantendo a correlação negativa, o Tamanho (xtaserv), também com relação negativa; quanto aos determinantes com correlação positiva, o modelo incluiu a Antiguidade (LnAntigas), a Qualificação dos docentes (QuaDoc3) e Qualidade da graduação (QUAGR).

5 RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo visa analisar as deficiências relacionadas à divulgação de informações nas universidades federais brasileiras e propor ações para sanar tais deficiências.

Para tanto, utilizar-se-á o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), verificando-se cada categoria de cada universidade para chegar às deficiências de divulgação das universidades por categoria.

Para fins desta seção, será considerada deficiente a diferença entre o nível de divulgação de uma determinada categoria e a média nacional dessa categoria (conforme seção 4.1.2), sempre que essa diferença for negativa. Portanto, tal procedimento considera que universidades cuja divulgação por categoria esteja acima da média brasileira naquela categoria não são consideradas deficientes no que concerne à divulgação.

Identificadas as deficiências, será analisada a correlação entre a categoria deficiente e as características das universidades (determinantes) buscando associações relevantes que permitam explicar a variação da categoria e indicar ação que promova mais transparência nessa categoria.

O procedimento acima será realizado por categoria e terá aplicabilidade em todas as universidades federais brasileiras que tenham deficiência na categoria.

5.2 CENÁRIO DE DIVULGAÇÃO

5.2.1 Deficiências de divulgação

Seguindo o procedimento detalhado na seção anterior, verificou-se que apenas duas universidades não possuem nenhuma deficiência na divulgação (UNIFAL e UFSM) e nenhuma delas mostrou-se deficiente em todas as categorias. Contudo a UFAC mostrou-se deficiente em dez das onze categorias de divulgação.

Quanto à análise das categorias, as que apresentam maior número de universidades deficientes são as Categorias 03 (Atividades acadêmicas - pesquisa) e 08 (Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição), que contam com 34 universidades com divulgação menor que a média brasileira. Já a Categoria 07 (Informação sobre responsabilidade social) conta com menor número de universidades deficientes, apenas 14 universidades.

Também foram consideradas a abrangência da deficiência e a necessidade de a universidade melhorar para atingir a média brasileira. Trata-se do valor da diferença entre o nível de divulgação e a média brasileira na categoria. Nesse caso, verificou-se que 14 universidades acumulam mais de 100% de deficiência em seus itens de divulgação. Também se verificou que as categorias mais deficientes em termos de abrangência da deficiência da divulgação são as Categorias 04 (Atividades acadêmicas - Extensão), 06 (Características da informação financeira) e 08 (Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição), conforme mostra o Quadro 23 a seguir.

#	Universidade	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	Soma
1	UFSM												0%
2	UNIFAL												0%
3	UFG					-1%							-1%
4	UFF								-2%				-2%
5	UFRB			-3%						-7%			-10%
6	UFRGS			-3%						-7%			-10%
7	UNB											-11%	-11%
8	UFPEL	-11%	-2%										-13%
9	FURG			-14%									-14%
10	UFLA			-14%									-14%
11	UFV	-7%				-11%							-18%
12	UFVJM			-3%					-2%	-2%	-12%		-18%
13	UFCSPA				-19%								-19%
14	UNIPAMPA			-3%	-19%								-22%
15	UFFS	-3%	-2%			-6%			-2%		-12%		-24%
16	UFABC										-25%		-25%
17	UFOP	-7%	-2%								-12%	-11%	-32%
18	UFPE	-11%									-12%	-11%	-34%

													(continua)
#	Universidade	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	Soma
19	UTFPR				-19%				-2%	-2%		-11%	-34%
20	UNIFESP	-3%	-2%	-14%			-15%		-2%				-35%
21	UFRN		-19%			-3%	-15%			-2%			-39%
22	UFMT			-3%		-3%					-25%	-11%	-41%
23	UFPB	-24%							-2%		-12%	-11%	-48%
24	UFBA	-3%							-2%			-44%	-49%
25	UFC		-2%			-8%		-30%	-2%	-7%			-49%
26	UFSCar	-3%		-14%					-22%		-12%		-50%
27	UFS			-14%				-30%	-2%	-7%			-52%
28	UFPA	-3%		-3%	-19%	-1%	-15%		-2%	-12%			-54%
29	UFMG			-25%								-33%	-58%
30	UFSC	-7%	-2%				-15%		-22%	-12%			-58%
31	UFU	-3%	-2%	-14%		-6%			-22%	-12%			-58%
32	UNIVASF	-7%			-19%	-8%			-2%			-22%	-58%
33	UFAL	-3%							-22%		-12%	-22%	-59%
34	UNIR	-3%			-19%					-2%	-25%	-11%	-59%
35	UFMS	-3%		-58%						-2%		-11%	-74%
36	UFPR	-3%	-2%					-30%	-2%	-17%		-22%	-75%
37	UNIRIO		-2%	-3%	-19%	-6%	-32%		-2%	-12%			-75%
38	UFGD	-7%			-19%	-21%	-15%			-7%		-11%	-79%
39	UFRRJ		-10%	-25%		-1%			-22%	-22%			-79%
40	UFJF	-7%	-2%	-14%						-2%	-25%	-33%	-82%
41	UNILAB		-2%	-3%	-19%	-6%			-22%	-7%	-25%		-83%
42	UFERSA		-10%	-3%				-30%	-22%	-2%	-12%	-11%	-89%
43	UFTM		-2%	-3%	-53%				-22%			-11%	-90%
44	UFAM		-2%	-14%	-19%	-8%	-32%		-2%	-17%			-93%
45	UFSJ			-3%		-8%	-15%	-30%	-22%	-7%		-11%	-95%
46	UFT		-10%	-14%	-19%	-3%	-32%					-25%	-103%
47	UFRA		-10%	-3%		-6%	-32%		-22%			-33%	-105%
48	UNIFEI		-19%	-3%	-53%			-30%	-2%				-106%
49	UFPI	-3%	-19%	-14%		-6%	-15%	-30%		-22%			-108%
50	UFOPA			-14%		-13%	-15%	-30%	-22%	-7%		-11%	-111%
51	UFES		-2%	-14%		-3%		-30%	-42%	-27%			-117%
52	UFMA	-7%		-3%		-11%	-65%	-30%	-22%	-7%			-144%
53	UFRPE		-10%	-14%	-19%	-6%	-32%	-30%	-22%	-2%		-11%	-145%
54	UNILA		-27%		-19%				-42%		-50%	-11%	-148%

													(conclusão)
#	Universidade	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	Soma
55	UFRJ		-10%	-3%	-19%	-3%	-32%	-30%	-22%	-22%	-25%		-165%
56	UNIFAP	-15%	-19%	-14%	-19%	-8%	-15%		-22%	-32%	-25%		-168%
57	UFAC		-19%	-14%	-86%	-3%	-15%	-30%	-22%	-7%	-25%	-22%	-241%
58	UFRR	-32%	-27%	-25%	-53%	-41%	-15%	-30%			-25%		-247%
59	UFCG	-20%	-27%		-19%	-53%	-65%		-22%	-27%	-25%	-44%	-301%

QUADRO 23 – DEFICIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO POR CATEGORIA

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, identificadas as categorias de divulgação com deficiência por universidade, o passo seguinte é identificar as características das universidades associadas à divulgação em cada categoria para propor ações de correção, o que será realizado na seção a seguir.

5.2.2 Características associadas à divulgação nas categorias

O estudo de correlação (ver Apêndice D, p. 148) verificou que, com exceção da Governança (xgov), todas as *proxies* estão correlacionadas de maneira significativa com alguma categoria, contudo nem todas foram consideradas significantes para os modelos de regressão; logo, o quadro a seguir elenca as *proxies* relacionando-as à estatística de correlação de Pearson para cada categoria e revelando em quais modelos elas foram consideradas. Além disso, expõe, de maneira genérica, a área de influência em que se encontra a *proxy* (quem tem alguma influência nesta), conforme mostra o Quadro 24.

<i>Proxy</i>	Categorias de correlação	Modelo	Área de influência
QuaDoc2	Cat1 (,401***), Cat5 (,298**), Cat11 (,277**)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	Universidade
Xtadoc	Cat4 (,310**), Cat11 (0,228*)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	Governo Federal
QUAPG	Cat2 (0,225*), Cat4 (,303**), Cat8 (,285**), Cat10 (,418***)	1, 2, 3, 4, 5, 6	Universidade
QUAGR	Cat5 (,314**), Cat7 (,274**), Cat8 (0,235*)	1, 2, 3, 4, 6, 9	Universidade
Xtaserv	Cat4 (0,226*)	3, 4, 6, 9	Governo federal
QuaSer3	Cat2 (0,219*), Cat3 (0,228*), Cat6 (0,225*), Cat7 (,262**)	2, 3, 5	Universidade
LnAntigas	Cat4 (,353***), Cat5 (,263**)	6, 8, 9	-
Xtagra	Cat4 (,288***)	6, 8	Universidade
QuaSer1	Cat2 (,263**), Cat10 (-0,241*)	6, 8	Universidade

(continua)			
Proxy	Categorias de correlação	Modelo	Área de influência
Xfinpub	Cat4 (,304**), Cat5 (0,244*)	5	Governo federal e Universidade
Xtagep	Cat4 (,299**)	-	Universidade/Capes
Xservtot	Cat4 (,269**)	-	Governo federal
xtapos	Cat4 (,302**), Cat5 (,290**)	-	Capes e Universidade
xcomplex	Cat4 (0,222*)	-	Universidade/Capes
Suc_Gr	Cat4 (-0,254*)	-	Universidade
QuaSer2	Cat2 (,313**), Cat3 (0,220*)	-	Universidade
QuaDoc1	Cat4 (-,275**)	-	Universidade
QuaDoc3	Cat1 (,294**), Cat4 (,278**), Cat5 (,378***), Cat6 (0,232*), Cat7 (0,229*), Cat9 (0,248*), Cat11 (,284**)	-	Universidade
Ingres	Cat4 (,333***), Cat10 (0,244*)	-	Universidade
Vagas	Cat4 (,349***), Cat10 (0,248*)	-	Universidade

QUADRO 24 – DETERMINANTES X DEFICIÊNCIAS DE DIVULGAÇÃO

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Significância dos coeficientes: ***1%; **5%; *10%.

Portanto, considerando a análise exposta no Quadro 22, verificou-se que algumas *proxies* apresentam correlação significativa ($Sig < 0,1$) com o grau de divulgação das categorias, sendo fatores determinantes na variação dela.

Além disso, a maioria desses fatores pode ser alterada, incentivada ou ter influência das universidades, como o caso da qualificação docente, que foi relevante em todos os modelos, e apresenta associação com o nível de divulgação de três das 11 categorias (Categorias 01, 05 e 11) ou a qualificação dos servidores que também está relacionada significante e positivamente com o nível de divulgação de quatro das 11 categorias (Categorias 02, 04, 08 e 11).

5.3 AÇÕES PROPOSTAS

Considerando os determinantes de transparência verificados no Quadro 22, sugere-se que as universidades atuem para alcançar maior qualificação de seus professores e servidores, tanto na educação formal (graduação, mestrado e doutorado), que por si só influenciam na transparência, quanto em cursos de aprimoramento, neste caso, sugere-se incluir ações voltadas para promoção de transparência.

Contudo, a intervenção também pode ser feita pelo governo federal por intermédio do MEC e suas entidades que monitoram a qualidade das universidades no que tange a gestão, ensino e pesquisa. Nesse caso, os índices utilizados neste estudo podem ser utilizados como mais um mecanismo de gestão, controle e monitoramento.

Outros órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização da aplicação da Lei de Acesso a Informação (LAI) também poderão utilizar esses índices paralelamente como instrumentos para diagnosticar deficiências e promover mais transparência nas universidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a transparência nas universidades federais brasileiras no que tange a medir o grau de divulgação de informações financeiras e não financeiras em seus portais e identificar determinantes para tal divulgação.

Foi elaborado o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) com base nos índices de Dixon, Coy e Tower (1993), Rosário et. al. (2011) e Católico (2011). O índice resultante incluiu os elementos dos três índices apresentados, considerando ainda os itens determinados pela legislação brasileira. Entretanto, manteve inalteradas as características permitiram a comparação com os índices das pesquisas anteriores isoladamente.

O índice foi aplicado aos portais de todas as 59 universidades federais brasileiras no período de abril a agosto de 2013. Resultando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), de modo complementar foram calculados, com base na decomposição do índice principal, os demais índices (IndCAT, IndCoy, IndRos e IndObr) para efeito de comparação com as pesquisas originais.

Verificou-se um nível médio de divulgação de 66,32% entre as universidades federais brasileiras. As informações relacionadas à extensão são as mais divulgadas (85,88%) e informações relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas entre as universidades federais, com um nível de divulgação de 41,69%.

Verificou-se também que universidades do Sul e Sudeste tendem a ser mais transparentes que universidades das demais regiões, uma vez que elas representam sete das dez universidades brasileiras que mais divulgam. Já as universidades do Norte e Nordeste representam oito das dez universidades que menos divulgam, segundo o IndexDUF; contudo, tais percepções não foram significativas estatisticamente.

Quanto aos demais índices calculados, verificou-se que a média de divulgação brasileira, segundo o IndCat de Católico (2012), foi de 67,6%, enquanto a média de divulgação das universidades públicas da Colômbia foi de 59%. Já o índice de Rosário et al. (2011), aqui denominado o IndRos, registrou média de divulgação para

as universidades “top 100” de 55,99%, enquanto a média das universidades federais brasileiras foi de 70,1%. Por fim, a média de divulgação medida pelo IndCoy de Dixon, Coy e Tower (1991) foi de 61,3%, considerado superior ao verificado no Brasil para as IESs Filantrópicas (17,7%) por Lima (2009, p. 93) e superior ao verificado no Reino Unido (43,6%) por Banks et al. (1997, p. 219). Todavia, foi inferior ao registrado no Canadá e Nova Zelândia por Banks et al. (1997).

É importante ressaltar que as comparações feitas são muito limitadas, uma vez que as pesquisas foram realizadas em momentos diferentes. Em alguns casos com até duas décadas de diferença. Além disso, os aspectos metodológicos são diferentes entre as pesquisas, o que torna a comparação muito limitada.

Constatou-se também que, de maneira geral, a divulgação de informações obrigatórias é relativamente baixa, visto que a média de divulgação é de 63,3% dos itens, provavelmente por se tratar de legislação recente (24 dos 30 itens pesquisados são exigidos pela Lei 12.527, de 2011) e por não haver sanção efetiva para casos de não divulgação.

Também foram testadas 15 hipóteses para verificar quais determinantes (variáveis) são relevantes para explicar a transparência nas universidades federais. Para tanto, foram utilizadas 31 *proxies* para os determinantes de transparência, os quais foram testados utilizando-se regressão linear múltipla, em que foram estimados oito modelos utilizando a eleição intencional dos determinantes e outros cinco modelos utilizando o procedimento *Backward*.

Desse modo, os resultados confirmaram as hipóteses H2, H8, H9, H11, H12 e rejeitaram as hipóteses H1, H3, H4, H5, H6, H7, H10, H13, H14 e H15, conforme segue:

H1 (Rejeita): universidades com maior número de alunos possuem maior grau de transparência em seus portais, diferentemente do que foi constatado por Católico (2012), que verificou relação inversa, ao utilizar a mesma *proxy*. Já Gallego et al. (2009) também não confirmaram a hipótese.

H2 (Confirma): universidades com maior corpo docente possuem maior grau de transparência em seus portais. Diferentemente do que foi verificado por Católico

(2012), que constatou relação inversa, ao utilizar a mesma *proxy*, este estudo verificou relação positiva entre tamanho do corpo docente e nível de divulgação de informações.

H3 (Rejeita): universidades com maior corpo técnico-administrativo possuem maior grau de transparência em seus portais. Verificou-se que a quantidade de servidores está inversamente relacionada com os níveis de divulgação das universidades; nesse caso, universidades com menor número de servidores “para desenvolver certos processos, encontram em seus sites uma alternativa para divulgar informação acadêmica e financeira” (CATÓLICO, 2012, p. 73).

H4 (Rejeita): universidades mais antigas possuem maior grau de transparência em seus portais. Apesar da correlação positiva, o determinante não foi significativo no modelo de regressão, corroborando o resultado de Rosario et al. (2009), que não encontraram relação.

H5 (Rejeita): universidades que recebem maior financiamento público possuem maior grau de transparência em seus portais. Apesar da correlação positiva, o determinante também não foi significativo no modelo de regressão, diferentemente de Católico (2012), que encontrou relação positiva.

H6 (Rejeita): a região onde é localizada a universidade interferiu no grau de transparência de seus portais. Rosario et al. (2009) e Lima (2009) também não encontraram relação, enquanto Gordon et al. (2002) encontraram relação negativa.

H7 (Rejeita): universidades com maior quantidade de membros em seus conselhos superiores possuem menor grau de transparência em seus portais. Diferindo dos resultados de Gordon et al. (2002), que encontraram relação negativa. Porém, consoante com Gallego *et al.* (2009), que também não confirmaram a relação.

H8 (Confirmada): universidades com maior IGC possuem maior grau de transparência em seus portais. Diferentemente de Rosario et al. (2011), que não confirmaram relação, esta pesquisa confirmou relação entre qualidade da graduação medida pelo IGC e níveis de divulgação de informações.

H9 (Confirmada): universidades com melhor conceito Capes possuem maior grau de transparência em seus portais. Da mesma forma que a hipótese anterior, a relação

entre qualidade da pós-graduação medida pelo conceito Capes e níveis de divulgação de informações foi confirmada pelo modelo de regressão.

H10 (Rejeita): universidades com menor número de cursos possuem maior grau de transparência em seus portais. Diferentemente de Gallego et al. (2009), que verificaram relação negativa entre complexidade e nível de divulgação de informações, esta pesquisa não confirmou tal relacionamento.

H11 (Confirmada): universidades com docentes mais qualificados possuem maior grau de transparência em seus portais. Os resultados indicam relacionamento significativo entre qualificação do corpo docente e níveis de divulgação de informações.

H12 (Confirmada): universidades com servidores técnico-administrativos mais qualificados possuem maior grau de transparência em seus portais. Também foi verificado relacionamento significativo entre qualificação do corpo técnico-administrativo e níveis de divulgação de informações.

H13 (Rejeita): universidades com maior visibilidade da graduação possuem menor grau de transparência em seus portais. A hipótese não foi suportada pelos testes estatísticos.

H14 (Rejeita): universidades com maior ociosidade possuem maior grau de transparência em seus portais. Também não foi possível sustentar a hipótese com base nos testes realizados.

H15 (Rejeita): universidades com maior sucesso na graduação possuem maior grau de transparência em seus portais. Novamente não há evidência estatística que confirme a hipótese.

De maneira geral, constatou-se que o nível de divulgação das universidades federais brasileiras é moderado (66,32%) e, portanto, ainda é necessário aumentar o grau de transparência das universidades, principalmente quanto a buscar um equilíbrio entre as universidades das diferentes regiões do país, pois, conforme afirma Católico (2012, p. 74), níveis medianos de divulgação são “um fator de risco de corrupção ou de cair em práticas indesejáveis, ao não fazer completa a gestão dos funcionários que participam da direção dessas instituições”.

Este trabalho contém as seguintes limitações:

- i) o índice utilizado é não ponderado (não foram atribuídos pesos diferentes aos itens) e não graduado (verificada apenas a ocorrência ou não de cada item), o que, conforme observam Gallego et al. (2009, p.184), pode ser considerado uma simplificação, apesar de ser amplamente utilizado em outros estudos;
- ii) a coleta de dados foi realizada entre abril e agosto de 2013, o que representa um estudo longitudinal (*cross-section*) e não permite verificar a evolução dos dados;
- iii) apesar de pesquisar todas as universidades federais, o universo de pesquisa composto de 59 universidades é pequeno; uma quantidade maior poderá trazer resultados mais consistentes;
- iv) além dos determinantes pesquisados, outros não foram incluídos devido a dificuldades em coletar os dados, como é o caso do financiamento privado, do grau de internacionalização (GALLEGO et al., 2009, p. 184) e da qualidade da gestão (CATÓLICO, 2012);
- v) outra limitação está na utilização e variáveis correlacionadas, embora os valores de VIF (*variance inflation factor*) não indicaram multicolinearidade ($Vif < 5$), conforme Fávero et al., 2009.

Por fim, este trabalho deixa como sugestões para futuras pesquisas:

- i) incluir entre os determinantes pesquisados a questão do financiamento privado, do grau de internacionalização, da qualidade da gestão e de outros não considerados neste estudo;
- ii) ampliar a amostra, incluindo universidades estaduais e municipais, além de universidades privadas, permitindo compará-las entre si;
- iii) considerar os efeitos de decisões políticas ou legais na transparência.

6.1 CONTRIBUIÇÃO

De maneira geral, a pesquisa contribuiu para a discussão da transparência pública, visto que aprofundou a revisão da literatura, mediu a transparência em um de seus

aspectos, divulgou informações nas universidades federais brasileiras, identificou determinantes para a transparência nas universidades federais, compôs um modelo de correlação que explica parte da variação no nível de transparência, identificou deficiências na divulgação e propôs soluções.

No aspecto prático, a pesquisa contribuiu para o melhor entendimento do estágio em que se encontram as universidades federais no que tange à divulgação de informações financeiras e não financeiras em seus *websites*, permitindo realizar um diagnóstico, verificar boas práticas e corrigir eventuais problemas.

Outra contribuição foi a adaptação de um índice para o cenário brasileiro que gradua o nível de divulgação de informações das universidades federais em seus *websites*, permitindo compará-lo, mesmo com limitações, a resultados de pesquisas em outros países.

O estudo identificou também características das universidades que são determinantes na divulgação de informações, chegando a um modelo de regressão capaz de explicar parte da variação nos níveis de divulgação entre as universidades federais brasileiras.

Por fim, com base no índice, foi feito um estudo das principais deficiências na divulgação de informações nos portais das universidades federais e, com base nos determinantes, foram propostas soluções que auxiliam na correção dessas deficiências.

7 REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, Raquel Crestani; RAUPP, Fabiano Maury. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos: um estudo em câmaras municipais da grande Florianópolis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 64-79, jul./set. 2010.

AHMED, Kamran; COURTIS, Jonh K. Association between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta analysis. **British Accounting Review**, Kindlinton n. 31, p. 35-61, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1998.0082>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, ano 36, n. 5, p. 723-745, set./out. 2002.

ANGLUIN, D.; SCAPENS, R.W. Transparency, Accounting Knowledge and Perceived Fairness in UK Universities Resource Allocation: Results from a Survey of Accounting and Finance. **British Accounting Review**, v. 32, p. 1-42. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1006/bare.1999.0119>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ASHBAUGH, H.; JOHNSTONE, K. M.; WARFIELD, T. D. Corporate Reporting on the Internet. **Accounting Horizons**, Sept., v. 13, n. 3, p. 241-57, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/acch.1999.13.3.241>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BANKS, W.; FISHER, J.; NELSON, M. University accountability in England, Wales and Northern Ireland: 1992-1994. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 6 n. 2, p. 211-227. 1997. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S1061-9518\(97\)90006-9](http://dx.doi.org/10.1016/S1061-9518(97)90006-9)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BANKS, W.; NELSON, M. Financial *disclosures* by Ontario universities: 1988-1993, **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 3, p. 2, p. 287-305. 1994. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/1061-9518\(94\)90022-1](http://dx.doi.org/10.1016/1061-9518(94)90022-1)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BAUHR, M.; GRIMES, M. Indignation or Resignation: The Implications of Transparency for Societal Accountability. **Governance**. 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gove.12033/full>>. Acesso em: 24 set. 2013.

BELKAOUI, Ahmed Riahi; KAHL, Alfred L. **Corporate Financial Disclosure in Canada**. Research Monograph, Canadian Certified General Accountants Association Vancouver, n. 1, 1978.

BLIND, Peri K. Building Trust in Government in the Twenty-First Century: Review of Literature and Emerging Issues. **7th Global Forum of Reinventing Government. Building Trust in Government**. p. 26-29, June, Vienna, Austria. 2006.

BRACE, Nicola; SNELGAR, Rosemary S.; KEMP, Richard. **SPSS for psychologists**. 5. ed. Palgrave, London. 2012. Disponível em: <<http://www.palgrave.com/pdfs/0333734718.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2013.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 1988.

_____. Criação da *homepage* Contas Públicas. **Lei ordinária n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9755.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - *Internet*. **Lei ordinária n.º 5.482, de 30 de junho de 2005**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. **In: n.º 28, de 5 de maio de 1999**. Estabelece regras para a implementação da *homepage* Contas Públicas. Disponível em: <<http://www.contaspublicas.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2013.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Quadro_Lcp.htm>. Acesso em: 1 set. 2007.

_____. Lei da Transparência. **Lei Complementar n.º 131, de 27 de Maio de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 21 abr. 2007.

_____. Lei de Acesso à Informação. **Lei ordinária n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 abr. 2007.

_____. **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 abr. 2007.

BROADHURST, W. H. **University Accountability: A Strengthened Framework**. The Task Force on University Accountability. Ministry of Education and Training, Province of Ontario, Toronto. 1993.

BUENADICHA, M.; CHAMORRO, A.; MIRANDA, F. J.; GONZÁLEZ, O. R. A New Web Assessment Index: Spanish Universities Analysis. **Internet Research**, v. 11, n. 3, p. 226-234. 2001.

BUZBY, Stephen L. Company size, listed versus unlisted stocks, and the extent of financial disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 13, n. 1, Spring, p. 16-37. 1975.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Página GEOCAPES**. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. The Internet Galaxy. Reflections on the Internet, business, and Society. Oxford: **Oxford University Press**, 2001. 292 p.

CATÓLICO, Diego Fernando. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Rev. Fac. Cienc. Econ.** v. 20, n. 1, p. 57-76, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-68052012000100005&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2013.

CEPA – Committee of Experts on Public Administration.. **The Human Factor in Capacity-Building for Development**. 2009. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan033487.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

CERF, A. R. 1961. Corporate Reporting and Investment Decisions. **The University of California Press**, Berkeley, CA. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2350979>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

CGU – Controladoria Geral da União. **Portaria nº 262, de 30 de agosto de 2005**. 2005.

CHOW, Chee. W.; WONG-BOREN, Adian. Voluntary financial disclosure by mexican corporations. **The accounting review**, v. 62, n. 3, july, p. 533-541. 1987.

COOKE, T. E. Disclosure in the corporate annual report of swedish companies. **Accounting and Business Research**, v. 19, spring, p. 113-122, 1989a.

COOKE, T. E. Voluntary corporate disclosure by swedish companies. **Journal of International Financial Management And Accounting**, v. 1, n. 2, p. 171-195, 1989b.

COOKE, T. E. The impact of size, stock market listing and industry type on disclosure in the annual reports of Japanese listed corporations. **Accounting and Business Research**, v. 22, n. 87, p. 229-237. 1992.

COTTERRELL, R. Transparency, mass media, ideology and community. **Cultural Values**, v. 3, n. 4. p. 414-426. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14797589909367176>>. Acesso em: 24 set. 2013.

COURTIS, J. K. Annual report disclosure in New Zealand: analysis of selected corporate attributes. **Research Study 8**, University of New England, Armidale, Australia, 1979.

COY, D.; DIXON, K.; BUCHANAN, J.; TOWER, G. Recipients of public sector annual reports: theory and an empirical study compared. **The British Accounting Review**, v. 29, p. 103-127. 1997

COY, D.; DIXON, K.; TOWER, G. The annual reports of tertiary education institutions: quality, timeliness, and distribution. **Working paper**, University of Waikato. 1993.

COY, D.; FISCHER, M.; GORDON, T. Public Accountability: A New Paradigms for College and University Annual Reports. **Critical Perspective on Accounting**, v. 12, p. 1-31. 2001.

COY, David; FISCHER, Mary; GORDON, Teresa. A Public Accountability Approach to US College and University Annual Reporting. **Asia-Pacific Tenth Conference on International Accounting Issues**. Hawaii. 1998.

CURTIN, Deirdre; MEIJER, Albert. Does Transparency Strengthen Legitimacy? A Critical Analysis of European Union Policy Documents. **Information Polity**, 2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1434862>>. Acesso em: 24 set. 2013.

DIXON, K.; COY, D.; TOWER, G. External reporting by New Zealand universities 1985-1989. Improving accountability. **Financial Accountability and Management**, v. 7, p. 159-178. 1991. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0408.1991.tb00348.x/abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ENGSTROM, J. 1988. Information Needs of College and University Financial Decision Makers. **Research Report. Stamford, CT: Government Accounting Standards Board**. 1988.

ENGSTROM, J., & Fountain, J. R. College and university financial reporting: A survey of important financial decision makers. **Government Accountants Journal**, v. 38, n. 2, p. 39-49. 1989.

ERBAS, S. N. Ambiguity, Transparency, and Institutional Strength, **IMF Working Paper 04/115**, Washington: International Monetary Fund. 2004.

ETTREDGE, M.; RICHARDSON, V.; SCHOLZ, S. Dissemination of Information for Investors at Corporate Web Sites. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, p. 357-69. 2002. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0278-4254\(02\)00066-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0278-4254(02)00066-2)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 646 p.

FIGUEIRA, Sara Salgueiro. **Análise estatística da sinistralidade laboral em dois sectores de actividade**. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre do Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial. FCT – UNL, Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/2666/1/Figueira_2009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FINEL, Bernard I.; LORD, Kristin M. The Surprising Logic of Transparency. **International Studies Quarterly**. v. 43, n. 2. jun., 1999. p. 315-339. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600758>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FIRTH, M. The Effect of Size, Stock Market Listings, and Auditors on Voluntary Disclosure in Corporate Annual Reports. **Accounting and Business Research**, V. 9, n. 36, Autumn, 1979. p. 273-280.

FLORINI, Ann. Does the Invisible Hand Need a Transparent Glove? The politics of transparency. **Annual World Bank conference on Development Economics**, Washington D. C. Carnegie Endowment for International Peace, Abril, p. 28-30. 1999. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWBIGOVANTCOR/Resources/florini.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FRACASSO, A.; GENBERG, H.; WYPLOSZ, C. How do Central Banks write? An evaluation of inflation targeting Central Banks. **Geneve Reports on the World Economy Special Report**, n. 2, p. 1-43. 2003.

GALLEGO, Isabel; GARCÍA, Isabel-María; RODRÍGUEZ, Luís. Universities' *Websites: Disclosure Practices and the Revelation of Financial Information*. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 9, p. 153-192. 2009. Disponível em: <http://www.uhu.es/ijdar/10.4192/1577-8517-v9_6.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

GERRING, John; THACKER, Strom, C. Political Institutions and Corruption: The Role of Unitarism and Parliamentarism. **British Journal of Political Science**, v. 34, p. 295-330. 2004. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0007123404000067>. Acesso em: 14 set. 2013.

GORDON, T.; FISCHER, M.; MALONE, D.; TOWER, G. A Comparative Empirical Examination of Extent of Disclosure by Private and Public Colleges and Universities in the United States. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, p. 235-275. 2002. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0278-4254\(02\)00051-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0278-4254(02)00051-0)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

GOULART, André M. C. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – FEA/USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/publico/Dissertacao_AndreGoulart.PDF>, Acesso em: 30 set. 2013.

GRAU, Nuria Cunill. La Transparencia en la Gestión Pública ¿Cómo construirle viabilidad?. **Revista Chilena de Administración Pública**, n. 8, p. 22-44. 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2315250>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Gray, R. and J. Haslam. External reporting by UK universities: An exploratory study of accounting change. **Financial Accountability and Management**, v. 6, Spring, p. 51-72. 1990. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0408.1990.tb00327.x/abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

HASSAN, Omaima; MARSTON, Claire L. **Disclosure Measurement in the Empirical Accounting Literature** - A Review Article. July, v. 15. 2010. Disponível em:<[SSRN: http://ssrn.com/abstract=1640598](http://ssrn.com/abstract=1640598)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

HOLZNER, Burkart; HOLZNER, Leslie. Transparency in Global Change: The Vanguard of the Open Society. **University of Pittsburgh Press**; 1. ed. 2006. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=TJHHTq553SkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 19 nov. 2012.

HOSSAIN, M.; BERERA, M.; RAHMAN, A. Voluntary Disclosure in the Annual Reports of New Zealand Companies, **Journal of International Financial Management and Accounting** , v. 6, n. 1, p. 69-87, 1995. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-646X.1995.tb00050.x/abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

INCHAUSTI, B. G.. The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. **The European Accounting Review**, v. 6, n. 1, p. 45-68. 1997.

INEP. **Sinopse estatística da educação básica**: censo escolar 2010. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 23 out 2012.

ISLAM, M. N. Retrospective Financial Crisis. **The American Review of Public Administration**, v. 3, n. 3, Sept. 2004.

ISLAM, Roumeen. Does More Transparency Go along with Better Governance?. **Economics & Politics**18. v. 2, p. 121-167. 2006

ISLAM, Roumeen. **Do More Transparent Governments Govern Better?** Washington, D.C.: World Bank, World Bank Institute, Poverty Reduction and Economic Management Division. 2003. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-3077>>. Acesso em: 24 set. 2013.

JAMBEIRO, Othon; SOBREIRA, Rosane; MACAMBIRA, Lorena. Informação, participação cívica e controle da gestão pública: análise dos websites das capitais

brasileiras. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de La Información y de la Comunicación**, v. 14, n. 1, p. 1-28, abril 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/375/321>>. Acesso em: 2 out. 2013.

KAUFMANN , D., MEHREZ, G and T. GURGUR. **Voice or Public Sector Management?** An Empirical Investigation of the Determinants of Public Sector Performance Based on a Survey of Public Officials in Bolivia. World Bank Institute. 2002.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A. Growth without Governance, Policy Research. **Working Paper 2928**, World Bank. 2002.

KPMG, Peat Marwick and Prager; MCCARTHY, Sealy. **Ratio Analysis in Higher Education: Measuring Past Performance to Chart Future Direction**, Third Edition, USA. 1995.

KURTZMAN, Joel; GLENN Yago; TRIPHON Phumiwasana. The Global Costs of Opacity - Measuring Business and Investment Risk Worldwide. **MIT Sloan Management Review**, v. 46, n. 1, p. 38–44. 2004.

LIMA, Emanuel Marcos. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 201 p. 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/pt-br.php>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

LINDSTEDT, C; NAURIN, D. Forthcoming. Transparency Against Corruption, **International Political Science Review**, 2010.

MARSTON, C. L.; SHRIVES, P. J. The use of *disclosure* indices in accounting research: a review article. **British Accounting Review**, v. 23, n. 3, September, p 195-210. 1991.

MARSTON, C.; LEOW, C. Y. Financial Reporting on the Internet by Leading UK Companies. In: EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION CONFERENCE, 21st, 1998, Belgium, **Anais. Belgium: Eaa**, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/096381899336069>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MAURO, P. The persistence of corruption and slow economic growth, **IMF Staff papers**, v. 51, n. 1. 2004.

MCNALLY, G. M.; ENG, L. H.; HASSELDINE, C. R. Corporate Financial Reporting in New Zealand: An Analysis of User Preference, Corporate Characteristics and Disclosure Practices for Discretionary Information. **Accounting and Business Research**, v. 13, winter, p. 11-20, 1982.

MEHMET, Bac. Corruption, Connections and Transparency: Does a Better Screen Imply a Better Scene?. **Public Choice**, Springer, v. 107, n. 1, p. 87-96, April. 2001.

MITCHELL, J.; CHIA, C.; LOH, A. Voluntary Disclosure of Segment Information: Further Australian Evidence. **Accounting and Finance**, v. 35, n. 2, p. 1-16, 1995. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-629X.1995.tb00283.x/abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MONTINOLA, Gabriella R.; W. ROBERT Jackman. Sources of Corruption: A Cross-Country Study. **British Journal of Political Science**, v 32, p. 147-170. 2002.

MORRONE, A.; TONTORANELLI, N.; RANUZZI, G. How Good is Trust? Measuring Trust and Its Role for the Progress of Societies. **OECD Statistics Working Paper STD/DOC**. 2009.

MYERS, S. C. Determinants of corporate borrowing. **Journal of Financial Economics**, v. 4, p. 147-175, 1977. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/0304-405X\(77\)90015-0](http://dx.doi.org/10.1016/0304-405X(77)90015-0)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custos: conceitos, sistemas e implementação**, 2a ed. São Paulo: Atlas, 2000.

O 'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova [online]**. 1998, n. 44, p. 27-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>>. Acesso em: 31 de mar. 2013.

OECD. **Best Practices for Budget Transparency**. Paris: OECD. 2001.

_____. **Foreign Direct Investment for Development- Maximising Benefits, Minimising Costs**, OECD Secretariat. 2002.

_____. **Public Sector Transparency and International Investment Policy**, Directorate for Financial, Fiscal and Enterprise Affairs. 2003.

PAIVA, C. P. R.; ZUCCOLOTTO, R. Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, São Paulo, SP, Brasil. 2009. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/6459yh>>. Acesso em: 24 set. 2013.

PEREIRA, José Matias. Reforma do estado, transparência e democracia no Brasil. **Revista académica de economía**. n. 26, junio. 2004. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/3066>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

PERKS, R. W. **Accounting and Society**. London: Chapman Hall, 1993.

PINHO, José Antonio Gomes de. Accountability em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. In: **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA**, II, 2006, São Paulo. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, ano 42, n. 3, p. 471-493, maio./jun. 2008.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. **Anais Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul, IV. INPEAU**. Florianópolis, 2004.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. Transparência das Contas Públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, n. 5, janeiro-junho, p. 135-146. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=76200508>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência**: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

RAHMAN, M. The role of accounting in the East Asian financial crisis: lessons learned. **Transnational Corporations**, v. 7, p. 1-51. 1998.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO José Antonio Gomes. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a Lei da Transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 98, set./dez., 2011.

REINIKKA, Ritva; JAKOB Svensson. Fighting Corruption to Improve Schooling: Evidence from a Newspaper Campaign in Uganda. **Journal of the European Economic Association**, v. 3, p. 259-267. 2005.

REINIKKA, Ritva; JAKOB Svensson. Survey Techniques to Measure and Explain Corruption. **Policy Research Working Paper 3071**. World Bank, Development Research Group, Washington, D.C. 2003.

RODRIGUEZ-POMEDA, Jesús. MACHADO, Eleutério. Voluntary institutional reporting, transparency and comparability. Application on Universities and Higher Education Institutions (HEI). A study in *websites* of Iberian Universities. **Analys of 29th EAA Annual Congress** – Dublin, p. 22-24, March. 2006.

ROSARIO, Arturo haro de. PÉREZ, María del Carmen caba. CAÑADAS, María del Mar sánchez. La transparencia da información online: El caso das top 100 universidades del mundo. **Anais do XXVI Congresso AECA**. Granada. 21 de set. 2011. Disponível em: <www.aeca.es/xvicongresoaecca/cd/31g.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ROSE-Ackerman, Susan. *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge, UK: **Cambridge University Press**. 1999.

SCHIPPER, K. Discussion of voluntary corporate disclosure: the case of interim reporting. **The Journal of Accounting Research**, v. 19 (suplement), p. 85-88. 1981. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2490986>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão. Disponível em: <www.Acessoainformacao.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2013.

SIEGLE, Joseph T. **Democratization and Economic Growth: The Contribution of Accountability Institutions**. Ph.D. dissertation, School of Public Affairs, University of Maryland. 2001.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em:<<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 25 de out. 2005.

SILVA, J. A. **Comentário Contextual à Constituição**. Malheiros. São Paulo, 2005.

SILVEIRA, Aline Reinhardt da. TAROUCO, L. M. R. A Comunicação Pública a Serviço da transparência pública na Internet: Estudo em Portais de Universidade Federais. **Anais do I Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**. UNIPAMPA: 2012. Disponível em: <<http://www13.unipampa.edu.br/anais-siepe/atual/art2115.html>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SINGHVI, S. Characteristics and Implications of Inadequate Disclosure: A Case Study of India. **The International Journal of Accounting**, v. 3, n. 2, spring, p. 29-43. 1968.

SINGHVI, S., DESAI, H.B. An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. **The Accounting Review**. v. 46, n. 1, p. 129-138. 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/243894>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SORPI – CVCP - Committee of Vice-Chancellors and Principals. **Statement of Standard Accounting Practice in UK Universities**, London. 1989.

STANGA, K.G. Disclosure in Published Annual Reports. **Financial Management**, winter, p. 42-52. 1976.

STIGLITZ, Joseph. On Liberty, the Right to Know and Public Discourse: The Role of Transparency in Public Life. In: **The Rebel Within**. Ed. Ha-Joon Chang. London: Anthem. 1999. Disponível em: <<http://www0.gsb.columbia.edu/whoswho/more.cfm?&uni=jes322&pub=1475>>. Acesso em: 24 set. 2013.

STIRTON, L.; LODGE, M. Transparency Mechanisms: Building Publicness into Public Services. **Journal of Law and Society**, v. 28, n. 4, p. 471-489. 2001. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=605564>>. Acesso em: 24 set. 2013.

STRIEDER, Inácio. A transparência democrática. **Filosofia Unisinos**, v. 5, n. 9, jul/dez, p. 167-178. 2004. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/3239>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

UNODC. **United Nations Convention against Corruption, Priorities for the provision of technical assistance**. Global Programme against Corruption (GPAC). 2004.

VERRECCHIA. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 32, n. 1-3, p. 97-180. 2001. Disponível em: <http://roselink.com/references/verrecchia_2001.pdf> Acesso em: 14 jan. 2013.

VISHWANATH, Tara; KAUFMANN, Daniel. **Towards Transparency in Finance and Governance**. September, 1999. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=258978>>. Acesso em: 24 set. 2013.

WALLACE, R.S.O.; NASER, K. & MORA, A. The Relationship Between Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. **Accounting and Business Research**, v. 25, n. 97, winter, p. 41-53. 1994.

WHITE, Halbert. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, p. 817-838. 1980. Disponível em: <<http://time.dufe.edu.cn/wencong/jjwx/ahcme.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2013.

WYKES, S. Transparency in Managing Oil Revenues in Congo Brazzaville, **Global Witness**. 2005.

YAN, D. **Integrity for Hire: An Analysis of a Widespread Program for Combating Customs Corruption**, Ford School of Public Policy, University of Michigan. 2005.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, novembro. 1997. Disponível em: <http://www.closer2oxford.ro/uploads/2012/06/12/The_Rise_of_Illiberal_Democracy_gf1ruw.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Gráficos das categorias

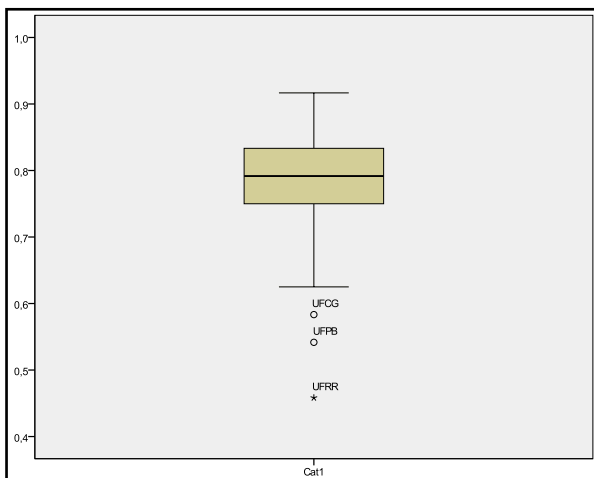
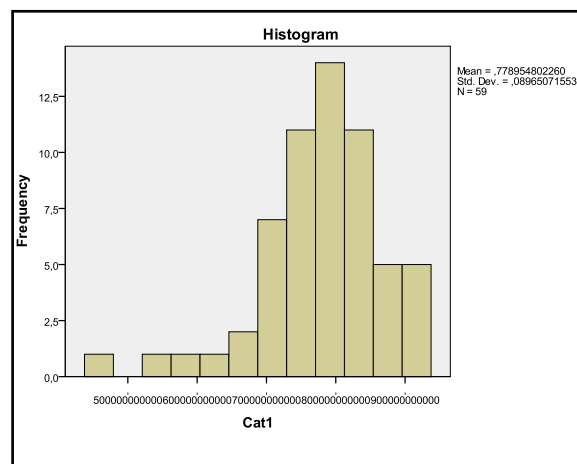


Gráfico 2 - Categoria 01



Fonte: Elaboração própria.

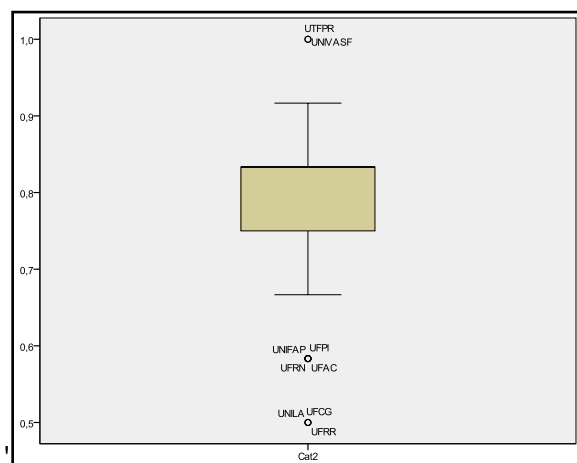
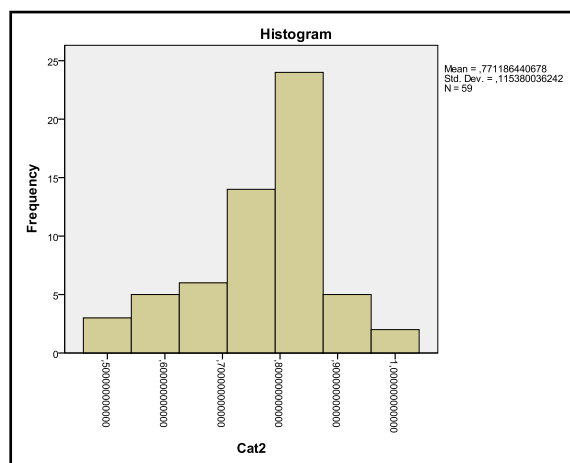


Gráfico 3 - Categoria 02



Fonte: Elaboração própria.

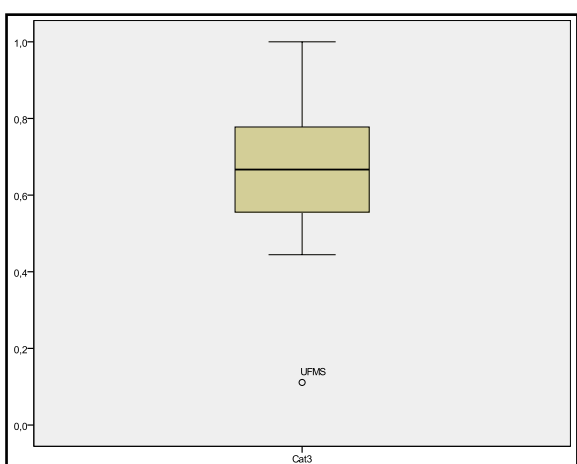
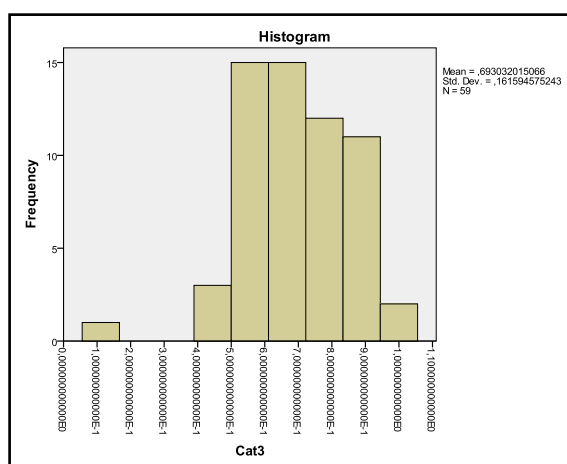


Gráfico 4 - Categoria 03



Fonte: Elaboração própria.

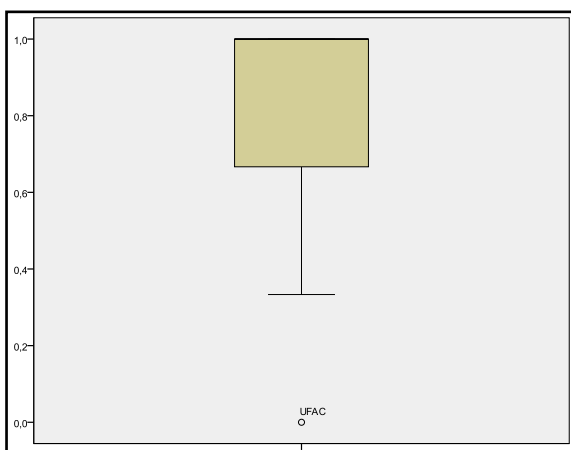
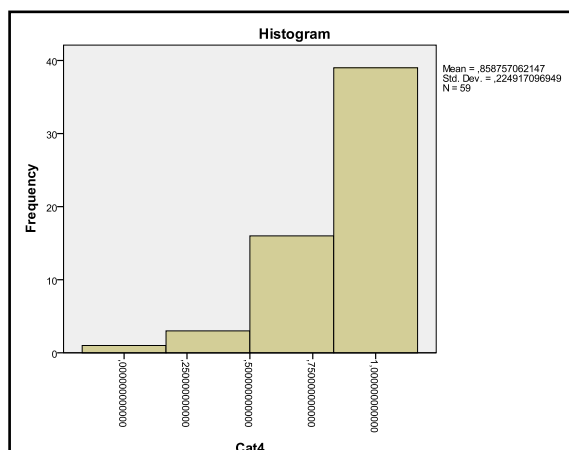


Gráfico 5 - Categoria 04



Fonte: Elaboração própria.

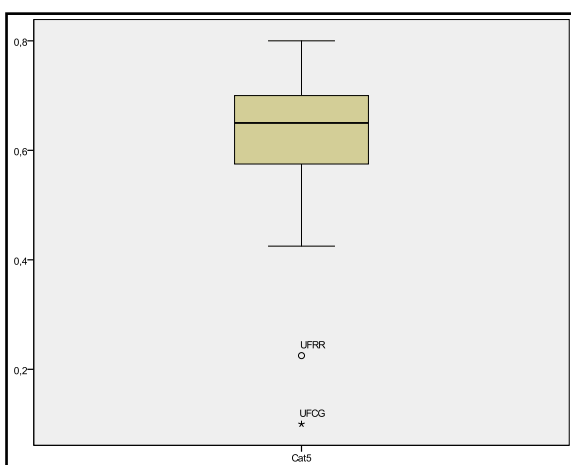
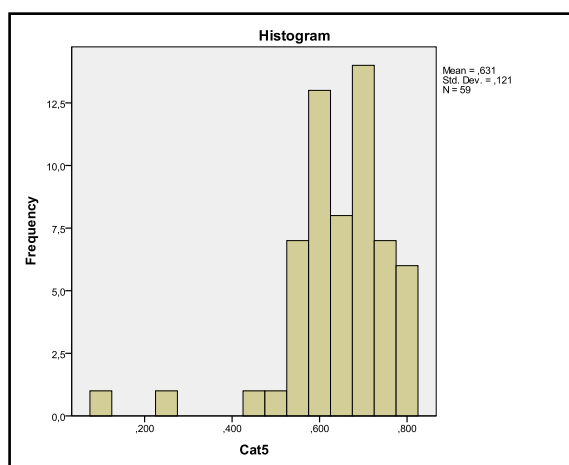


Gráfico 6 - Categoria 05



Fonte: Elaboração própria.

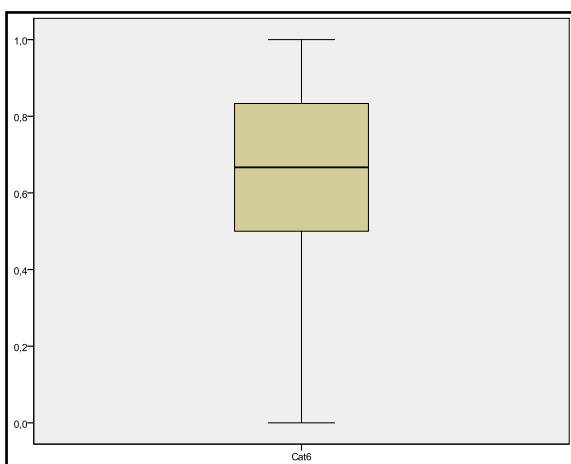
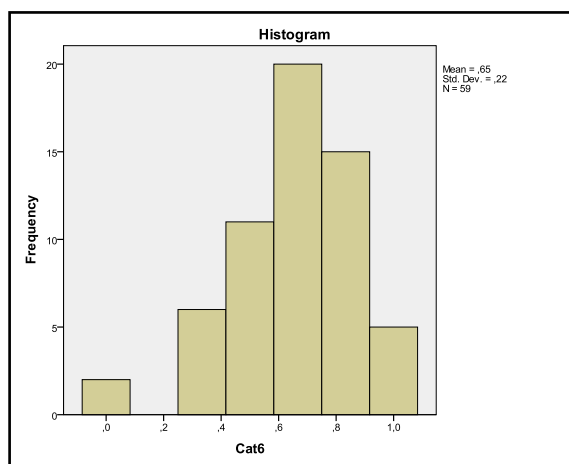
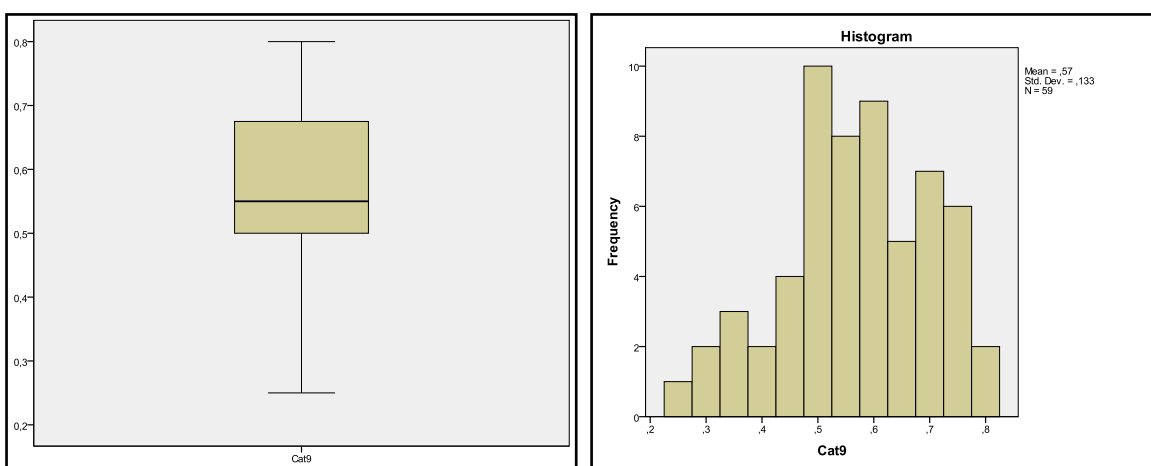
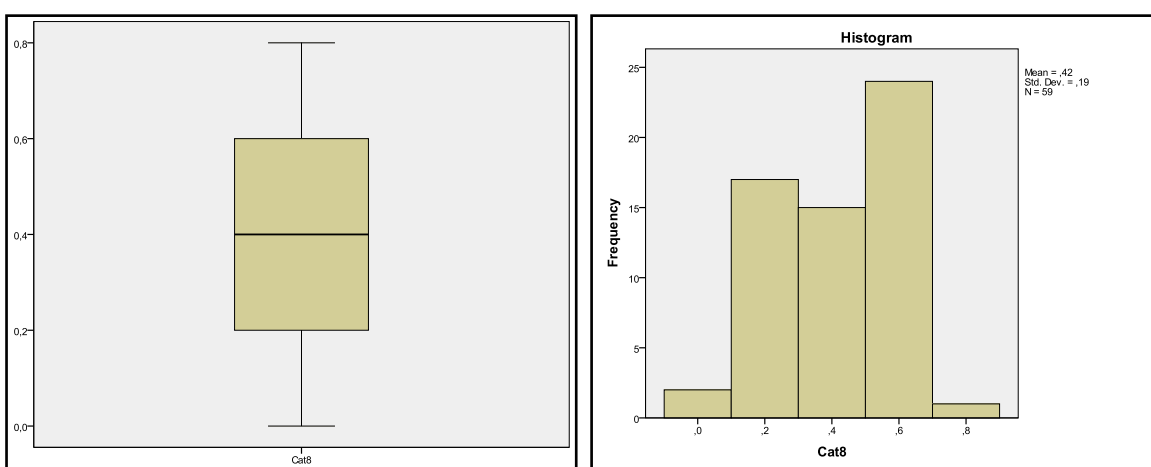
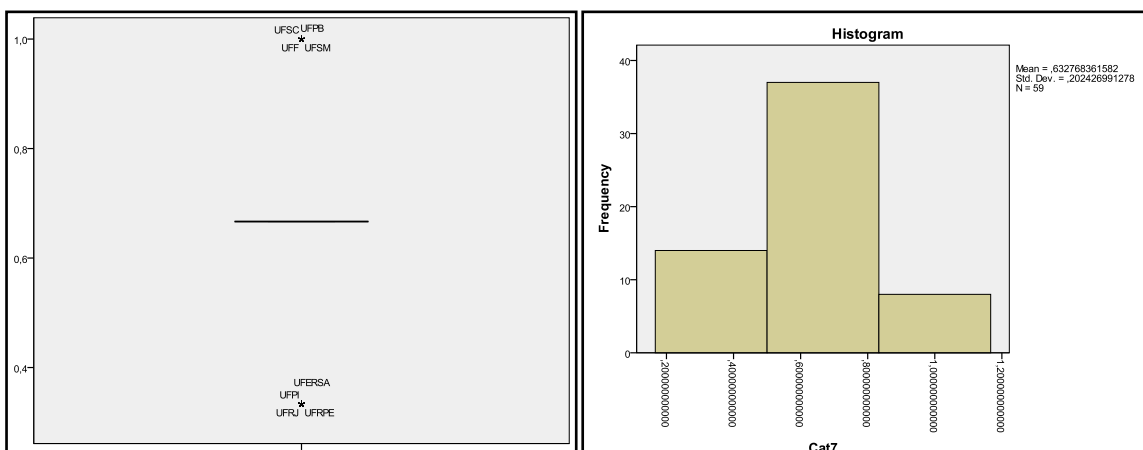


Gráfico 7 - Categoria 06



Fonte: Elaboração própria.



APÊNDICE B – Estatística descritiva

VAR.	N	Range	Minimum	Maximum	Mean		Std. Deviation	Variance
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error		
IndexDUF	59	0,460	0,338	0,799	0,663	0,010	0,080	0,006
IndCat	59	0,411	0,429	0,839	0,676	0,011	0,081	0,007
IndRos	59	0,535	0,296	0,831	0,701	0,011	0,087	0,008
IndCoy	59	0,769	0,115	0,885	0,613	0,017	0,132	0,017
IndObr	59	0,467	0,333	0,800	0,633	0,011	0,088	0,008
Cat1	59	0,458	0,458	0,917	0,779	0,012	0,090	0,008
Cat2	59	0,500	0,500	1,000	0,771	0,015	0,115	0,013
Cat3	59	0,889	0,111	1,000	0,693	0,021	0,162	0,026
Cat4	59	1,000	0,000	1,000	0,859	0,029	0,225	0,051
Cat5	59	0,700	0,100	0,800	0,631	0,016	0,121	0,015
Cat6	59	1,000	0,000	1,000	0,650	0,029	0,220	0,049
Cat7	59	0,667	0,333	1,000	0,633	0,026	0,202	0,041
Cat8	59	0,800	0,000	0,800	0,417	0,025	0,190	0,036
Cat9	59	0,550	0,250	0,800	0,569	0,017	0,133	0,018
Cat10	59	0,750	0,250	1,000	0,746	0,024	0,181	0,033
Cat11	59	0,889	0,111	1,000	0,552	0,025	0,190	0,036
xtagep	59	4,005	-1,418	2,587	0,000	0,130	1,000	1,000
xservtot	59	5,412	-1,140	4,273	0,000	0,130	1,000	1,000
xfinpub	59	4,937	-1,102	3,835	0,000	0,130	1,000	1,000
xgov	59	6,554	-1,444	5,110	-0,049	0,132	1,017	1,035
LnAntigas	59	3,040	-1,730	1,309	-0,270	0,131	1,004	1,007
xtagra	59	3,770	-1,472	2,299	0,000	0,130	1,000	1,000
xtapos	59	4,427	-0,897	3,530	0,000	0,130	1,000	1,000
xtadoc	59	3,854	-1,331	2,523	0,000	0,130	1,000	1,000
xtaserv	59	5,999	-0,948	5,051	0,000	0,130	1,000	1,000
xcomplex	59	4,065	-1,442	2,623	0,000	0,130	1,000	1,000
xociosi	59	7,424	-2,563	4,862	0,000	0,130	1,000	1,000
Suc_Gr	59	1,592	0,000	1,592	0,358	0,028	0,218	0,047
QuaSer1	59	0,650	0,335	0,986	0,613	0,017	0,129	0,017
QuaSer2	59	0,702	0,000	0,702	0,298	0,020	0,153	0,023
QuaSer3	59	0,147	0,000	0,147	0,060	0,004	0,034	0,001
QuaDoc1	59	0,405	0,595	1,000	0,885	0,011	0,085	0,007
QuaDoc2	59	0,345	0,655	1,000	0,881	0,011	0,087	0,008
QuaDoc3	59	0,748	0,252	1,000	0,586	0,022	0,169	0,029
QUAPG	59	6,015	-4,191	1,824	0,000	0,130	1,000	1,000
QUAGR	59	5,627	-4,314	1,313	0,000	0,130	1,000	1,000
VisCxV	59	5,478	-1,430	4,048	0,000	0,130	1,000	1,000
Ingres	59	4,199	-1,499	2,700	0,000	0,130	1,000	1,000
Vagas	59	4,027	-1,503	2,524	0,000	0,130	1,000	1,000

APÊNDICE C – Procedimento Backward

Índic.	IndexDUF			IndCat			IndRos			IndCoy			IndObr		
D-W	2,119			2,005			2,226			2,058			2,04		
Modelo	R	R ²	Erro Padrão	R	R ²	Erro Padrão	R	R ²	Erro Padrão	R	R ²	Erro Padrão	R	R ²	Erro Padrão
1	,704 ^a	,496	,074	,706 ^a	,499	,075	,673 ^a	,453	,084	,677 ^a	,458	,1269	,733 ^a	,538	,078
2	,704 ^b	,496	,073	,706 ^b	,499	,074	,673 ^b	,453	,083	,677 ^b	,458	,1251	,733 ^b	,538	,077
3	,704 ^c	,496	,072	,706 ^c	,499	,073	,673 ^c	,453	,082	,677 ^c	,458	,1234	,733 ^c	,537	,076
4	,704 ^d	,495	,071	,706 ^d	,499	,072	,672 ^d	,452	,081	,677 ^d	,458	,1217	,733 ^d	,537	,075
5	,703 ^e	,495	,070	,706 ^e	,498	,071	,671 ^e	,451	,080	,677 ^e	,458	,1201	,732 ^e	,536	,074
6	,703 ^f	,494	,069	,705 ^f	,498	,070	,670 ^f	,449	,079	,676 ^f	,458	,1186	,732 ^f	,536	,073
7	,701 ^g	,491	,068	,705 ^g	,497	,069	,667 ^g	,445	,078	,676 ^g	,457	,1172	,731 ^g	,535	,073
8	,700 ^h	,489	,068	,704 ^h	,496	,068	,663 ^h	,44	,077	,675 ^h	,456	,1159	,731 ^h	,534	,072
9	,698 ⁱ	,487	,067	,704 ⁱ	,495	,068	,661 ⁱ	,436	,077	,675 ⁱ	,455	,1145	,728 ⁱ	,53	,071
10	,696 ^j	,484	,066	,702 ^j	,493	,067	,656 ^j	,431	,076	,673 ^j	,453	,1134	,723 ^j	,523	,071
11	,692 ^k	,479	,066	,700 ^k	,49	,066	,654 ^k	,428	,076	,672 ^k	,451	,1123	,719 ^k	,518	,070
12	,688 ^l	,473	,066	,698 ^l	,487	,066	,646 ^l	,418	,075	,670 ^l	,448	,1113	,716 ^l	,513	,070
13	,680 ^m	,462	,066	,695 ^m	,483	,065	,640 ^m	,41	,075	,668 ^m	,447	,1103	,712 ^m	,507	,070
14	,672 ⁿ	,452	,065	,692 ⁿ	,478	,065	,638 ⁿ	,406	,074	,664 ⁿ	,441	,1097	,703 ⁿ	,494	,070
15	,663 ^o	,44	,065	,686 ^o	,47	,065	,629 ^o	,396	,074	,657 ^o	,431	,1095	,690 ^o	,476	,070
16	,645 ^p	,416	,066	,675 ^p	,455	,065	,622 ^p	,387	,074	,651 ^p	,424	,1091	,677 ^p	,458	,071
17	,626 ^q	,392	,067	,660 ^q	,436	,066	,609 ^q	,37	,074	,641 ^q	,411	,1092	,663 ^q	,44	,071
18	,606 ^r	,367	,068				,591 ^r	,349	,075	,619 ^r	,383	,1106	,643 ^r	,414	,072
19	,578 ^s	,334	,069				,565 ^s	,319	,076	,600 ^s	,361	,1115	,619 ^s	,384	,073
20							,539 ^t	,291	,077				,602 ^t	,363	,074
21							,529 ^u	,28	,077						
22							,502 ^v	,252	,077						
23							,472 ^w	,223	,078						

APÊNDICE D – Correlações

Correlação de Pearson	IndexDUF	IndCat	IndRos	IndCoy	IndObr	xtagep	xservtot	xfinpub	xgov	LnAntigas	xtagra	xtapos	xtadoc	xtaserv	xcomplex	xociosi	Suc_Gr	QuaSer1	QuaSer2	QuaSer3	QuaDoc1	QuaDoc2	QuaDoc3	QUAPG	QUAGR	VisCxV	Ingres
IndexDUF	1																										
IndCat	,881**	1																									
IndRos	,914**	,703**	1																								
IndCoy	,809**	,763**	,692**	1																							
IndObr	,830**	,691**	,693**	,658**	1																						
xtagep	,118	,117	,158	,245	-,05	1																					
xservtot	,139	,137	,204	,251	-,06	,878**	1																				
xfinpub	,19	,216	,223	,294	-,01	,892**	,962**	1																			
xgov	-,11	,061	-,1	-,17	-,24	,18	,166	,19	1																		
LnAntigas	,167	,201	,18	,268	0	,797**	,687**	,707**	,269	1																	
xtagra	,093	,086	,132	,223	-,07	,994**	,848**	,854**	,168	,790**	1																
xtapos	,22	,25	,257**	,307**	,04	,847**	,866**	,916**	,2	,685**	,785**	1															
xtadoc	,162	,196	,184	,272	-,04	,932**	,931**	,926**	,251	,756**	,920**	,823**	1														
xtaserv	,115	,092	,204	,221	-,06	,787**	,975**	,920**	,104	,600**	,748**	,835**	,828**	1													
xcomplex	,145	,145	,195	,280	-,07	,945**	,880**	,887**	,258	,771**	,936**	,818**	,934**	,790**	1												
xociosi	,116	,109	,104	,075	,079	,13	,07	,064	,226	,259	,138	,067	,221	-,03	,159	1											
Suc_Gr	-,05	,018	-,06	,077	-,1	,335	,254	,271	,141	,437	,339	,252	,278	,222	,409	-,13	1										
QuaSer1	,034	,012	-,04	,078	,114	-,271	-,284	-,297	-,21	-,424	-,25	-,338	-,24	-,296	-,296	,029	-,345**	1									
QuaSer2	,053	,088	-,05	,037	-,07	-,11	-,09	-,06	-,03	-,26	-,1	-,12	0	-,14	-,07	,012	-,2	,470**	1								
QuaSer3	,260	,241	,163	,198	,157	,003	,089	,142	,1	-,02	-,03	,14	,118	,065	,062	,034	-,12	,236	,597**	1							
QuaDoc1	,115	,057	,078	,026	,261	-,472	-,360	-,347	-,263	-,418	-,481	-,345	-,536	-,23	-,452	-,369	-,23	,099	,058	,013	1						
QuaDoc2	,364	,280	,366	,236	,424	-,22	-,09	-,01	-,12	-,292	-,263	,038	-,23	,005	-,22	-,262	-,397	,041	-,02	,183	,585**	1					
QuaDoc3	,436	,415	,398	,365	,442	,087	,243	,309	,058	,085	,02	,398	,115	,304		-,09	-,15	-,14	-,13	,281	,312	,701**	1				
QUAPG	,228	,305	,252	,198	0	,536	,587	,605	,284	,528	,500	,615	,553	,569	,550	,013	,333	-,503	-,14	-,14	-,21	-,03	,175	1			
QUAGR	,332	,403	,229	,262	,284	,279	,323	,360	,194	,286	,244	,402	,309	,310	,296	,041	,171	-,277	0	,128	,007	,15	,563**	,416**	1		
VisCxV	,162	,064	,184	,071	,162	-,2	-,09	-,12	-,08	-,13	-,2	-,16	-,19	-,02	-,21	-,1	-,02	-,15	-,05	,082	,272	,187	,149	,101	,197	1	
Ingres	,112	,105	,146	,223	-,06	,938**	,862**	,871**	,168	,691**	,936**	,779**	,915**	,772**	,885**	,13	,181	-,23	-,03	,026	-,439	-,15	,076	,519	,260	-,18	1
Vagas	,128	,12	,159	,228	-,05	,925**	,841**	,849**	,202	,710**	,924**	,761**	,919**	,738**	,879**	,301	,152	-,21	-,02	,031	-,488	-,19	,058	,502	,257	-,19	,985**

APÊNDICE E – Testes dos modelos

Var.	Modelo 1					Modelo 2					Modelo 3					Modelo 4				
	Coef,	Std, Err	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF
Xfinpub	-0,046	0,041	-1,130	0,263	21,740	-0,043	0,052	-0,830	0,410	20,710										
Xgov	-0,021	0,010	-2,120	0,039	1,260	-0,022	0,013	-1,650	0,104	1,210	-0,021	0,013	-1,530	0,133	1,200	-0,019	0,014	-1,320	0,194	1,240
LnAntigas	0,019	0,015	1,280	0,206	2,880	0,020	0,021	0,940	0,350	2,710										2,650
Xtadoc	0,051	0,031	1,680	0,100	12,150	0,052	0,028	1,840	0,072	11,770	0,040	0,018	2,270	0,028	4,510	0,037	0,019	1,890	0,065	4,920
Xtaserv	-0,016	0,025	-0,660	0,515	7,950	-0,022	0,028	-0,780	0,442	7,330	-0,040	0,017	-2,360	0,022	4,070	-0,036	0,018	-1,950	0,057	4,300
quaser3	0,465	0,319	1,460	0,152	1,490	0,561	0,279	2,010	0,050	1,250	0,477	0,270	1,770	0,083	1,210	0,367	0,248	1,480	0,145	1,430
quadoc2	0,353	0,149	2,370	0,022	2,200	0,444	0,126	3,520	0,001	1,730	0,360	0,106	3,400	0,001	1,370	0,257	0,103	2,490	0,016	1,730
Quapg	0,018	0,013	1,440	0,156	2,110	0,022	0,009	2,290	0,026	2,030	0,022	0,009	2,530	0,014	1,930	0,018	0,007	2,720	0,009	2,000
Quagr	0,011	0,011	0,930	0,355	1,710	0,014	0,007	2,020	0,049	1,320	0,015	0,006	2,560	0,013	1,320	0,010	0,006	1,800	0,078	1,680
Sud	-0,003	0,037	-0,070	0,944	3,800											0,039	0,025	1,570	0,122	3,690
Sul	0,022	0,038	0,570	0,573	2,730											0,064	0,021	2,960	0,005	
Nor	-0,033	0,042	-0,790	0,435												0(omitted)			
Nord	-0,032	0,036	-0,900	0,371	2,610											0,012	0,035	0,350	0,729	2,460
Cen					1,760											0,036	0,030	1,190	0,241	1,760
_cons	0,339	0,132	2,560	0,014		0,242	0,114	2,120	0,039		0,317	0,095	3,340	0,002		0,384	0,093	4,150	0,000	
Observ.	59,000					59,000					59,000					59,000				
F	2,840					4,200					4,710					3,410				
Prob > F	0,005					0,001					0,000					0,002				
R ²	0,451					0,402					0,371					0,421				
Root MSE	0,067					0,067					0,067					0,067				

Var.	Modelo 5					Modelo 6					Modelo 7					Modelo 8				
	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF	Coef,	Std, Err,	t	P>t	VIF
Xgov	-0,010	0,012	-0,840	0,403	1,200	-0,042	0,023	-1,870	0,068	1,200	-0,018	0,017	-1,050	0,298	1,200	-0,028	0,012	-2,390	0,020	1,200
LnAntigas						0,078	0,033	2,360	0,022											
Xtadoc	0,043	0,017	2,610	0,012	4,510	-0,048	0,033	-1,480	0,146	4,510	0,032	0,020	1,560	0,125	4,510	0,041	0,018	2,280	0,027	4,510
Xtaserv	-0,050	0,018	-2,690	0,010	4,070	0,528	0,481	1,100	0,278	4,070	-0,022	0,015	-1,410	0,163	4,070	-0,046	0,017	-2,660	0,010	4,070
quaser3	0,445	0,261	1,710	0,094	1,210	0,444	0,196	2,260	0,028	1,210	0,288	0,298	0,970	0,338	1,210	0,149	0,306	0,490	0,628	1,210
quadoc2	0,306	0,097	3,170	0,003	1,370	0,019	0,011	1,680	0,099	1,370	0,404	0,116	3,470	0,001	1,370	0,447	0,141	3,160	0,003	1,370
Quapg	0,027	0,008	3,260	0,002	1,930	0,018	0,008	2,230	0,030	1,930	0,022	0,010	2,240	0,029	1,930	0,003	0,007	0,420	0,675	1,930

Quagr	0,020	0,007	2,820	0,007	1,320					1,320	0,004	0,005	0,910	0,367	1,320	0,024	0,008	2,910	0,005	1,320
_cons	0,379	0,081	4,680	0,000		0,188	0,174	1,080	0,285		0,327	0,105	3,110	0,003		0,229	0,124	1,840	0,071	
Observ.	59,000					59,000					59,000					59,000				
F	7,960					3,650					3,270					5,210				
Prob > F	0,000					0,003					0,006					0,000				
R²	0,375					0,296					0,279					0,365				
Root MSE	0,068					0,118					0,079					0,075				

APÊNDICE F – Plano de trabalho

APÊNDICE Fa – Protocolo de análise

1 - Visitar o portal da Universidade conforme lista de universidades.

2 – Utilizar a ferramenta do Google de busca em domínio pelos itens conforme formulário de coleta de dados.

3 – Buscar cada item do formulário de coleta de dados, indicando no formulário na coluna “0/1” conforme escala graduada de 0 a 1, onde 0 representa a não ocorrência e 1 a ocorrência do item e acrescentando na coluna “justificativa” o link ou a justificativa para a indicação de 0 ou 1.

4 – Após a busca no Google utilizar a busca do próprio site da universidade para itens que não tenham sido encontrados.

5 – Após a busca no Google e a busca no site, iniciar a busca link por link pelos demais itens, registrando conforme a escala anterior, utilizar o mapa do site, se houver.

6 – Concluída as etapas de análise faz-se uma revisão de todos os itens registrados.

OBS.: As palavras-chave são apenas para facilitar a localização do item, contudo este deverá se caracterizado conforme a descrição.

APÊNDICE Fb – Formulário de coleta de dados do índice

ITENS		0/1	Descrição	Palavras Chave	Justificativa
01	Organograma		Gráfico da estrutura forma da Universidade	Organograma / Estrutura / funções	
02	Órgãos de gestão e funções		Lista nominal dos órgãos de gestão (Pró-reitorias, Conselhos, Direções, Departamentos, etc.) com suas respectivas funções.	Órgãos / Gestão / Direção / Administração / Estrutura / Funções	
03	Acesso ao Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual		Documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.	Plano de desenvolvimento institucional / Plano Operacional anual / PDI	
04	Acesso ao Código de bom governo e código de ética		Documento com diretrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas	Código de ética / Ética / Código de bom governo / Comissão de ética	
05	Lista de contatos de funcionários		Lista de contato nominal dos servidores	Contatos / Servidores / Funcionários	
06	Serviços de notícias sobre suas atividades		Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas	Notícias / Jornal / Folhetim / Boletim /	

	acadêmicas (jornal de anúncios)		como jornais, folhetins, boletins, etc.	Informativo	
07	Calendário de eventos e processos acadêmicos		Calendário de eventos e processos acadêmicos	Calendário / Eventos	
08	Arquivos de reunião dos corpos colegiados		Arquivos de reunião dos corpos colegiados como atas das reuniões, portarias e decisões	Atas / Portarias / Decisões / Conselhos	
09	Relação nominal e breve resumo dos diretores		Relação nominal e breve resumo do currículo dos ocupantes de cargos de direção	Currículo Diretores / Currículo Pro reitores / Currículo Reitor	
10	Agenda do Reitor		Agenda do Reitor com seus compromissos oficiais	Agenda do Reitor	
11	Especifica-se dados bibliográficos do reitor e vice-reitores		dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	Currículo reitor / Dados Reitor	
12	Especifica-se informação sobre salários		Divulga informação sobre salários	Salários	
13	Regulamentos emitidos		Regulamentos emitidos pela universidade como normas, portarias, resoluções, decisões, instruções normativas, regimentos, estatutos etc.	Regulamentos emitidos / Normas / Portarias / Resoluções / Decisões / instruções normativas / regimentos / estatutos	
14	Estatuto da universidade		Estatuto da universidade	Estatuto	
15	Bolsas de monitoria/estágio universitárias		Divulga lista de bolsas de monitoria ou estágio oferecidas	bolsas / monitoria / estágio	
16	Como chegar a universidade		Divulga mapa ou passo a passo de como chegar a universidade	como chegar / mapa	
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade		Divulga quantidade de vagas e tipo de vagas por faculdade, centro ou curso	Vagas / Número de vagas / Vestibular / Candidato	
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)		Lista as publicações da universidade como periódicos, jornais, revistas e livros	publicações / periódicos / jornais / revistas / livros	
19	Endereços das unidades e setores da entidade		Divulga endereços das unidades e setores da entidade	Endereços / Como chegar	
20	Telefones das unidades e setores da entidade		Divulga telefones das unidades e setores da entidade	Telefones / Catálogo telefônico	
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade		Divulga horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Horário de atendimento / Expediente / Funcionamento	
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses		Divulga lista das informações que tenham sido classificadas e/ou desclassificadas como sigilosas, por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Sigilosas / Acesso a informação / Serviço de Informações ao Cidadão / SIC	
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes		Divulga a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitante	Pedidos de acesso a informação / Serviço de Informações ao Cidadão / SIC	
24	Funcionários/ Faculdade		Divulga a quantidade de funcionários por faculdade, centro ou departamento	Funcionário por setor / Funcionário por faculdade	
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação		Relaciona os cursos de graduação e pós graduação ofertados	Cursos de graduação / Cursos de pós graduação / Mestrado / Doutorado	
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas		Divulga Ementas, programas de disciplinas e planos de estudos	Ementas / programas de disciplinas / planos de estudos	

27	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação		Se divulga o número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	Número de matriculados / Número de estudantes / matriculados	
28	Relação nominal ou numérica da composição docente		Se divulga a relação nominal de docentes da instituição	Relação de docentes / Relação de professores / docentes / professores	
29	Descrição da qualificação dos docentes		Se divulga a descrição da qualificação dos docentes	Qualificação dos docente / Qualificação dos professores / Titulação	
30	Editais públicos para a contratação docente		Se publica os Editais públicos para a contratação docente	Edital / Concurso / Concurso professor / Concurso docente	
31	Relação nominal de programas para a formação docente		Se publica a relação nominal de programas para a formação de docentes	Programas de Formação docente / Programas de Qualificação docente	
32	Descrição de suas instalações		Se publica a descrição de suas instalações físicas: Laboratórios, bibliotecas, salas de aulas, etc.	Estrutura física / Instalações físicas	
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros)		Se disponibiliza o acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos, como biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros	biblioteca virtual / e-learning / aprendizagem virtual	
34	Formados		Se disponibiliza lista de alunos formados	Lista de formados / Lista de egressos	
35	Emprego/destino dos estudantes egressos		Destino dos alunos Egressos /	Destino dos egressos / Destino dos Alunos egressos / Destino dos formados / Destino dos Alunos formados	
36	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente)		Divulga o percentual de estudantes na faculdade, detalhando a distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades	Distribuição do corpo discente / Distribuição dos alunos / Alunos por curso/centro/faculdade	
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa		Divulga lista de alunos vinculados a projetos de pesquisa ou de assistentes de pesquisa	Projetos de pesquisa aluno / Projeto de pesquisa bolsista	
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa		Divulga Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	Publicações de alunos Artigos publicados de alunos / Trabalhos publicados de alunos	
39	Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa		Divulga Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	Redes de pesquisa aluno / Redes de pesquisa bolsista	
40	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa		Divulga as linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	Linhas de pesquisa / Grupos de pesquisa	
41	Enunciação dos grupos de pesquisa		Divulga os grupos de pesquisa	Grupos de pesquisa	
42	Enunciação dos projetos de pesquisa		Divulga os projetos de pesquisa	Projetos de pesquisa	
43	Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores		Divulga a Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	Redes de pesquisa docente/professor / Grupos de pesquisa docente/professor	

44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Divulga a relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Patentes / Segredos industriais / Propriedade Intelectual	
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	Divulga a relação das revistas ou de documentos que instituição utiliza para divulgar os resultados da pesquisa formal	Lista/Relação de Revistas / Lista/Relação de Periódicos / Lista/Relação de Congressos	
46	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas).	Divulga os programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas).	Cursos Extensão/ Comunidade / Seminários Extensão/ Comunidade / Oficinas Extensão/ Comunidade	
47	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem estar da comunidade	Divulga as atividades de serviço tendentes a procurar o bem estar da comunidade	Projetos Comunidade / Ações Comunidade / Atividades Comunidade	
48	Enunciação de atividades de consultoria	Divulga as atividades de consultoria executadas	Consultoria / Atividades de Consultoria	
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Se permite o acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Orçamento / Execução orçamentária / Balanço Orçamentário	
50	Modificações no orçamento	Se disponibiliza as Modificações ocorridas no orçamento	crédito suplementar / crédito especial / crédito extraordinário	
51	Gastos executados	Gastos executados	Gastos / Despesas	
52	Receita executada	Se disponibiliza a Receita executada	Receita executada / Receita orçamentária / Receita realizada	
53	Indicadores Orçamentários	Se disponibiliza Indicadores Orçamentários (Custo corrente por aluno, Custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária, etc.)	Indicadores Orçamentários / Custo corrente por aluno / Custo aluno-hora / Índice de execução orçamentária	
54	Fluxos de caixa	Se disponibiliza Fluxos de caixa	Fluxo de caixa / Demonstração dos Fluxos de Caixa / DFC	
55	Dívida ativa	Se disponibiliza valor da Dívida ativa	Dívida ativa / restos a pagar	
56	Variação da dívida	Se disponibiliza a Variação da dívida entre os anos	Dívida ativa / restos a pagar	
57	Ativos não correntes	Se disponibiliza o valor dos Ativos não correntes, normalmente no balanço patrimonial	Ativos não correntes / Balanço patrimonial / Ativo Permanente	
58	Variação de ativos não correntes	Se disponibiliza as variação de ativos não correntes	Ativos não correntes / Balanço patrimonial / Ativo Permanente	
59	Indicadores financeiros (índices)	Se disponibiliza Indicadores financeiros (Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira, etc.)	Indicadores financeiros / Índice de restos a pagar inscritos e não pagos / Índice de pagamentos realizados / Índice de eficiência de execução financeira	
60	Capital Humano	Se disponibiliza informações de Capital Humano como formação, qualificação e capacitação de docentes e servidores.	Capital Humano / Formação de docentes/servidores / qualificação de docentes/servidores / capacitação de	

			docentes/servidores	
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	Se possibilita o acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade, no caso do ano de 2011, 2010 e anteriores	Orçamento / Execução orçamentária / Balanço Orçamentário	
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	Se possibilita o acesso aos demonstrativos contábeis do último ano, no caso o ano de 2012: / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	demonstrativos contábeis / Demonstrações contábeis / Peças contábeis / Relatórios contábeis / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	Se permite acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos: / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	demonstrativos contábeis / Demonstrações contábeis / Peças contábeis / Relatórios contábeis / Balanço Patrimonial (BP); / Balanço Orçamentário (BO); / Balanço Financeiro (BF); / Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); / Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); / Demonstração do Resultado Econômico (DRE).	
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	parecer de auditoria / parecer da CGU / parecer da Controladoria Geral da União	
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	parecer de auditoria / parecer da CGU / parecer da Controladoria Geral da União	
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	Se disponibiliza as políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	políticas contábeis / critérios contábeis / normas contábeis	
67	Acesso ao informe de gestão do Reitor			
68	Acesso a indicadores de gestão	Se disponibiliza indicadores de gestão: Aluno/professor;	Indicadores de gestão /	

			Aluno/servidor; servidor/professor; taxa de sucesso na graduação;	Aluno/professor / Aluno/servidor / servidor/professor / taxa de sucesso na graduação	
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros		Se divulgação orientações para a contratação de terceiros, ou seja, critérios para a terceirização	orientações para a contratação de terceiros, / critérios para a terceirização	
70	Plano estratégico aprovado		Se divulga o plano estratégico aprovado ou o Planejamento estratégico da instituição	plano estratégico / Planejamento estratégico	
71	Execução do plano estratégico		Se divulga a execução do plano estratégico, ou seja, disponibiliza o acompanhamento da execução do planejamento estratégico	plano estratégico / Planejamento estratégico	
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços		Se publica os editais de licitação da compra de bens e serviços	Editais de licitação / Licitações / Compras / Contratos de licitação	
73	Execução de obras e serviços licitados		Se divulga a execução de obras e serviços licitados, permitindo acompanhar o status de execução destes contratos	execução licitação / status licitação / execução contratos / status contratos	
74	Fornecedores padrão		Divulga lista com critérios para contratação de fornecedores	critérios para contratação de fornecedores	
75	Depreciação		Divulga o valor da depreciação de seus ativos	Depreciação	
76	Custo unitário por estudante		Divulga o custo unitário por estudante	Custo por estudante	
77	Subsídio para pesquisa		Divulga os valores de Subsídio para pesquisa	Subsídio para pesquisa / Investimento em pesquisa	
78	Alocação de Custos Indiretos		Divulga critérios utilizados para a Alocação de Custos Indiretos	Custos indiretos / Critérios de alocação	
79	Biblioteca		A Biblioteca possui seção específica	Biblioteca	
80	Investimentos		Divulga valores de investimentos	Investimentos	
81	Compromissos e contingências		Divulga valores referentes a Compromissos e contingências	Compromissos / Contingências	
82	Emprego e informação do patrimônio educacional		Divulga detalhes sobre o Emprego e informações do patrimônio educacional	Utilização do espaço físico / Utilização da infraestrutura / Utilização do patrimônio	
83	Revisão financeira		Divulga detalhes referentes a revisões financeiras efetuadas	Revisão financeira	
84	Link para a página denominada Transparência Pública		Divulga Link para a página denominada Transparência Pública	Transparência Pública	
85	Link para a página Processos de Contas Anuais		Divulga Link para a página Processos de Contas Anuais	Processos de Contas Anuais	
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros		Divulga Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Repasses de recursos / transferências de recursos	

87	Resultados de licitação		Divulga os Resultados de licitação	Resultados de licitação / Vencedores de licitação / licitação	
88	Contratos de licitação		Divulga os Contratos de licitação	Contratos de licitação / Licitação	
89	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web		Divulga na íntegra a Contabilidade Geral em página web permitindo acessar todos os demonstrativos contábeis, critérios contábeis, depreciações, avaliações de ativos, etc.	Verificar se existe seção dedicada a contabilidade geral	
90	Informação fornecida periodicamente		Divulga a Informação financeira periodicamente sem lacunas na divulgação	Verificar se a informação financeira é divulgada sem lacunas de periodicidade na divulgação	
91	Comparabilidade da informação: Existe possibilidade de comparabilidade da informação.		A informação financeira divulgada permite a comparabilidade da informação entre períodos	Verificar se existe a possibilidade de comparabilidade da informação entre períodos	
92	Compreensibilidade da informação: Se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira		A informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	Verificar se a informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	
93	Relevância da informação: Se oferece na internet informação segregada		A informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados	Verificar se a informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados	
94	Confiabilidade da Informação: Se oferece informação auditada		A informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição	Verificar se a informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição	
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica		Divulga Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica: Critérios de avaliação de fornecedores, Política do consumo consciente, etc.	responsabilidade econômica / Critérios de avaliação de fornecedores / Política do consumo consciente	
96	Responsabilidade social		Divulga informações sobre responsabilidade social: Desenvolvimento de projetos sociais, impacto da instituição na comunidade de entorno, Relações com organizações sociais, etc.	responsabilidade social / Desenvolvimento de projetos sociais / impacto da instituição na comunidade de entorno / Relações com organizações sociais	
97	Responsabilidade ambiental		Divulga informações sobre Responsabilidade ambiental: Compromisso com tecnologias mais limpas, Política de gestão ambiental, Minimização do consumo de recursos naturais, etc.	Responsabilidade ambiental / tecnologias mais limpas / gestão ambiental / consumo de recursos naturais	
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica		Existe selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	Selo de qualidade / Qualidade ISO / Certificação de qualidade / Certificação ISO	
99	Relação nominal ou identificação dos programas		Divulga a relação nominal ou identificação dos programas	Certificação de qualidade	

	que tem registro qualificado e certificação voluntaria		que tem registro qualificado e certificação voluntaria de qualidade		
100	Acesso aos Informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas		Divulga os Informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas		Avaliação institucional / autoavaliação
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica		Divulga relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica		Prêmios obtidos / Premiações
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)		Divulga a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)		ENADE / IGC / CPC / Exame de qualidade
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas		Divulga as informações do site em vários idiomas		Verificar se divulga
104	Disponibiliza links para acessar a sites vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros.		Idem à descrição.		regulação acadêmica / gestão acadêmica / avaliação da qualidade / rankings de universidades
105	Inclui-se nas páginas a data da última atualização		Idem à descrição		Verificar se inclui
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde		Idem à descrição		Verificar se dispõe
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas				
108	Disponibiliza um mapa da página Web		Idem à descrição		Verificar se dispõe
109	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso a informação		Idem à descrição		Verificar se tem busca no site
110	Incluem-se suportes multimedia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis		Existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros		Verificar se existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros
111	Incorporam-se recursos que facilitem uma correta impressão da informação		Possui botão de impressão		Verificar se possui botão para a impressão das informações divulgadas
112	Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações		Permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)		Verificar se permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formados (PDF, DOC, Excel, etc.)
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contacto da universidade		Idem à descrição		Verificar se disponibiliza
114	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida		Idem à descrição		Verificar se a página é certificada (HTTPS ou cita a empresa

			certificadora)	
115	Há uma seção específica no site para acessar cada tipo de informação	O site possui seções que agrupam as informações por tipo	Verificar se o site possui seções que agrupam as informações por tipo	
116	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	As informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	Verificar se as informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	
117	É claramente diferenciado na web a existência de links externos e internos do ente público	Idem à descrição	Verificar se existe claramente diferenciado o acesso	
118	A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	Existem links nos relatórios financeiros e demais informações financeiras divulgadas	Verificar a existência	
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web	Divulga o responsável (pessoa ou setor) por divulgar as informações	Verificar se divulga	
120	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	Idem à descrição	Verificar se disponibiliza	
121	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Idem à descrição	Verificar se há referência para acesso por aplicativos automatizados	
122	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	Idem à descrição	Verificar se divulga o detalhes do formato da informação	
123	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	Disponibiliza downloads de formulários para os alunos da graduação	Verificar se disponibiliza	
124	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	Disponibiliza downloads de formulários para os alunos de cursos de aprimoramento	Verificar se disponibiliza	
125	É possível realizar on-line transações administrativas da educação formal	É possível realizar procedimentos online na graduação	Verificar se é possível	
126	É possível realizar on-line transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível realizar procedimentos online nos cursos de aprimoramento	Verificar se é possível	
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	É possível tramitar online até o pagamento transações administrativas na graduação (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)	Verificar se é possível	
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível tramitar online até o pagamento transações administrativas nos cursos de aprimoramento (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)	Verificar se é possível	
129	E-learning na educação formal	Utiliza ferramentas de e-learning (ambientes de aprendizagem virtual) na educação formal	Verificar se utiliza	
130	E-learning em cursos de aprimoramento	Utiliza ferramentas de e-learning (ambientes de	Verificar se utiliza	

			aprendizagem virtual) em cursos de aprimoramento		
131	Caixa de reclamações ou sugestões		Disponibiliza link para sugestões e reclamações	Ouvidoria / Ombudsman / Sugestões / reclamações	
132	Foros de discussão na web da universidade		Disponibiliza foros de discussão institucionais	Foros de discussão	
133	Chat		Disponibiliza chats institucionais	chat	
134	Pesquisas de opinião		Realiza no site Pesquisas de opinião	Verificar se realiza	
135	Blog		Disponibiliza blogs institucionais	blog	
136	A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade		Possui lista de contatos com serviços prestados e responsáveis	Serviços prestados / Lista de contatos / Catálogo de contatos / Catálogo de telefones	
137	A página web permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem		Possui mailing list ou newsletter institucional	mailing list / newsletter	
138	A página web indica local e instruções permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica com o webmaster para a solicitação de informação geral pelo usuário		Possui contato do webmaster ou responsável pelo conteúdo	Verificar se possui	
139	Apresenta seção com perguntas e respostas		Idem a descrição	Perguntas e respostas / Perguntas frequentes / Questões frequentes / Duvidas frequentes	